



REVISTA MUNICIPAL

A N O X I V

N.º 58

3.º TRIMESTRE DE 1958

PUBLICAÇÃO CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

PREÇARIO DA REVISTA

Preço avulso	12\$60
Números duplos	20\$00
Assinatura (por cada série de 4 números)	40\$00

DEPOSITÁRIO GERAL

Grupo «Amigos de Lisboa» — Rua Garrett, 62, 2.º — Telef. 2 6711

CORRESPONDENCIA

Secção de Propaganda e Turismo da Câmara Municipal de Lisboa
Rua da Bea Vista, n.º 3 — Telef. 3 2174

NA CAPA:

PRAÇA DO AREEIRO—DESENHO DE LEONILDO DIAS

REVISTA MUNICIPAL

N.º 58 ★ 3.º TRIMESTRE ★ 1953

COMPOSTO E IMPRESSO
NAS OFICINAS GRÁFICAS
DA CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

SUMÁRIO

DO N.º 58 ★ 3.º TRIMESTRE ★ 1953

REVISTA MUNICIPAL

D I R E C Ç Ã O
DR. JAIME LOPES DIAS

★

ASSISTENCIA GRÁFICA
JOSE ESPINHO

★

D E S E N H O S D E
A. DOMINGUES,
JOSE ESPINHO,
LEONILDO DIAS,
MANUEL CORREIA
E SEBASTIÃO RODRIGUES

★

CAPA DE JOSE ESPINHO
E ROSA DUARTE



PRAÇA DO COMÉRCIO

VISTA AÉREA

S. ROQUE E OS SEUS ARTISTAS
— J. DA COSTA LIMA

OS MUNICÍPIOS DE PORTUGAL
E O MILENÁRIO DA CIDADE DE GUIMARÃES

SANTO ANTÓNIO VELA PELO BAIRRO
— AQUILINO RIBEIRO

A CONTECIMENTOS CIDADINOS

«PRESENÇA DO DR. ALBERTO MAC-BRIDE»
(O SEU ESPÍRITO DE COMBATENTE
ATRAVÉS DE UMA VIDA EXEMPLAR)

IGREJA PAROQUIAL DE S. JOSÉ DA ANUNCIADA—
RESUMO DA SUA HISTÓRIA
— MARQUES DE RIO MAIOR

INCENDIOS EM LISBOA NOS SÉCULOS XVII E XVIII
— JOSÉ ESTEVAM

DR. JOSÉ HIPÓLITO RAPOSO
S A M U E L S C H W A R Z

A V O Z D A C I D A D E

S E C Ç Ã O J U R I D I C A

B I B L I O G R A F I A

(HORS-TEXTE)—UMA VISTA DE LISBOA NO SÉCULO XVI



OS ARTIGOS PUBLICADOS
NA «REVISTA MUNICIPAL»
SÃO DA RESPONSABILIDADE
DOS SEUS AUTORES





S. ROQUE E OS SEUS ARTISTAS *

Com os recentes arranjos urbanísticos da Câmara Olisiponense, nas ruas circundantes de S. Roque, o público mais se preocupou com as comodidades dos seus passeios de velocidade do que com a história e arte clássica da formosa Casa Professa. E ninguém teve a curiosidade de indagar virtudes e feitos de Helena Mascarenhas que, com o estribeiro-mor e embaixador de D. João III

(*) No próximo número da *Revista Municipal* versaremos o assunto da Congregação dos artífices de S. Roque, que tinha estatutos próprios e se distinguia da Confraria dos Irmãos de S. Roque, apostados às obras de misericórdia.

trataram da aquisição da ermida do Santo taumaturgo contra a peste, para os pretendentes do santuário, onde se alojaram S. Francisco Xavier e o vouzelense Simão Rodrigues, pedidos ao Papa Paulo III para evangelizarem as províncias ultramarinas de Portugal.

Em grupo aristocrático, não faltou, contudo, quem referisse que a Embaixatriz Helena Mascarenhas contribuiu para a obra da Casa Professa, pois ela teve notícia de que os seus fundadores haviam pensado onde levantar casa e igreja para os seus ministérios sacerdotais. Estando com eles, pois morava junto ao Carmo do Condestável, disse-lhes: Sei que Vossas paternidades pensam ir para o Paraíso. E comentou donairoza e com graça: Para o Paraíso, basta que vão na outra vida pois nesta, quero-os perto de mim (1).

Realmente os Padres de Santo Inácio haviam pensado em Nossa Senhora do Paraíso, junto ao Campo de Santa Clara, defronte da Porta da Cidade, à qual chamavam da Cruz, resolvendo depois ir para o sítio do despovoado Monte de S. Roque, levados pela ideia de aqui poderem edificar casa e espaçoso templo que superasse a ermida da confraria dos artífices, edificada no reinado de D. Manuel I, onde se veneraram as relíquias do Advogado contra a peste, vindas de Veneza.

A solidão do lugar e da ermida manuelina, os ares sadios da terra, sugeriam que ali se construísse grande casa e templo. O cronista, de nação inglês, Baltasar Teles ajuizou que o local era dos que bem contentavam aos Padres, e inclinação oculta e inspiração fatal (*sic*) os chamava para a ermida de S. Roque, parecendo-lhes que estando a capela no campo despovoado seria fácil a compra para o templo e casa. Além disto, muito os convidava a boa sombra das oliveiras, o sítio descoberto ao norte, com ares sadios e acomodado para ali se levantar grande edifício (2). Mas os confrades de S. Roque opuseram-se individual e colectivamente à cedência da ermida desejada, chegando a resistir com armas a quem queria persuadi-los com razões (3). Não pretendiam os Padres levá-los à força porque desejavam concluir em bem e por amor. Foi então que os fundadores de S. Roque pensaram no sítio de Nossa Senhora do Paraíso. Com a presença de D. Pedro Mascarenhas, se assentou, na Câmara, aceitar este local pela resistência dos confrades em não cederem a sua ermida manuelina. Era vereador da Câmara de Lisboa Francisco Correia, senhor de Belas, insigne fidalgo que já para a fundação do colégio de Santo Antão tinha agido na mesma Câmara (4). Francisco Correia de Belas, e D. Pedro Mascarenhas deram conta a D. João III que, por voto de vereadores e mesteres se fizesse a Casa Professa, em Nossa Senhora do Paraíso (5).

A filha do capitão de Azamor, Helena Mascarenhas não sofrendo que os Padres, deixando S. Roque fossem para o sítio da Nossa Senhora do Paraíso, falou com o Vereador Francisco Correia e disse formalmente:

«Senhor Francisco Correia, não soffro que leveis os meus Padres ao Paraíso, em vida, senão por morte; quero-os cá, mais perto de mim; hão-de morar vivos em S. Roque, e mortos vão embora ao Paraíso» (6). O illustre fidalgo vereador festejou o dito e comunicou-o ao Monarca

(1) BALTASAR TELLES, *Crónica da Companhia de Jesus*, Lisboa 1647, pág. 96. Os Mascarenhas moravam defronte da porta principal do Carmo, e às suas casas chamavam as casas do arco.

(2) Cfr. BALTASAR TELLES, *ob. cit.* tomo I, c. XXI, pág. 95.

(3) Cfr. FRANCISCO RODRIGUES, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, Porto, 1931. T. I. Vol. I, págs. 620-623. BALTASAR TELES, *ob. cit.* pág. 96.

(4) Cfr. BALTASAR TELES, *ob. cit.* pág. 18.

(5) Cfr. BALTASAR TELES, *ob. cit.* pág. 96.

(6) Cfr. BALTASAR TELES, *ob. cit.* pág. 96.

que afectuosamente comentou a graça cortezã correspondendo-lhe com igual cortezia: «Pois façamos a vontade a D. Helena e apertai mais com os confrades, que eu espero deles se componham com os Padres» (7).

D. João III procurou convencer os da confraria de S. Roque, e mandou D. Pedro Mascarenhas, com o encargo real de agir. De tal modo se houve com destreza e autoridade em persuadir os confrades contumazes na teimosia surgida sob o título colorado da devoção e piedade para com o Santo que cederam às condições estipuladas. Os Padres tomaram posse da ermida de S. Roque, cujo orago e título de invocação mantiveram sempre, como se combinara, e com outras vantagens, que os confrades reconheceram, em haverem de D. João III tão santa companhia na sua igreja, como o manifestaram à Rainha D. Catarina (8). O Monarca favoreceu a confraria com liberalidades peculiares.

Ao Vereador de Lisboa, Francisco Correia, Senhor de Belas, e ao insigne D. Pedro Mascarenhas, cuja acção dedicada exalta Baltasar Teles, presta a história memória de gratidão devida aos preclaros varões que primaram pelos seus feitos de grandeza espiritual (9).



Há mais que narrar sobre S. Roque.

O Santo teve em Lisboa culto mantido, com piedade estética, e dele falava a sua imagem de pedra policromada, com toques de ouro, erguida no seu postigo, no cubelo de Alvaro Pais.

Iconograficamente esta escultura do século XVI consagrava a tradição do santo, representado de perna esquerda ferida, ladeado de um anjo que o pensa, e do inseparável belfo com o pão nos dentes. O taumaturgo contra a peste apresenta túnica até aos joelhos, e sobre os ombros tem lançada a esclavina de romeiro. A imagem está hoje depositada no Museu do Carmo e aí pode servir aos arqueólogos para estudos comparativos de escultura quinhentista.

Entre as várias manifestações plásticas, em sua honra, além da sua capela com a beleza do azulejo de Francisco de Matos, de 1584, na igreja de S. Roque e o pergaminho iluminado do compromisso dos confrades, temos as tábuas do políptico valioso sobre cujo encontro escrevemos (10).

Na quaresma de 1939, fomos pregar, em S. Roque o sermão dos passos da Paixão de Cristo. Esta procissão nasceu da piedade do pintor Luís Álvares de Andrade, em 1586, e de S. Roque ia para Graça.

Entretanto que havíamos de esperar pela hora estatuída para a prédica, subimos a uma sacristia esconsa, privativa da irmandade do Santo, que não fora a primitiva pois desta fora a trasladada lápide, como exarou a nota do tabelião Lourenço Freitas, em 19 de Outubro de 1633,

(7) Cfr. BALTASAR TELES, *ob. cit.* pág. 97.

(8) Cfr. FRANCISCO RODRIGUES, *ob. cit.* T. I, vol. I, Cap. I, págs. 620 e 623. Cfr. FRANCISCO RODRIGUES, *ob. cit.* T. I, vol. I, págs. 622-623. Cfr. VÍTOR RIBEIRO, *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, Lisboa, 1892, págs. 184 e 185. BALTASAR TELES, *ob. cit.*, págs. 97, 99.

(9) Cfr. BALTASAR TELES, *ob. cit.* pág. 97.

(10) Cfr. J. DA COSTA LIMA, *Brotéria*, 1939. Vol. XXIX, págs. 306-308. Reinaldo dos Santos, nos seus *Primitivos Portugueses*, Lisboa, 1940, págs. 35, refere-se ao políptico, atribuindo ao Mestre de Torres a factura daquelas tábuas quinhentistas.

que depois ali foi colocada noutra ocasião de obras. Porque as belezas do templo de S. Roque e do seu museu nos eram conhecidas, não conjecturávamos que para além dos umbrais da igreja houvesse surpresa de extasiar, pois não víramos referências às tábuas quinhentistas, ali guardadas naquela sacristia no topo de uma escada estreita.

Os quatro painéis, medem 1^m,19 x 1^m,28 e estão relativamente bem conservados e glorificam o lendário Santo, em quatro passagens da sua vida, representada no tema principal de cada quadro e em vários secundários, dispostos em cenas decorativas, inteligentemente lançadas nos fundos. Enquanto elaborámos monografia de pormenor e crítica, observámos a manifestação do pincel de boa escola que proporcionou deliciosas horas de estudo.

A pintura está lançada nos quatro painéis, sobre tábuas de carvalho nacional, extremamente rijo, ao qual chamam carvalhão, e figura a vida de S. Roque, no seu nascimento, na cura de um cardeal, salvo com o sinal da cruz, na testa, na saída violenta do Santo do hospital dos empestados de Placência, onde o Cardeal se contaminara, e por último, se figura o Santo na prisão, em Montpellier, onde nascera em paço realengo, filho de magnates provençais, segundo a maravilhosa lenda do taumaturgo contra a peste.

As quatro tábuas de fulgores picturais quinhentistas são da escola portuguesa da primeira metade do século XVI.

O trabalho está influenciado por grande escola e com nota de oficina a caracterizá-lo, tendo a atestá-lo a finura, a técnica, o desenho, o colorido, o estilo que em muito faz pensar nos trabalhos do mestre do Retábulo de S. Francisco, e em figuras de Quintino de Metsys.

Na análise dos painéis do Santo Milagreiro, notamos o pagem da Corte de Montpellier que recebe S. Roque preso e parece tirado do quadro da Adoração dos Reis, de Gregório Lopes.

A atitude das mãos, repetida em tantos quadros da mesma época, os estofos de ricos brocados, a distribuição dos personagens, e nota curiosa, inegáveis influências de tábuas célebres da Madre de Deus que ocasionaram miniaturas ornamentais e desdobraram a vida do taumaturgo por outros passos da sua vida, obrigam a reflexões sobre o autor das peregrinas tábuas arrecadadas na esconsa sacristia dos confrades do suposto fidalgo de Montpellier.

O Mestre de Torres teve presente o quadro do martírio de Santa Auta, da Madre de Deus, em Xabregas, quando a um canto do painel do milagre do Cardeal, pintou a assembleia do papa, cardeais e bispos, variegadamente mitrados, com S. Roque de joelhos, diante do Pontífice, apresentado pelo purpurado limpo da peste, por carisma do santo taumaturgo.

Neste mesmo painel, ressalta, naquele interior, a miniatura de um calvário da velha escola neerlandesa. Outros pormenores atestam a influência do meio lusada, como os objectos de barro, canecas, caçola baixa de almagre e o típico fogareiro de loiça, ainda em voga pelas províncias e lareiras de Portugal.

A indumentária das figurações põe-nos defronte das modas masculinas e femininas da época, desde a mãe de S. Roque, de barrete de clérigo na cabeça, à parteira embiocada que ostenta o recém-nascido Roque na franca nudez do seu ser, perante o Senhor de Montpellier rêgiamente paramentado e seguido de veneradores ajoelhados.

Não multiplicamos citações de influências, e prescindimos de outros problemas que veremos como os bolandistas os versaram ao tratarem de S. Roque, no santoral.

8 Não deixamos sem menção duas figuras que ilustram os painéis. Uma é a do Senhor de Montpellier que recebe o Santo das mãos dos seus soldados e se assemelha a D. Manuel I. A outra é da personagem que despede S. Roque da Placência, menos retrato que o anterior. Ambas as figuras suscitam incógnitas iconográficas de nomes célebres de Portugal.

As tábuas do políptico têm prejuízos de retoques sem competência, que desvirtuam painelamentos e cobriram mosaicos de ladrilhos, apresentando empastamentos de tintas e danos causados pela oxidação dos vernizes que absorvem fulgurância de cores e apagam filigranas e arabescos.

Os mais danificados são principalmente o do Natal do Santo, o do hospital de Placência, e o da cura do Cardeal, admirável pela sua máscara. Estes painéis deviam ter pertencido à antiga ermida Manuelina de S. Roque e ornar o templo quando os jesuítas tomaram conta dele, no reinado de D. João III (11).



Para maior relevo da iconologia do políptico de S. Roque interessa fixar dados positivos que encontramos no santoral, e notamos que E. Mâle (12) não conheceu estes painéis com tantos haver apreciado, em centros da Europa, onde a devoção ao taumaturgo contra a peste tanto acendeu a piedade no século xv, até se tornar paixão, em França que no século xvi, onde contou multiplicadas confrarias, até nas mais sertanejas aldeolas, muitas delas suscitadas pela representação animada do mistério da «Vida do Senhor S. Roque».

Ao teatro religioso, juntaram-se as artes plásticas a manter este movimento da fé popular no Santo, cujos passos de extraordinário peregrino e herói os artistas divulgaram em registos (13) vidrais, retábulos e estátuas. A poesia dos seus feitos prestava-se a sonhos de pintura. Inventou-se até o retrato que existia em Placência, no limiar do século xvii...

Descrição da época diz que nesta suposta vera efigie, Roque era de estatura pequena (14), gracioso e doce de fisionomia, tinha os cabelos longos e encaracolados, barba ruiva, ar de apóstolo; apesar do seu trato com os empastados, as suas mãos eram finas!... E, coincidência notável, a sua figuração imaginada pelos artistas assemelha-se a estes traços (15).

Na sua indumentária, são característicos o chapéu de aba levantada, à frente, a capa, a romeira, a túnica ou sotanela até aos joelhos, aberta ou fechada, as meias subidas, debruada uma delas na coxa, doente, borzeguins ou botas altas com dobras sobre os joelhos, surrão a tiracolo, e bordão de peregrino, nem sempre com a cabaça clássica.

Na imagem de Troyes, S. Roque ostenta na romeira duas chaves, símbolo da romagem ao túmulo de S. Pedro.

Iconograficamente ainda, o Santo de Monte Pessulano representa-se com uma ou as duas pernas, ao léu, ulceradas pela peste, tendo um anjo junto dele que lhas unge e chama a atenção para elas, e ao lado um cão, com um pão na boca, que alude ao sustento prodigioso recebido por esse intermédio.

Na idade média era tão apreciado este fiel do taumaturgo que teve tratamento de veneração, chamando-lhe os franceses S. Roquete! A estátua de pedra policromada com toques de ouro da era quinhentista, do cubelo referido, foi talhada segundo esta tradição icónica, apenas com as variantes de não ter meias, de o surrão pender da correia da cinta, de a romeira de peregrino

(11) Cfr. J. DA COSTA LIMA, *Valores de Beleza e História*, em Brotéria, Lisboa, 1939, vol. XXIX, págs. 306-308.

(12) Cfr. E. MÂLE. *L'Art Religieux en France à la fin du Moyen Age*, Paris, 1925, págs. 190-195.

(13) Na xilogravura do frontispício da «*In vitam Sancti Rochi*» de Pedro Luís Maldura, incunábulo de 1496, aparecem já os atributos da iconografia roquiiana.

(14) No cartório da Irmandade do Santo, em Lisboa, existe uma vara com a medida exacta de S. Roquel...

(15) E. MÂLE, *ob. cit.* pág. 193.

não mostrar a concha simbólica, de estar com a cabeça descoberta e de lhe cair o chapéu de abas largas sobre as costas. A sua mão esquerda assinala a chaga, e a dextra tem a atitude de se apoiar no bordão, inexistente, agora, no modelo do Museu do Carmo.

O mestre de Francfort do Meno, cuja actividade influenciada por Quintino de Metsys, vai de 1500 a 1520, tinha singular pintura de S. Roque no Museu Wallraff-Richartz, em Colónia, que obriga a menção, ao menos para desconcertar e arreliar com a suspeita suscitada...

Ignoramos se o artista do Meno pintou retábulo ou painéis famosos, com virtudes e milagres do padroeiro contra a peste, nem por veledade, pretendemos atribuir-lhe relações pictóricas nas quatro tábuas da Casa do Despacho, esconsa e privativa da sua irmandade de Lisboa, cuja existência relatámos desejando-lhe exposição condigna.

Independentemente da mais inimaginável ligação com o mestre germânico, não falta contudo quem alvitre hipótese de influência alemã nestes quadros, apesar dos pormenores tipicamente lusíadas, como o fogareiro, os pratos, o boião de barro, e a cesta de vime igual a tantas da região de Coimbra.

A pseudo-inscrição de garatujas, com algumas letras em caligrafia ogival de Além-Reno, dos fins do século xv no motivo do passamento do taumaturgo, na cadeia, a indumentária das personagens, ao gosto e à moda da Corte de Carlos V, e até algumas das máscaras teutónicas, podem pretextar sugerência inquietante...

Mas, tendo presentes as nossas relações sustentadas com Flandres com as feitorias em Bruges e Antuérpia, não podemos omitir a citação dos doze quadros de autor incerto, datados de 1517, que, em Sant'Iago de Anvers, narram a vida e carismas do Santo, interessando conhecer que este trabalho artístico sucedeu aos anos da peste grassada em Lisboa e nos arredores, imediatamente antes daquele da feitura dos painéis.

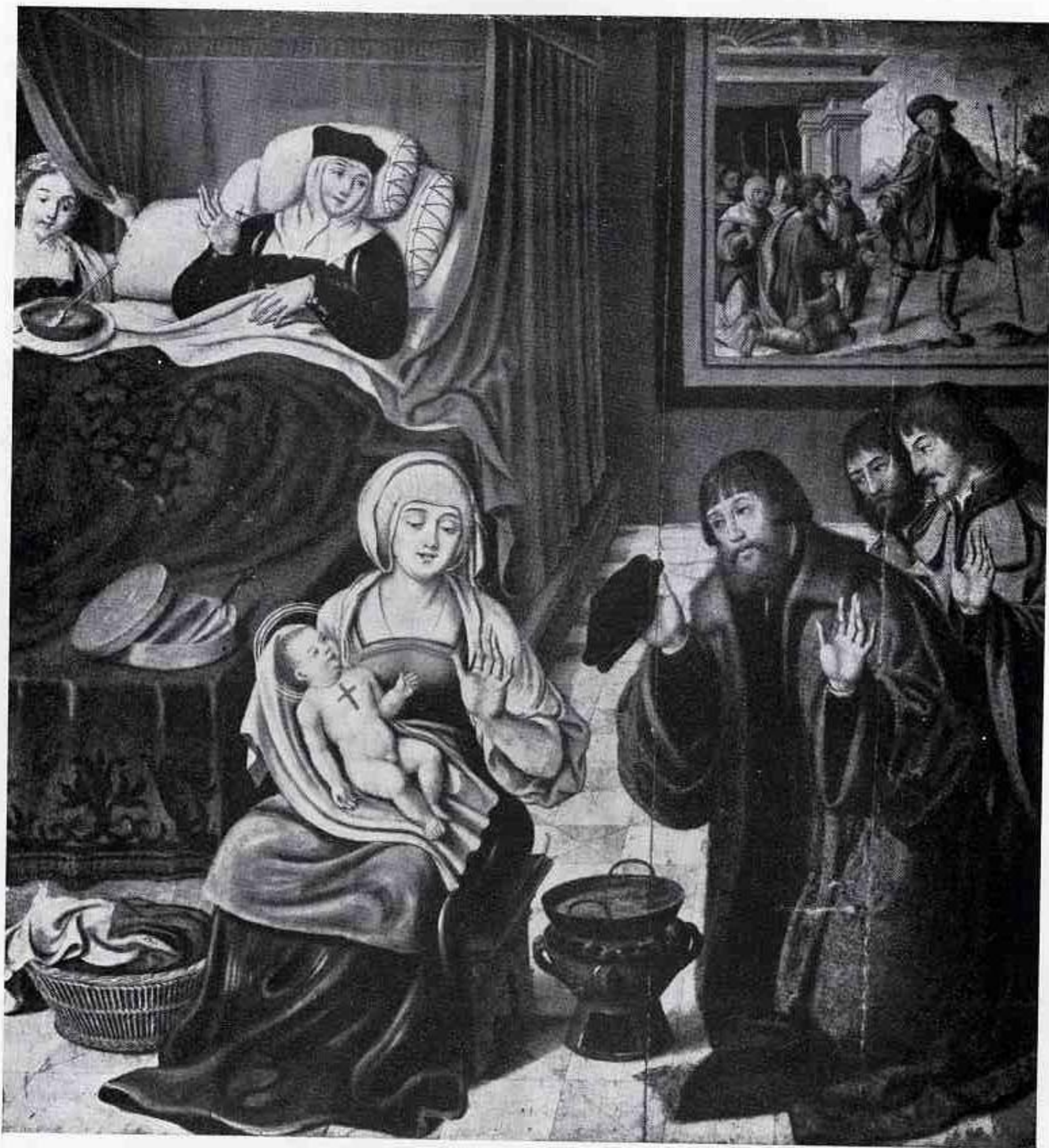
Prescindimos ainda da autoria e procedência das formosas tábuas, que, ou por doação régia ou piedade dos devotos, ornaram os muros da ermida do cemitério dos empestados, no adro de S. Roque, à muralha fernandina e à torre de Alvaro Pais. E deviam ter estado na capela actual do taumaturgo, na igreja do seu nome, antes do beio azulejamento policromo de Francisco de Matos, em 1584. A vulgar pela reprodução oval do azulejo, ao lado da epístola, da cena do milagre da cura do cardeal inglês, quase cópia, em linhas gerais, das figuras pintadas na tábua do século xvi⁽¹⁶⁾.

Não nos detemos em suposições, sem provas, até que documentos obriguem a juízo bem fundado, já sobre a possível identificação da figura, ante a qual o Santo é levado preso, já sobre o painel de Mestre de Torres, ou de estranho, que em poesia de cores transcreveu, em oito cantos, o lendário mistério da sua vida.

Mas sob cuja inegável influência literária?

(16) Júlio de Castilho, em *Lisboa Antiga — Bairro Alto*, Lisboa, 1902, t. I, cap. I e seguintes, nada revela destas pinturas; nem Vitor Ribeiro, em *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, Lisboa, 1902, ao tratar dos quadros da Antiga Casa Professa, págs. 223-232, 267-269 e 288-296, as cita, nem a elas alude ao descrever a capela actual do orago da igreja (págs. 218-219) não notando o primor decorativo de cena da cura do purpurado bretão, reproduzida do painel antigo. No *Guia de Portugal artístico — Capela de S. João Baptista, na igreja de S. Roque*, no texto e gravura deste pormenor ornamental (pág. 16) também está omissa uma alusão a propósito da velha tábua. Em *Resumo Histórico da origem da ermida de S. Roque e da sua irmandade na Cidade de Lisboa*, Lisboa, 1869, nem uma palavra sobre o assunto

10 Nos manuscritos reservados do F. G. da Biblioteca Nacional de Lisboa, buscámos no códice 207, a espécie *Notícias eclesiásticas de Lisboa, S. Roque...* Infelizmente este manuscrito, apesar de notado nos índices do mesmo volume 207, e dos reservados, não está incluído no citado códice, nem souberam dar razão dele! Mero extraviado?! — escreviamos já em 1942.



Mestre de Torres (?).

«NASCIMENTO E PARTIDA DE S. ROQUE»

Pintura sobre madeira (carvalho) — Séc. XVI.
Dim.: 1^m,19 × 1^m,28.

Igreja de S. Roque — Lisboa.



Mestre de Torres (?).

«CURA DO CARDEAL E VISITA AO PAPA»

Pintura sobre madeira (carvalho) — Séc. XVI.
Dim.: 1^m,19 x 1^m,28.

Igreja de S. Roque — Lisboa.



S. ROQUE

Estátua do Século xvi, de pedra policromada com luzes de oiro, que esteve no seu postigo da muralha fernandina; actualmente no Museu do Carmo



SITIO DE S. ROQUE

Pormenor da planta de Lisboa do Século xvi —
Vê-se a muralha onde existia o postigo de S. Roque

Desenho de Bráulio.



Mestre de Torres (?).

«S. ROQUE EXPULSO DO HOSPITAL. —
VIVE EM CHOUPANA COM O SEU ROQUETE»

Pintura sobre madeira (carvalho) — Século XVI.
Dim.: 1^m,19 x 1^m,28.

Igreja de S. Roque — Lisboa.



Mestre de Torres (?).

«PRISÃO E MORTE DE S. ROQUE»

Pintura sobre madeira (carvalho) — Século XVI.
Dim.: 1^m,19 x 1^m,28.

Igreja de S. Roque — Lisboa.

De que romance popular ou leitura de prosa autorizada, havida ainda como fonte para se repetirem maravilhas refutadas (17) se terá valido o pintor das tábuas quinhestistas do Santo milagreiro do Bairro Alto, de Lisboa?...

A análise dos temas pintados pelo artista levou-nos a indagar a verdade das representações, folheando a *Acta Sanctorum* dos jesuitas bolandistas (18). O exemplar na Biblioteca do Palácio Real da Ajuda, fora destinado à Livraria Pública do Colégio de Santo Antão, como o afirma o *ex-libris*, escrito a tinta de noz de galha, ou seja à biblioteca geral da Casa, para o diferenciar dos livros das bibliotecas particulares dos professores do mesmo colégio ou de outras casas da Companhia, em Portugal (19).

Neste santoral temos o que indagávamos para a interpretação pictural da fantástica lenda roquiana.

Francisco Diedo, advogado e prefeito da cidade de Bréscia, biografou S. Roque, em 1478, ou recolhendo a tradição oral ou forjando-lhe a extraordinária vida de aventura sobrenatural, de cuja versão manuscrita e mais correcta do Mosteiro de S. Galo, na Suíça, falou o bento João Mabillon, e os Bolandistas estamparam, em quatro capítulos (20) com comentários famosos da sua crítica.

Exemplar da edição custeada pela cidade de Bréscia, ou narração de clérigo, ou leitura pessoal da obra de Diego, actuaram na construção das quatro tábuas da Irmandade, primaz das confrarias de S. Roque, em toda a Península, e à qual Gregório XIII em 8 de Março de 1583, concedeu as mesmas graças e privilégios, que em Roma gozava a confraria da caridade (21).

Com o texto do famoso jurisconsulto, vejamos a acção da lenda roquiana nos quatro cenários das tábuas quinhestistas já avaliadas pelo desenho, colorido e estilo que atestam os méritos do seu autor, ainda por identificar, sem hesitações, apesar de tantas autoridades lhe chamarem Mestre de Torres. As hesitações sobre a autoria do pintor cairiam por terra se aparecessem documentos ou referências documentais.

Voltemos aos painéis de S. Roque. Na primeira das peregrinas tábuas temos um interior de aposento nobre. O Natal do portentoso Roque tem admiradores, em veneração e contentamento extraordinário. A mãe, Líbera, no próprio leito docelado por cortinas vermelhas, vestida e entoucada, com barrete de clérigo na cabeça, e João seu marido, senhor de Montpellier ricamente vestido de brocado, seguido de dois homens do paço, e os três de joelhos diante do menino prodigioso, francamente nu, robusto, que ostenta, no peito, a marca de cruz sanguínea.

Para a interpretação deste acto, narra Diedo que era infecunda e senil a esposa Líbera, sendo seu filho de milagre, nascido lindo e forte, assinalado com uma cruz vermelha, fruto das próprias orações maternais à Virgem Maria, a quem o votara para sua glória. Daqui o pismo suspensivo e reverente das figuras masculinas e o sorriso devoto da parteira, da mãe com aqueles gestos expressivos, e da donzela galante que serve à senhora manjar delicado, em prato de barro, sobre bandeja de metal.

(17) Fr. JUSTO PEREZ DE URBEL, O. S. B., *Año Cristiano*, Madrid, 1934, vol. III, págs. 312-315.

(18) Cfr. JOÃO BAPTISTA SOLÉRIO, JOÃO PLÍNIO, G. CUPERO, PEDRO POSCHIO, *Acta Sanctorum*, Veneza, 1763, t. III, mês de Agosto, págs. 310-415.

(19) No códice *História da fundação e progresso da Casa de S. Roque*, marca o *ex-libris* «Do cubiculo do P. Preposito». Também, neste manuscrito, nada vimos sobre as encantadas tábuas. Biblioteca Nacional de Lisboa, Reservados, códice 4.491. P. 6-2.

(20) Cfr. *Acta Sanctorum*, loc. cit., págs. 400-407.

(21) A bula mencionada de 52 páginas, está escrita em pergaminho iluminado.

Na parede, ao fundo, há um quadro que, além de ser ornamental, em si, refere o passo da partida de Roque para a sua romagem à Cidade Eterna, depois de haver generosamente repartido os seus bens aos pobres, quando tinha doze anos apenas, afirma o advogado escritor.

Com a sua inspiração, o artista pintou o desprendido Roque a dar esmola aos pedintes, ajoelhados no renascente pórtico monumental do seu palácio, enroupado no traje anteriormente pintado pela iconografia roquiana e sucintamente descrito pela pena de Diedo (22).

Perguntamos, agora, quem eram os pais de Roque, a sua situação social e qual era o verdadeiro nome do seu filho?...

Prova-se satisfatoriamente a sua nobre linhagem e teve principado o senhor do Monte Pessulano — Montpellier?...

Estas e outras incógnitas dos dias e anos em que nasceu e morreu o advogado contra a peste atormentam os hagiógrafos (23).

Viu a luz do dia em 1295, em 1280, e morreu em 1327?

Problemas sem solução.

Saído da casa paterna, onde Diedo imaginou ouvir cálidas orações da mãe a pedir o filho a Deus, o discurso de desenganos do pai, à hora da morte, e leu o admirável rescrito da abdicação dos bens, criado pela sua fértil imaginação... Roque lá vai, na lenda e no quadro a caminho da Cidade Eterna, em 1320. Mas encontrando-se com os empestados de Água Pendente, serviu-os com dedicação, principiou e curá-los com o sinal da cruz, que lhes traçava na frente.

Esteve em Cesena, e na Cidade do Príncipe dos Apóstolos, foi levado ao Cardeal, cuja nacionalidade britânica ou gaulesa, parece tão fábula como a sua existência e o seu título.

Depois de ter preservativamente curado esta Eminência com o sinal cristão, na testa, marcando-o como a cautério, foi levado ao Papa pelo miraculoso.

Estes factos ideados foram passados admiravelmente à segunda tábua, que é outro cenário de interior, com as figuras maiores, movimentadas nos primeiros planos — o Purpurado no leito, o Santo a curá-lo, e mais fâmulos espantados com o prodígio — e a visita ao pontífice, pintada, ao alto, no quadro decorativo da parede, onde o Santo se sente encotinhado na corte pontifícia entre mitras do século xv e o ambiente de grandeza de uma das tábuas do retábulo de Santa Auta da Madre de Deus.

Pena é que a beleza daquela pintura não corresponda à beleza da verdade, pois o Papa não estava, então, em Roma, mas em Avinhão e o purpurado de *Angleria* ainda hoje arrelia os Bolandistas, como antes ao falareno desta enigmática personagem (24).

Muito pôde a invenção, até na falsa piedade, pois para exaltar o Santo, arrojou-se a criá-lo terceiro franciscano, de parceria com S. Luís, rei de França, e com tanta insistência como estranhada, por nem um nem outro o terem sido (25).

Prosegue a lenda que falecido o Cardeal, Roque deixou Roma e foi para Placência, onde a peste flagelava e serviu no hospital. Aqui, em sonhos, ouviu vozes celestiais que lhe prognosticaram quanto ia sofrer. Acordando com febre, encontrou-se com dor aguda como de facada,

(22) *Brevi quadam veste indutus, vilique pallio supraposito, pileo, pera ac baculo sumptis, pedibusque coopertis calceamentis, Romam versus iter dirigit.* Ou segundo outros escritores: *habitu itaque peregrino indutus, caput pileo poenitentiae tegitur, de humeris bulga pendet, baculus peregrinalis dextram subit et intentus poenitentiae Rochus [...]* Roman versus contedit. Cfr. *Acta Sanctorum*, loc. cit. págs. 381.

(23) Cfr. *Acta Sanctorum*, loc. cit. págs. 380, 381, 400 e 401.

(24) Cfr. *Acta Sanctorum*, loc. cit. págs. 381, 401 e 404.

(25) Cfr. *Acta Sanctorum*, loc. cit. págs. 381, 401 e 404.

na coxa. Os empestados, ouvindo-o gemer, mandaram-no calar e que sofresse com paciência, e ele, não querendo mortificar os doentes, saiu do hospital e foi lançado fora da cidade (26).

E o assunto da terceira tábua, em cenário de ar livre com nesga de interior, ao canto, onde aparecem empestados, na cama, e o Santo levado à força, no pátio ladrilhado, que mão mal jeitosa de restauro incompetente da pintura, sepultou debaixo da broxada rubra que ainda deixa ver as figuras das juntas.

Assim, proscrito, foi descansar junto de uma árvore, metendo-se depois em tugúrio próximo, como escreveu Diedo. Este imaginado facto está na mesma tábua, ao alto, na paisagem do campo que tem muralha e outeiro, ao fundo, cerrando o horizonte. Nestas composição temos o anjo da iconografia roquiana, de joelhos, apontando a chaga, sendo a imagem celeste alusão ao sonho.

Roque, de joelhos e inclinado para o cão, tira-lhe o bolo da boca, com a mão esquerda, asseverando o advogado hagiógrafo que o podengo vinha roubar, a casa do opolento Gotardo, senhor rico, também ali personificado e a indicar o cão roquete (27).

Quem é, contudo, este Gotardo da vida do extraordinário peregrino, que encheu a piedade com a sua lenda repassada do maravilhoso lirismo da caridade e de fulgurante sobrenatural? E existiu?

Vamos à quarta tábua.

Por ordem divina, refere Francisco Diedo, o Santo do Monte Pessulano partiu para a Gália, que ardia em guerra. Ao chegar à Cidade, que dera ao seu tio, foi preso como espia. Levado à sua presença e interrogado, respondeu que era peregrino. Metido na cadeia infecta, aqui passou cinco anos com escorpiões, abstinente, orante e penitente (28).

O feito da prisão, está representado em cenário, dividido o quadro ao meio. À direita, vemos o fundo da paisagem, em torres, muralhas, castelo roqueiro e esfumada montanha, a perder-se ao longe.

À esquerda, em átrio paçal, o Santo vai agarrado por dois soldados, à presença do tio príncipe que, acompanhado do pagem ou filho e seguido de curiosos cortezãos, fulmina imperiosa e majestaticamente a sentença.

Por último, em quadro decorativo, no átrio do palácio, a morte de Roque na masmorra, tem pinceladas patéticas de atitudes extáticas. O misterioso prisioneiro pedira um sacerdote e, depois de suavíssimos colóquios, rogando a Deus que livrasse da peste os que o invocassem, expirou, prostrado por terra.

Para findar o romance, o confessor revelou ao príncipe que o condenado, falecido, era Roque, homem santíssimo a cujo passamento brilharam luzes desacostumadas que foram vistas sair do cárcere. A mãe do príncipe logo que viu o cartão com o nome de Roque deixado por ele ao lado — é a garatuja da inscrição colocada na parede à cabeça do Santo? — exclamou ao filho: É teu sobrinho que te deu o principado! Vejamos a sua cruz vermelha no peito!..

E surgiram as objurgatórias da mãe do príncipe, exprobando-lhe a crueldade de o ter prendido.

Houve lágrimas, houve clamores, e o magnate arrependido levou o corpo do heróico romeiro, da prisão ao templo, prestando-lhe honras com magnificente pompa... (29).

Bonita fábula, espantoso desconhecimento!

(24) Cfr. *Anaclecta Bolandiana*, Bruxelas, 1939, t. LXII, fasc. III e IV, págs. 465-466.

(27) Cfr. *Acta Sanctorum*, loc. cit. págs. 403-404.

(28) Cfr. *Acta Sanctorum*, loc. cit. págs. 403-406.

(29) Cfr. *Acta Sanctorum*, loc. cit. págs. 406-407.

E depois? — pedirão ainda as crianças crescidas e as miúdas, sófregas de lendas fantásticas. As relíquias do Santo foram trasladadas de Montpellier, para Arles, em 1372, e furtivamente, conta outra história, em 1485, pararam em Veneza, donde veio a relíquia pedida por D. Manuel I, que Lisboa venerou, desde 1506.

Mas foi, porventura, canonizado como taumaturgo contra peste?

Não há argumento que o garanta afirmativamente, sem perigo de dúvidas. O ter sido invocado, por essa razão, explica-se depois de difundida a sua devoção que a história de Diedo fomentou. O motivo da peste de 1414 também é gratuito, pois não a houve durante o concílio de Constança, do qual não saiu a veneração a Roque sob aquele título.

Como explicar, porém que o Santo se tornasse advogado dos feridos da pestilência?

Da cura extraordinária de algum mal, em Constança, deve ter saído a série de lendas que se entreteceram e invadiram a Europa, mais acreditadas e espalhadas que as próprias verdades secas e substanciais.

A piedade sólida, contudo, não perde em ser ilustrada e livre de fantasias, pois nem Deus precisa da mentira para ser bem servido, nem os santos para serem devidamente venerados pelas suas excelências de graça e de virtude.



Do exposto flui a realidade do interesse iconográfico das encantadas tábuas de S. Roque, de Lisboa, cuja beleza plástica será completa logo que limpeza e restauro técnico lhes restituam quanto possível a pureza e frescura primitivas com a solução de outros problemas surgidos.

Entretanto, perguntamos quem é o Mestre de Torres e que ligações picturais haverá entre ele e Vasco Fernandes, pois o S. Roque deste último tem modalidades diferenciais que levam a supor que a peça dele não é solta e merece atenção a particularidade de o tipo da pintura roquiana de Grão Vasco tratar o Santo como já no século xv representava a xilogravura de Maldura.

A lenda de Francisco Diedo deu o auto de cores para glorificação de um Santo, cujo nome só Deus sabe. E dos artífices de S. Roque falaremos com mais vagar, pois o exige o assunto.

J. da Costa Lima

(Do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia).





OS MUNICÍPIOS DE PORTUGAL E O MILENÁRIO DA FUNDAÇÃO DA CIDADE DE GUIMARÃES

O sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Tenente-Coronel Alvaro Salvação Barreto, tomou, em devido tempo, a feliz iniciativa da realização de uma homenagem de todos os municípios do país à cidade de Guimarães por ocasião das festas comemorativas do milenário da sua fundação e do 1.º Centenário da sua elevação a Cidade.

Efectivamente em 14 de Agosto, os Municípios de Portugal, quase todos representados e alguns pelos seus presidentes, fizeram a anunciada romagem a Guimarães, numa expressiva manifestação de simpatia, que a todos os vimarenses, deve ter emocionado profundamente.

Acompanhavam-nos os respectivos estandartes dos concelhos de Portugal, tendo-se realizado, num dos salões do Paço dos Duques de Bragança, singela mas bem significativa cerimónia, a que também assistiram o chefe do distrito de Braga e outras individualidades.

Nessa sessão, que representou para Guimarães uma extraordinária prova de consideração dos Municípios portugueses, usou da palavra o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, que leu a seguinte mensagem:

«Não são, apenas as Capitais de Distrito representadas pelos presidentes das suas Câmaras Municipais — e que em mim, benévola e delegaram o honroso encargo de me dirigir a V. Ex.^a — que aqui estão à sombra destas bandeiras, vindas dos quatro pontos cardeais do território nacional para se inclinar perante o velho e glorioso castelo de Guimarães. Por detrás do simbolismo destes estandartes e da nossa presença, está Portugal inteiro, estão todos os seus Municípios, está a unidade do Império — Continente, Ilhas e Ultramar — na sua secular solidariedade histórica e na sua indestrutível aliança moral.

O milénário de Guimarães que aqui nos trouxe nesta jornada de nacionalismo evoca-nos a primavera da Pátria que floresceu ao abrigo das muralhas e das ameias que são para todos os portugueses um altar sagrado de civismo. Aqui germinou a semente extraordinária e fecunda da nossa História. Daqui irradiou a grandeza sem par que se tornou, com o andar dos séculos, na Tradição que nos ilumina. Reis e Cavaleiros, Bispos e Letrados, Homens de Armas e Mareantes, gente de teres, e mestreiros, unidos na mesma aspiração, ergueram e consolidaram Portugal para todo o sempre.

Berço da Nacionalidade! Não há expressão mais exacta para definir com rigor e carinho o papel que a Guimarães coube na nossa História. E parece que do alto destas velhas torres, ao contemplar a paisagem sem par do jardim de Portugal que é o Entre-Douro-e-Minho, nós revivemos a ansiedade heróica dos nossos avós fundadores. Eles tinham decerto, — porque os impulsionou a força indomável do destino — a consciência do que se ia realizar. A Pátria portuguesa surgiu para a grande aventura dos tempos. E com ela despontava alguma coisa de novo nos rumos da Humanidade. Consolidado, ao fim de três séculos, o domínio territorial deste retalho da Península, debruçado sobre o mar — «a florida alpendrada» do Poeta — ia começar para os portugueses o cumprimento da vocação. Chamavam-nos os Deuses do Oceano, atraíam-nos os mistérios do Mar.

E Portugal abalou nas Caravelas para escrever a página nacional da sua Crónica. O que o Mundo ficou a dever a esse esforço, tão desproporcionado para as nossas energias que nele iam deixando a própria alma, reconheceram-no todos os grandes historiadores e comentadores do passado. A face do globo modificou-se por completo. Uma nova idade surgiu nas relações dos homens. As Artes e as Ciências, o Comércio e a Política, o modo de ser e a sensibilidade dos povos sofreram uma verdadeira revolução. Mais uma vez uma pequena Nação — mas bem consciente do que fazia — virava uma página da História e abria ao mundo perspectivas que se não haviam sonhado. Depois do *milagre grego* surgiu o *milagre português* — mas este de mais vasto alcance porque tinha por cenário, não um mar interior, de horizontes limitados que se reflectiriam até no equilíbrio acabado da estética helénica — mas os vastos oceanos, os infundáveis continentes — a África, a América, a Oceania — que se espelhavam na nossa Arquitectura, na nossa Pintura, na nossa Literatura, desde as páginas imorredouras das Crónicas da Navegação e da Conquista, aos Capítulos — únicos na prosa de qualquer povo — da História Trágico-Marítima e da Peregrinação de Fernão Mendes Pinto.

Revolução sem par, — insisto. E tudo teve aqui a sua origem. Foram os homens de armas de D. Teresa, os cavaleiros de D. Afonso Henriques, os arqui-avós de nós todos, em cujo sangue borbulhava o sonho da fundação da Pátria, os grandes modeladores do nosso destino de oito séculos.

Por isso, para nós, portugueses conscientes do nosso passado, do nosso presente e do nosso futuro, Guimarães é um daqueles lugares onde sopra o Espírito, — o Espírito nacional, o heróico Espírito da Raça, que nas grandes horas de exaltação como nos momentos de desesperança ou de dúvida aqui se tem de vir receber, numa iniciação cívica sem igual.

O que palpita neste momento junto de vós, representantes ilustres da milenária cidade que foi a primeira capital da Nação é o próprio coração de Portugal, a alma de todos os seus concelhos, sem distinção de latitudes ou de raças, numa ressurreição das gerações sucessivas, do Norte ou do Sul, da Metrópole ou do Ultramar, que ergueram bem alto o prestígio da Grei, na ponta das lanças primeiro, no cimo dos mastros, depois, — sempre com fé em Deus, na Pátria e nos seus chefes, como hoje a temos, viva e palpitante e no-la mostra para o futuro o espectáculo da Mocidade ardorosa que sobe para a vida e que aqui quis vir também saudar-vos e gritar connosco:

— Viva Guimarães!

— Viva Portugal!».

Falou a seguir o sr. dr. Augusto Ferreira da Cunha, Presidente da Câmara de Guimarães, que começando por referir-se à origem das instituições municipais, disse constituir um delicado e melindroso problema a aguardar solução satisfatória. E afirmou: — «Contudo, podemos garantir que o agregado dos nossos homens bons em Corpo Municipal surge logo nos alvares da nacionalidade, salientando-se os seus vestígios logo após as primeiras Inquirições do Reino, mandadas proceder por D. Afonso II em 1220».

Historiou depois os primórdios da vida oficial vimarense, fazendo longas citações da monografia «O Concelho de Guimarães» do prof. dr. João de Meira.

A terminar: — «Não é sem comoção e profundo enternecimento que dirijo a vossas excelências, dignos presidentes e representantes das câmaras municipais do país, o meu mais sentido reconhecimento por esta homenagem, filha duma comunhão de pensamentos até hoje inédita, simbolismo perfeito da grandeza de alma dos homens bons de Portugal, representantes duma função altamente enobrecida pela poeira do tempo, instituição secular, filha dos concelhos que a Nação brotou e a quem a Nação muito deve.

Nas pessoas de vossas excelências, senhores presidentes das câmaras, continuadores dessa nobreza remota de bons e leais servidores, saúdo efusivamente o passado imortal e o presente confiante».

O sr. dr. Augusto Ferreira da Cunha leu, depois, uma mensagem de saudação, escrita sobre pergaminho, da Câmara Municipal de Lourenço Marques à cidade de Guimarães.

A encerrar a sessão, o sr. tenente-coronel Néry Teixeira, Governador Civil de Braga, que apenas, disse, desejava pronunciar duas palavras: a primeira para saudar o bom povo vimarense, e desejar que a sua reigão viesse a comemorar muitos milénios, como este, ao Serviço da Pátria. E a propósito afirmou que Portugal era hoje, como tinha sido no antanho, o grande esteio da civilização cristã — concluindo por prestar homenagem a Salazar, cuja mão, disse, na vida próspera da nação se confunde com a da Providência.

A segunda palavra foi para saudar os presidentes dos municípios, destacando o sr. tenente-coronel Salvação Barreto, que teve a feliz iniciativa daquela homenagem a Guimarães.



No Salão Nobre do Grémio do Comércio, vistosamente iluminado e engalanado, realizou-se à noite um banquete de gala em honra dos presidentes ou representantes dos municípios a que assistiram algumas individualidades vimarenses.

Presidiu o sr. dr. Augusto Ferreira da Cunha ladeado pelo, sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e Vice-Presidente da Câmara Municipal do Porto.

Aos brindes, o sr. dr. Augusto Ferreira da Cunha saudou os visitantes e as terras que representavam.

Falaram depois os senhores António dos Santos Cunha, Presidente da Câmara Municipal de Braga que exaltou a vida e obra dos vimarenses, e tenente-coronel Alvaro Salvação Barreto que se regozijou com o êxito da homenagem dos municípios do país a Guimarães.

Depois do banquete os visitantes assistiram a uma sessão de fogo de artifício que lhes foi especialmente dedicada, no recinto da Exposição Industrial e Agrícola, onde houve animado arraial.





SANTO ANTÓNIO VELA PELO BAIRRO

Em Lisboa, no arco da rua X, perfila-se em seu nicho envidraçado o divino Padre Santo António. É de madeira policrômica e chamam-lhe familiarmente o Sant'Antoninho. A ilharga, uma lâmpada arde noite e dia. O nicho é fechado para que os gatunos não roubem o azeite. Um ano foi visitado por um quadrilheiro, tão infeliz pilho e miserando que se deixou apanhar e foi enforcado na praça. Santo António teve com isso um profundíssimo desgosto e soube sugerir, em sua sagacíssima bondade, ao vereador do pelouro que fosse dotada a charola com uma tranqueta de segurança.

Para o precioso óleo cotizam-se os moradores, à cabeça do rol a família Coelho Manso, que tem a chave e professa a mais afervorada devoção pelo beato taumaturgo. Trata-se dum lar infra-burguês, super-povoado, o pai oficial de Contos e Casa, um dos filhos alferes, o outro frança, duas tias velhas, com lugar certo na Constelação das Onze Mil Virgens, e três meninas bonitas, sécias, solteiras e namoradeiras, das tais de derreter com a labareda dos olhos e a sede de amar quem passa na rua. Chamam-lhes no sítio, para não fugir ao lugar comum, as Três Graças Mansas. Os rapazes, esses, são afogações de génio e estroinas, tanto o militar como o que não exerce outro emprego senão fazer semblante de que anda à procura dele.

Santo António traz debaixo de olho, um olho de argos vigilante e carinhoso, o bairro todo, primitivo e pobrinho mas honrado, dado a luxos e amigo de se divertir mas temente a Deus e testo a cirios e festas de altar. Agora quem ele desvela particularmente é a família de Coelho Manso. Pudera! A velha Conegundes, sempre queixosa das cruces quando não é do flato, do reumático quando não é do baço, com achaques mais numerosos que os dentes que lhe restam, da manhã à noite dentro da bata de fundo amarelo semeado de ervilhas verdes, cabelo em regueifa para a nuca, o infalível carochinho preto no regaço, deixará faltar o azeite no prato das sextas, e na sopa de repolho com feijão barriga de freira, mas lá na lamparina do santinho jamais. Acabava-se o mundo se se extinguisse o fanal que ali bruxoleia pela noite velha, quando a escuridão parece um avejão imenso, de asas estendidas, a afogar o casário torcular.

As Coelhas Mansas, Maria, Ana e Marta, votam a Santo António uma dilecção extremada, curiosa, se bem que não original. Volta e meia, a pretexto de renovarem o azeite, palmam o Menino ao santo. Palmam-lhe o Menino, que está rechonchudo e nu sentado sobre o breviário, as pernocas à dependura, a mãozita papudinha no jeito de prender-se-lhe à sotaina. É o modo de exercer coacção sobre o taumaturgo para que lhes dê bom e lesto despacho. Santo António, que poderá suportar tudo menos ver-se separado do cachopinho, não resiste aquela *chantage* amorável. No dia seguinte, os anelos das Três Graças obtém ganho de causa. Por via de regra, estão em jogo os seus amores. Embora ao santo repugne o papel de pau-de-cabeleira, que remédio? Antes de mais nada é preciso que o Menino volte para o duro divan que é o ripanço.

Uma das vezes que se demorou a obter-se, esteve iminente a catástrofe. Conjurando-se, as três manas Mansas foram-se, horas mortas, ao nicho e tentaram atar uma corda ao pescoço do Santo para o mergulhar no poço do quintal até que se dignasse deferir a deprecada. Valeu-lhe ser de castanho reboliço, pesado como chumbo, e as conspiradoras, por mais que soprassem, suassem, gemessem, não conseguiram deslocar a estátua do absídolo.

Não são apenas elas as suplicantes. Está para nascer o primeiro sarrafaçal no bairro que lhe não dirija as mais inverosímeis requestas. De modo geral, só por grande casualidade faltarão devotos, de joelhos, perante Sant'Antoninho. Além do voto directo, de caso pensado, é ao passar que muitos, nada mais que *in petto*, apelam para a sua intercessão e, após a vénia da regra, ala, que se faz tarde. Os mais próximos, tais as Coelhas Mansas, vêm à varanda e dali formulam suas rogativas, mentalmente. Santo António interpreta umas e outras na sua linguagem muda como se fossem rezadas, embora de facto passem pelas cabeças tontas mais surdas que lagartas nas couves. Interpreta-as, decifra-as, e dá-lhes, consoante a fé dos devotos, provimento ou não.

Ora uma daquelas tardes — estamos no século XVII com guerra nas fronteiras e nas províncias ultramarinas e uma vadiagem infrene, nobilitada pela lança dos avós, a infestar as ruas — soprava um vento de desbarato sobre a casa de Coelho Manso. Além do alferes ser chamado ao regimento que partia em expedição contra os Castelhanos, papel de que andava tão arredio

como o Diabo da Cruz, ó sorte infanda! era mobilizado o pai Coelho Manso, official dos Contos e Casa. O peralta voltara a casa com os dentes partidos numa rixa, em que apanhara abundantemente para a caixa, no Poço do Borratém. Os namorados das meninas, bastante porque lhes não cheirasse o dote, parecia quererem desarvorar um, meter outro o idílio para rumo desonesto, ainda o terceiro brandir o punhal de Otelo contra a ingrata e infiel, surpreendida na Sé a trocar miradas langorosas com um chichibéu. Acrescia que Ramon, o tareco, tocado pelas auras do Janeiro, tresnoitava há dias, donde o andar a boa dona sobre brasas, privada do ronrom festivo do querido e grande turrador, miador, fazedor de arcos e erguedor de mastros sob o afago da sua mão matriarcal.

E vá de irem todas à sacada e apelarem sucessivamente para o miraculoso padroeiro, interpretando a lição, aprendida com o leite, da boa mãe Conegundes, vasada no estilo, melifluo como as guloseimas dos conventos e pomposo como as casacas dos cortesãos, do *Sol Nascido no Ocidente e posto a Nascer do Sol*, de Brás Luis de Abreu, água cistagana dos hagiógrafos:

— Ó meu beato António, santinho da minha alma, luzeiro da Itália e esplendor de Portugal — congeminava Maria, a filha mais velha, alevantadiça de trunfa e de vozes — guardai-me o namorado, que ameaça deixar-me pela filha do mercador de sola, aquela gorda e sardenta Rosa Fagundes, para mais taxada de sangue marrano. Guardai-mo rendido e fiel ao bem que lhe quero, glorioso sol do Empíreo, e prometo rezar-vos tantos padre-nossos que eu caia para a banda de cansaço e vós tapeis os ouvidos, azoado. Não serei eu mais bonita do que a correeira, e mesmo mais prendada e mais discreta? Oh, que os dobrões que tem o pai lhe sirvam de brasas no Inferno! Ouvi-me, meu divino Padre Santo António! Amparai-me, na demanda com a maldita, invencível advogado! Valei-me, nas minhas penas, boticário dos corações aflitos!

Retirou-se a moça da varanda ao perceber que vinha lá a mana — uma peste por baixo das suas sete falinhas doces, uma acusa-cristos, que ia contar tudo ao pai — quando o santinho começara a dar mostra de comovido. Uma lágrima teria mesmo chegado a aflorar-lhe aos olhos que o Menino talvez esmagasse com a pontinha do dedo. Mas, schiu, de facto abria-se de novo a porta na varanda das Coelhas Mansas. Era Aninhas, a cadeta, branca, poética e vaporosa, que se debruçava sobre o vão da rua. No seu nicho, Santo António tivera tempo de regressar à pétreia imobilidade, sem ninguém dar pela transmutação. De resto, não era novo debaixo da rosa do sol. A estátua do Comendador era a prova eloquente.

— Padre Santo António — rompeu a exortar a perlequitetes — senhor de estranhos poderes, que em Limoges vos condoestes da pobre dona desfeada e, pegando dos cabelos que lhe cortou o ciumento, lhos repusestes em sua formusura e inteireza; que açaimastes os tiranos; que destes vista aos cegos; que endireitastes os coxinhos e os estropeados — iluminai o meu caminho! Posso seguir, confiada, o homem que adoro? Devo por ele deixar pai, irmãs, irmãos e o lar sossegado a que presidis com solicitude paternal, meu glorioso Padre Santo António, meu adorado Sant'Antoninho!? Inundaí de luz minha alma, ó preclaro luminar do Céu! Dignai advertir-me se as pétalas de rosa com que o meu mais que tudo promete alcatifar-me o caminho escondem a vibora que mata! Dizem-me que há um bicho mau, chamado trigonocéfalo, que se disfarça entre as flores. Por quem sois, guiai-me nesta senda de verdadeira Primavera, que me inebria e tanto pode conduzir-me à ventura como à perdição, no dizer da mãe Conegundes!

Recolheu-se a doidinha e, no seu nicho, Santo António, que guardara uma atitude carrancuda de reserva, entregou-se logo a movimentos vários de cólera. Debalde tentava o Menino acaçmá-lo. Com a mão, enclavinhada em martelo, fazia o gesto de britar, de reduzir a grude a cabeça da serpente, e ante disposição tão cómica o Menino não conseguia reprimir-se e soltava-lhe nas bochechas risadinhas deliciadas. Mas, de repente, ouviu-se o ranger duma porta nos gonzos

enferrujados. Que sarna! Era ainda na varanda das Coelhas Mansas. Lá assomava a terceira Graça. Só faltava aquela cabeça de alho chocho, engraçada como um pássaro de paraíso, garrida, e a mais lambisqueira e casquivana das três. Não abria boca, mas, como já se disse, Santo António via os pensamentos loucos voarem-lhe na alma como pulgões numa açucena.

— Meu santo quebrador das infusas, meu Sant'Antoninho de mel, que culpa tenho que os rapazes olhem para mim mais do que para as outras?! Se o meu rosto é prazenteiro, a minha voz meiga, o meu olhar requebrado, foi Deus que assim me fez. Por quem sois, meu rico Padre Santo António, abri, ou melhor, fechai os olhos ao meu namorado que se ofuscam com tudo que não seja derreter-me para eles. Reacendei a idolatria que me tinha, domesticai-mo, e eu vos prometo uma novena e missa cantada no vosso altar da Sé.

Retirara-se a donzela, ficando Santo António a saborear o sainete daquela alma especiosa. Ao cabo do seu enlevo, que não foi longo, murmurou para o Menino:

— Coitadinha! Coitadinha! É bonita, não se há-de fechar numa trapeira.

II

Era noite velha e tinha o bom do Santo António acabado de chegar da ronda. Silfo, ânimula volátil, sombra ilusória, ninguém dera por ele. No entanto visitara todos os becos e pátios; entrara mesmo, aqui e além, nas casas e fora surpreender os moradores em seu desalinho e impróvida intimidade. Não o fazia por espírito de coscuvilhice. Se tinha o olfacto ainda não sonhado dum detective americano, também possuía a curiosidade cordial dos bons amigos. Andava por bem.

Uma vez no seu nicho, instantaneamente retomou a rigidez perfeita, que é apanágio duma estátua, ainda quando o seu autor não é Fídias: hirtos e púlpas absortas como manda a regra, pregas da roupeta caíndo sobre as alpagatas em verticais indeformáveis. O luar e a luz, esta luz gorda do azeite que parece se envergonha de esconder patifarias, ficaram a benzer, a tecer à roda da sua nuca um resplendor fictício de ouro velho, que o vero, de plaqué, que tivera antigamente, surripiara-lho o tanso dum esfomeado, julgando que era de prata. Para a Mouraria cessara todo o bulfício, até nos próprios alcouces. A urbe dormia: nem pigarro de piteireiro, nem tosse de fadista. Ao cabo da rua, um gato desatara a miar, sinal de solidão.

Por cima dele, lés a lés dos céus, a vida astral continuava em seu curso surdo na indefectível eternidade. Nuvens brancas avançavam através dum azul de seda aleonado, sacudidas pelo ventinho mesureiro. Esse vento era dos tais que chegam às chaminés, espreitam para dentro, insinuam-se até meio do cano e, ao sentirem-se engasgados na fuligem, largam de esfusote, assobiando. Nos páramos, primeiro as Três Marias, depois as Alfas do Centauro declinavam, como girasóis, por cima do zimbório da Senhora da Penha de França.

O santo pôs-se a deitar contas à vida, contas ralaças, ao passo que gozava a brandura deliciosa da noite. Durante o dia fizera um calor como só aguentara no Recife, na guerra com os malditos luteranos. No Chafariz de Dentro, os aguadeiros, sentados nos tempos dos barris, à espera de encher, várias vezes enxugaram o suor às mãos felpudas, saboreando e ressaboreando o noticiário de Redondela. O silêncio e o Tejo dormiam como dois gémeos no mesmo berço. Ao Tejo sentia-se-lhe o bafo: fresco com um travozinho de marezia. O silêncio, esse com a lua cheia a pinchar de estrela para estrela como uma pastora a guardar cabras bravas, corporizara-se de todo. A sua corporeidade, porém, era a daqueles seres e coisas às quais a varinha das fadas bemfazejas deu condão de invisíveis. Mas se tal corporeidade lá estava, para Santo António nem era matéria de dúvida que lá estava, furtada ao *contrôle* dos sentidos, outros que não os seus.

Santo António, com efeito, dava fé dela, suspensa das malhas do luar à maneira duma bela equilibrista sentada no seu trapézio, sentia-a exuberante e veludosa contra a cara picada de bexigas que lhe deixara o imaginário. De quando em quando perpassava um frémito na sua túnica de falsa estamena, que olhos leigos julgariam ser a ondulação da sombra, a par e passo que a luzerna oscilava, sacudida pelos golpes do vento. Era volúpia, a castíssima volúpia dum santo, grato a Deus nas criaturas.

A rua dormia, estancado por agora o açude de alegrias e penas que rolava por ela diurnamente. Nos campos, com o céu aceso de lés a lés, e todos os insectos estridulantes a cantar, a noite era mais divertida que um arraial minhoto. Na cidade, pelo contrário, era muda, sombra descondensada pela luz baça das estrelas. Apurando o ouvido, lá se apreendia no cício dos longes, nas próprias pulsações do silêncio, que o nocturno ia passando subtil e melodioso. Daquele cesto de gávea, Santo António via desfilar os mundos e o que não enxergava pressentia-o. Podia ser o juiz de todas as quesílias colectivas e ainda daquelas que cada um traz escondidas no fundo da alma. Mas nem sempre tinha a disposição requerida. Fugia, por exemplo, de ter dares e tomares com soberbos e orgulhosos. Porque então perdia a paciência e mais tarde teria de se arrepender de tratá-los como ao tirano Ezelino. O seu meio era o dos humildes e simples, que se deixam viver, abandonados à corrente da existência, o mesmo é que repousarem na mão de Deus.

O Menino dormia a sono solto, sentadinho no livro de pedra, pés para fora, depois das imagináveis cambalhotas que dera, subindo-lhe pelas costas, bifurcando-se-lhe no pescoço, suspendendo-se-lhe da repa dos cabelos. Santo António olhou para ele como para um botão de rosa. E mentalmente trauteou uma cantiguinha de berço, dirigida ternamente aos pequerruchos do bairro, que confundia com os anjos que iam para o Céu:

*Dorme, meu Menino, dorme,
Não abras mais os olhos,
Enquanto los tens fechados,
Não te picam os abrolhos.*

Santo António tinha pelos pequeninos paixão que era terníssimo susto, apreensivo amor, mais que acrisolado suspirar. Desviara-se para aquele panteísmo auroral a sentimentalidade da sua alma insatisfeita.

Noite alta, ouvia-os chorar pelas casas esguias e pobres da Alfama. Soltavam vagidos desesperados e as mães embalavam-nos, cantando-lhes. O Santo confrangia-se todo e já não era a primeira vez que se surpreendera a perguntar com latente inconformidade: — *Porque hão-de ter frio, fome e febres, Senhor?* Havia também os órfãos. Os pais andavam na guerra. Verdade, lá longe, a léguas e léguas pela noite dentro, portugueses e espanhóis chacinavam-se patrióticamente ou fingiam chacinar-se. De permeio pilhavam a sua vara de cerdos, raptavam duas chikas, trocavam a sua arcabuzada, e a linha da fronteira desabava e levantava-se como a sebe dum curral mal vedado. Tinha alguma graça, Deus dos Exércitos?

Santo António perdia-se na sua floresta interior de santo, mais intrincada que a dum pecador. Em baixo, ao cabo da Rua da Regueira, um remo cortava a água. Clap, clap, e só ele daquele lugar dava conta do infinito agravo, quase atrição, que resultava no flanco da noite profunda. A noite tinha o seu quê de sagrado, que lhe vinha do manto do mistério em que Deus envolve as coisas. Mas a paz nocturna esteiava-se em inibições que ele se apercebia não virem da alma. O animal precisa de dormir como o santo do aljofar que escorre do olhar de Deus.

Os bichos nocturnos dispunham duma ciência da anilação que era a sua segunda samarra. Porém, se os demais bichos bravos requintavam de subtiliza, não o fariam apenas por ser a forma de apurar suas manhas de caçadores. Um grito de morte na quietude espacial feria como uma lançada no seio de Deus. Ficava a correr sangue das malhas do luar.

A noite estival decorria lenta e colorida como salamandra num alegrete. Improvavelmente uma gota de água — tanque que extravasara, fonte que sofrera derivação — despenhou-se do talude, engrossou, ficou a cair em bica, de certo que entoando as endeixas da soledade. No peito do beato António, ainda que abstracto, despertaram quantos mortos lá jaziam e era um mundo, desde a boa mãe Teresa ao santo jogral, companheiro fiel através campos do Mondego, vale do Tejo, pradarias do Arno e campos limusinos. Os seus amores purísimos derramavam mais perfume que um jasmineiro sacudido pelo vento. Quando o sino de Santo Estêvão soltou no ar silente, com melada lentidão, as badaladas das Almas, foi como se ouvisse o *requiem* da própria eternidade.

Um soluço ecoou na direcção das Alcaçarias: a primeira onda. Mentalmente Santo António sincronizou aquele sinal com os momentos da vida quotidiana: os arrais abanavam o grumete de bordo, metiam duas migalhas à boca com metade duma petinga, e com todos os azedumes na alma, mais rabugentos do que cães de quinta, demandavam o largo. Saíam com a lua marçalina a deitar as redes. Nossa Senhora fosse com eles!

Os corvos arrufavam-se nas torres da Sé. O Menino parecia mais pegado do sono:

*Dorme, meu Menino, dorme,
Guarda as pálpebras cerradas...
Dormem uns entre cambratas,
Outros nas palhas molhadas.*

Uma lufada de vento farfalhou pelo bairro, imprimindo aos canaviais, às roupas suspensas das cordas pelas varandas, às sardinheiras dos balcões um longo e rúmoroso frémito. Nos claustros da Sé, aninhados nas ábsides das capelas devolutas, por cima de montes de palha, os alvenéis, que andavam a reconstruir a charola, aconchegaram ao corpo o zorame roto. Mestre Calixto, que ressonava como um órgão, mas era obreiro exacto e cumpridor, erguen-se a resmungar. Santo António lembrava-se muito bem dele que, no dia da sua festa, lhe tocava adufe e bailava atrás do andor, enquanto a procissão ia da Graça ao Carmo pelo Corpo Santo. De quando em quando, empinava a borracha que mão amiga lhe oferecia, e viam-no fechar os olhos de delícia. Ouvia-se circular o briol, glu-glu, na goela sequiosa, ao passo que lhe engrossavam as cordoveias. Passava depois a borracha à Rita Cofém que minava com ele nas danças moiriscas e o acompanhava em baixa: *ai, lari lo lé!*

O santo, em sua imaginação alvoroçada, dir-se-ia, pelo luar, revia com lenta e prazenteira mirada as coisas facetas a que dava pretexto. De quantas namoradas, coitadinhas, se não entornava nessa altura a lâmpada da prudência! E, ele toca a remediar. Não tinha mãos a medir. Cisma, cismando, um papel rolou por diante dos seus olhos, fugiu, rodopiou pela rua fora, soprado pelo vento, tão ágil que nem animado de fôlego próprio, turbilhonou, foi, foi como um diabrête nas espiras do borborinho. O que havia de ser? Mensagem de amor a uma das Coelhas Mansas:

Breve deu conta que a carta alcoviteira o vento desfeitoador a arrebatara do postigo da sacada das Coelhas Mansas onde, espécie de posta restante para exclusivo uso de seus amores, o galantim a depositara.

— Espera lá que eu te darei o catatau, meu mariola! — ficou o santo a rosnar para si e para com Deus.

Do alto do Castelo desatavam-se todos os eflúvios dos jardins, e ainda dos potes de cravos com que as mil e uma meninas casadoiras lhe enfeitavam a capela, ao pé da Sé. Era um caudal de incensos na luz branca, que rorejava de longe por detrás de Santa Clara. Para o pátio das Lajes reboava o passo do primeiro madrugador na noite voluptuosa.

III

Em casa de Coelho Manso a porta do rés-do-chão abriu-se com vagar, quase a medo, coisa de meio rasgo, quanto bastou para que passasse um vulto. Podia assegurar-se, de antemão, que se tratava de pessoa comedida por natureza e votada à mansuetude. Não fosse ele nem mais nem menos o bravo capitão Coelho Manso, envolto no capote à cavalaria, batendo uma botifarra sem carda, do tempo do Conde de Olivares. Timóteo Coelho Manso andava à volta dos seus cinquenta anos, com pronunciado abdómen, uma calvície que reluzia sob o capacete descaído para a nuca, e costas abauladas, estas costas do homem sedentário, de todo egoista e bom-serás. Não fizera a barba, desiluso de si e da porca da vida, nem encebara as botas.

Depois de circunvagiar olhos pelo bairro, especulou céu e terra. Não percebeu bem Santo António se era a certificar-se de que o não viam, se a espreitar a cariz do tempo, à espera duma endrômina providencial, à Josué, que paralisasse o movimento dos astros e dos exércitos. Aproximou-se-lhe do nicho e dobrou o joelho na laje poída. Momentos depois, soluçava e gemia. Por baixo dos seus soluços, Santo António ia lendo, como sempre, a escrita sem letras da alma sobressaltada:

— Meu grande Padre Santo António, meu paládio, meu escudo! Saberás que vou para a guerra! Sim, chamam-me para a guerra. Para a guerra, isto é, para morrer! Ih! ih! ih! Então eu hei-de deixar as minhas pobres filhas na orfandade, ao deus-dará, sem marido, sem pail Tropeção aleije os Castelhanos, que não dão paz nem pão ao mundo. Por que lutam eles? O inferno os consuma! Julguei que acabava os dias sossegado, com chinelos de ourelo nos pés, no aconchego da vossa sombra tutelar e, toca, vá para a guerra, seu Timóteo! Ih! ih! ih! Não basta o meu Leonel fazer parte da escolta real, é forçoso que eu marche também? Será para morrer, glorioso Padre Santo António? Sim, palpita-me que é para morrer. Ih! ih! ih! Mas morrer por morrer, morra quem assentou praça, morram primeiro os Castelhanos, que é má gado, morram todos menos o *ego*. Pelo cordão que cingistes, pelas alpargatas que calçastes, pelo bordão a que vos arrimastes, pelo breviário em que lestes, pelo Menino que tanto amastes, vos peço que casseis a guia que me manda marchar. Que estiquem quantos Castelhanos há, desabem com um terramoto todas as fortalezas, rebente a alma das bombardas, mas ir dar o rico corpinho às balas, o querido cadáver ao manifesto, não, por vida minha! Valei-me, tende dó de mim... tende compaixão das minhas filhinhas... da urraca da minha mulher que tantas vezes, por causa de vós, me serve as batatas com bacalhau sem azeite!

Timóteo Coelho Manso quedou um momento extático como a ler no santinho o desígnio de Deus ou a sua sina na guerra e, como se desse soltas a uma vontade imperiosa, prorrumpem — tudo lá no íntimo, bem entendido:

— Seja, levo-vos comigo, meu rico Padre Santo António. Levo-vos de andar. Se minhas filhas, aqueles anjos, vos roubavam o Menino e deixavam o breviário, eu roubo-vos com o

breviário e o Menino. Sereis o meu talismã. Convosco, à testa do esquadrão, tenho a certeza que não há Castelhanos que resistam. Ruirão as cidadelas, como Jericó, ao simples buzinado das nossas cornetas. Os valentes de Calatrava hão-de fazer com os calcanhares calos na bunda aos pulos de corça que vão dar na carreira. Cada portuguezinho valente voltará a penates com um cacho de Conchas ao pescoço. Pronto, está dito, Sant'Antoninho da Alfama, ides ser o nosso padroeiro na guerra! Capitão Coelho Manso, toca a formar o batalhão e a arrancar o santo da peanha. Ordinário, marche!

O bravo capitão desapareceu, rua fora, tilintando já esporas marciais, e Santo António disse, bastante encordado, para o Menino, esse muito encolhidinho de medo:

— E esta?! Quem me manda a mim ser o impenitente idiota de que mofava o grande Padre S. Francisco! Que má ideia a minha de tomar esta família dos Coelhos Mansos debaixo de protecção! Estais a ver, meu Menino, que o javardo tem encasquetada na cabeça a ideia de nos levar em campanha. E leva-nos, olé!

— Eu não quero ir! Não quero! Tenho medo dos balásios! — desatou a choramingar o divino infante.

— Quê?! Não há balásios.

— Os Castelhanos são maus...

— Tretas, cortam prego como os portuguezinhos valentes!

— Não vou! Não quero ir! Não quero!

— E, com seu perdão, uma nalgadinha para se calar? Gosta que dêem conta?! Ora veja lá! Pois que remédio temos senão ir? Põe-nos no andor e, uste! Como um malho! Mas, ah, vou deixar esta pobre gente sem amparo?!... Essas raparigas desmioladas à mercê dos sedutores!? Não pode ser. Antes de mais nada, quero pôr os negócios em ordem cá no bairro. Se nanasseis um bocadinho, meu bom Menino Jesus?... Eu não me demoro nada.

O Menino meteu os punhos debaixo dos olhos e adorneceu com o soninho dos anjos. Santo António, presentindo as ruas desertas ou entregues apenas a uns hipotéticos quadrilheiros, saltou do nicho e meteu, afoitamente pelo escuro, Alfama fora.

IV

Pôs-se a lua e escureceu de todo nas ruas estreitas e retortas do tempo dos muezins. Quem passasse, a custo descortinaria os gatos de focinho em terra a desfardar os embrulhos com espinhas de carapau e cabeças de besugo que a dona filantrópica dos altos pisos lhes atirava para seu manjar. Ah, sim, lobrigava-se um vulto, lobrigar-se-ia, que mais não fosse, pela sua silhueta expedita e aprumada. Seguindo-lhe os vagos contornos pela viela fora, ei-lo que desemboca no largo de S. Cristóvão e, então, à vaga lactescência do céu aberto foi-se condensando a sua estatura em forma e qualidade. Era um homem novo que marchava a firme passo, espada no talim, gorra petulante para a orelha. Corredor de aventuras? De facto, cresceu em linha recta para o par de pombinhos — ele um pincha-no-crivo muito almiscarado, de capa traçada para o ombro, no queixo uma perinha mariola à passa-piolho; ela uma lampreia de truz, melena de azeviche, soberbo patriotismo — que arrulhavam entre rua e janela. E, sem tirtre nem quarte, lançou à golondrina:

— Rosinha! Rosinha, flor de S. Crispim, eu vos saúdo!

Rosinha ficou assarapantada de todo. Via-se por entre as reixas arfar, opresso, seu seio sumptuoso. Mas o alfenim lá conseguiu arrancar dos abismos da glote uma palavra enrascada:

— Vindes enganado, cavalheiro...!

— Enganado?! Enganado estais vós ou com vontade de contender comigo. Se vos digo que falo para Rosinha Fagundes, filha do mercador de sola...

— E que lhe quereis? — gaguejou de novo o galantim.

— O que lhe quero é comigo e com ela. Já é muito perguntar, apre...! Rodai-me da vista...

Passou-se um momento de silêncio e o homenzote lá chamou os espíritos todos à recarga:

— E vós que tendes a dizer a isto, Rosinha?

— Que tem a dizer? — redarguiu o intruso. — Que sois um tanso acabado.

— Já vejo que vindes para me provocar...

— Qual? Venho para vos meter na pele meio palmo de ferro.

— A ver vamos...

Desembainharam as espadas. Ouviu-se o tinido de lâmina contra lâmina. A certa altura advertiu a voz chocarreira:

— Atenção à parada em sétima. Outra assim, e estais no outro mundo a visitar vossa avó!

— Não vos incomodeis comigo. Pode ser que sejais vós, em poucos minutos, que me leveis um recado a Satanaz...

— A dizer o quê, meu rico?

— Que vinheis buscar lá e ficastes tosquiado.

Continuou o estroleio das lâminas. Mais jovial, a voz do entremetido proferiu:

— Falhou-vos a finta de terça, imbecil! Ides mal, por esse caminho. Não quis furar-vos o odre. Sujava a minha folha de Toledo. Mas pegai lá, de esfarrapão, para amostra... Doi-vos? Fica-vos a rua livre para largar...

— Felizmente que a vossa espada corta menos que a vossa língua. Por isso hei-de-vo-la arrancar e deitar a um cão.

— Ah, que não vomitareis mais bojardas! Em guarda! Tomai nota... à terceira estocada ides ao charco... Primeira... podia furar-vos a espádua... Trrá-trrá, trrim...

— ... segunda... cobri o coração, desastrado!

Trrá-trrá, trrim... trrim...

— Pronto, ide apanhar a espada... Tendes as mãos podres!

Com efeito, a espada saltara-lhe das mãos e fora cair passos dali no cisco da viela.

— Sois o Diabo! — murmurou o conquistador, levando, queixoso, a mão à ilharga. —

Tinha-me por invencível à espada preta...

— Como vistes. Por minha dama, Rosa Fagundes de Vacariça, esta espada mete a todos num chinelo... ao mesmo Fios-Secos que fosse.

— Sois o Diabo! — repetia o homem, embasbacado.

— Não sou, mas intimo-vos a desaparecer. Gira, que se faz tarde...!

O homem não achou melhor recurso que retirar-se, ainda mais prudente que envergonhado. Da janela, Rosinha, que assistira ao lance e não perdera uma palavra, um toque das espadas, disse, muito lânguida, para o vencedor:

— Se sois tão donairoso como valente e vindes à requestra da minha mão, eu vos digo que sou donzela e nunca amei...

— Minha rolinha, cuidado com os gerifaltes. Eu já volto!...

Subiu a rua e, torneando depois para o Castelo, aconteceu-lhe ir esbarrar com uma sere-nata. Encostou-se à parede para que passasse o rancho e, de longe, pela calada, foi-lhe no encaicho.

Nas traseiras da casa de Coelho Manso, precisamente, estacaram, e bandurras e violas de amor avivaram seus *pizzicatos*. A janela no segundo andar abriu-se e uma cabecinha louca, Ana Coelho Manso, assomou às gelosias. Uma voz de falso, que anunciava badameco pouco de fiar, garganteou para cima:

*Ai, ó alma da minha alma,
Ai, ó luz do meu olhar,
Desce abaixo, dá-me a palma
A que tem jus tanto amar.*

A mocinha, ao fim da copla, debruçou-se para a rua a parlamentar com o galanteador. Entretanto os instrumentos de corda continuavam a dedilhar um lundum cantarizante e moteteiro. Qual o teor do colóquio entabulado entre os namorados, não tardou a transparecer. Com efeito, o pintalegrete desenrolou uma escada de corda e atirou a ponta para a janela. A menina apanhou-a com um gesto desenganado, e retraiu-se... Deveria procurar maneira de firmar aquele instrumento de desvergonha.

Neste momento o embuçado, descendo-se da parede, arremeteu de surpresa para os banheiros. Nem Santiago contra os Moiros! A primeira cutilada foi para o Tenório; a segunda, à toa, alcançou o tangedor de mandolina. E não esperaram por mais. Despediram todos rua abaixo, pós-catrapós, em acelerado. E ele, sempre em cima deles, de chanfalho em punho, espa-deirando a torto e a direito, levou os tunos de roldão, todos tão perdidos e alucinados que as próprias sombras se lhes afiguravam matachins. Não queou um em campo, embora a peleja fosse tudo o que há de menos sanguinário. O sedutor, esse, apanhou que se havia de lembrar toda a vida e mais seis meses.

Atemorizada, Ana Coelho Manso bateu as janelas e foi-se.

O nosso espadachim meteu serenamente para a Rua do Arco. O bairro mergulhava em silêncio pesado e denso como mar morto. Junto ao nicho de Santo António, onde o Menino dormia plácidamente, estacou. A seus pés, a gatarrada fazia grande arraial. Miaus, lamúrias, regougos, estava em efervescência — o pior para viventes — o génio da espécie. De súbito, dois bichanos malteses lançaram-se um contro o outro em soprado e grandioso ímpeto. Um deles era D. Ramon, o negrinho da Guiné. O desconhecido — como principia por se dizer no romance de Bernardim — agarrou-lhe pelo rabo, fez-lhe dar duas voltas como uma funda que despede, e jogou com ele para a varanda da inconsolável D. Cunegundes.

Voltaram a fluidificar-se as coisas na luz espacial. Deixou de transluzir a branquidão das casas; as arestas amorteceram-se que as estrelas mal pestanejavam nos alvos céus. A lucerna de Santo António, balouçada pelo ventinho que se ergueu da barra, urdia no chão, à roda, a teia ondulosa em seda fina dum lago beliscado por uma pedra.

V

A rua atroou sob o passo matraqueado da soldadesca. Era a companhia do bravo capitão Timóteo Coelho Manso, com guia para as Marcas do Alentejo a reunir-se ao corpo de exército do mando de Schomberg. Diante do nicho de Santo António, a voz heróica bradou:

— Alto!

28 Dois magalas gigantescos, previamente industriados, saíram da formatura. Outros dois, havidos por forçados, fizeram o mesmo. E, içando-se aos ombros dos camaradas, procederam *manu militari* para com Santo António e o Menino. Apearem-nos do trono e montarem-nos numa charola foi obra de breves instantes. E a voz heróica voltou a comandar:

— Braço armas! Ordinário marche!

Abalaram. A rua tornou à sua mudez primeira, a mudez atrida dum casa quando sai um defunto ou levam presos os moradores. Santo António enchia o bairro com a sua mística milagreira. A sua vontade previdente pairava sobre as preocupações e necessidades gerais. Ele era a última instância para toda a sorte de casuística, tanto a de *lana-caprina* como a avultosa. Pouca gente, salvo os Coelhoos Mansos, privados de sono por sucessos tão intensamente dramáticos, deu conta do atentado. Mas à atmosfera espiritual que, tão bem como a outra, se condensa debaixo do céu de Deus e tece com as almas acordadas ou despertas uma rede inconsútil, faltava o oxigénio salutaríssimo do seu padroeiro.

A companhia do capitão Coelho Manso atravessou sem novidade, fera de saúde e mimosa de víveres, as pradarias confinantes ao Guadiana. Entrou como uma tromba por Espanha e devastou, depois de saquear, Alcária de la Puebla para revindicta de similares atropelos cometidos pelo inimigo. Em três tempos, léguas adiante, desmantelou uma fortaleza soberba e fez saltar os paiois a D. Paco Palomino. Conquistou em seguida de assalto, a passo de carga, o reduto de Paymorgo, tido como inexpugnável. De vitória em vitória, penetrou pela Andaluzia, pôs a saque Gibrálcón, terra de monas guapas, e apoderou-se de S. Lucar do Guadiana num golpe de mão tão resoluto como inacreditável. Na esplanada da vila submetida, o capitão Coelho Manso passou revista à sua gente e fez a chamada:

— Coronel Santo António de Lisboa...!

A companhia inteira respondeu *una voce*, batendo a bota:

— Presente!

Por ali fora, oficiais, fúrieis, praças, não faltava o menos pintado. Para *clou* da sorte, nem uma só vez o rancheiro deixara esturrar o rancho.

As muchachas chuchurreavam à volta dos soldadinhos como as abelhas dos loureiros em flor. Mas eles, inebriados de glória e de felícia, romperam à frente. Guerra era guerra, e mataram, esfolaram, incendiaram.

Alastrou o terror pela Andaluzia, província que se julgava ao abrigo do flagelo, escudada pelas distâncias e a *Virgen de la Macarena*. Qual, ia tudo raso! A própria Sevilha não se achou em segurança. Mas Schomberg, homem avisado, sabia que a roda da fortuna tanto anda como desanda:

— Atrás, atrás, companhia envenenada!

Regressaram a quartéis, sobre Mértola, nos galfarros a mais rica presa até então colhida na campanha da Restauração. O bravo capitão Coelho Manso traz gargantilhas de brilhantes e de gemas raras para as suas três Graças. E, não é prolixo dizê-lo, uma saúde de ferro. O marechal-general convoca-o, tão aturdido daquelas lantadas vitórias como assombrado com o seu valor de leão. S. M. agracia-o com a medalha dos Lauréis Imortais, reservada à bravura estrénua e à honra sem mácula, e excepcionalmente conferida. Um ápice o comandante vacila sob o tentame da glória. Mas cai em si, com o sentimento das suas responsabilidades, o temor da vingança celeste e, no momento solene do festival, planta a suma venera ao peito de Santo António.

Ele é que, invulnerável e impávido sobre a padiola, conquistara aqueles troféus todos e ganhara tão prodigiosas batalhas. Em consequência foi logo ali promovido à patente de general, com o soldo respectivo, está bem de ver. O regimento de Lagos trazia também um nas fileiras, mas com o posto de coronel. Também esse cometeu actos do mais assinalado denodo. O da Graça transitou para o Brasil e fez de cabo a cabo a campanha contra os Holandeses. Além das obrigações nativas de patriota, eram-lhe aqueles sapos ruiuos dos paus especialmente anti-páticos na qualidade de herejes, e malhou neles como em centeio verde, sem lhes dar trégua nem quartel. Os piratas deram ao Diabo a cardada. Quem era o estratégico estupendo que

contraminava todas as suas astúcias sapientes e na batalha não lhes deixava dar uma para a caixa? Não consta que historiador jamais tenha penetrado o segredo, motivo por que aquela página passou em claro para a Neerlândia, mareada como foi duma derrota de caixão à cova e para mais sem honra nem proveito.

No Céu ainda houve quem não visse com a imparcialidade desejável em olhos divinos a gesta heróica do beato António. Os santos batalhadores da Germânia e Gália compreendiam, nada tendo a objectar. S. Domingos chefiava a opposição, não fosse ele um Castelhana de Caleruerga. Ouviram-lhe este solilóquio de resmungão:

— Espadachim, patrono de namorados, zaragateiro, quebrador de cântaros, marechal de campo, herói nacional... passa as marcas!

O Claviculário limitava-se a erguer os olhos e com dedo esperto apontar, como para um cimo cimeiro, Aquele que tudo manda e tudo pode.

Aquilino Ribeiro.



O SR. PRESIDENTE
DA C. M. L., ENTREGANDO
OS MACHADOS AOS NOVOS
SAPADORES BOMBEIROS



ACONTECIMENTOS CIDADINOS

INAUGURAÇÃO DO PAVILHÃO
MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES
NA FEIRA POPULAR
EM 10 DE JULHO DE 1953

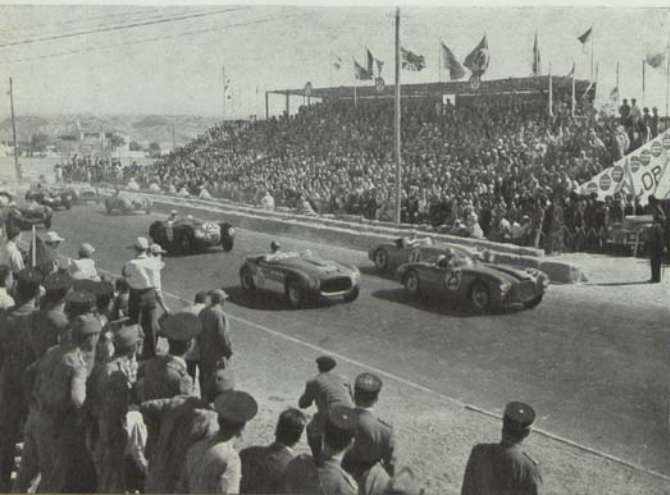




RECEPÇÃO AOS COMPONENTES
DA ORQUESTRA SINFÓNICA NACIONAL
NA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
EM 16 DE AGOSTO DE 1953



C O N C E R T O
NO PAVILHÃO DOS DESPORTOS
PELA ORQUESTRA
SINFÓNICA NACIONAL
DIRIGIDA POR SILVA PEREIRA
COM A COLABORAÇÃO
DO GRUPO «VERDE GAIO»



CIRCUITO AUTOMOBILÍSTICO
DE MONSANTO
EM 25 DE JULHO DE 1953

INAUGURAÇÃO DA CENTRAL
TELEGRÁFICA DE LISBOA
EM 26 DE AGOSTO DE 1953
NA PRAÇA DE D. LUIS



INAUGURAÇÃO DA TRADICIONAL
E POPULAR FEIRA DA LUZ
EM 2 DE SETEMBRO DE 1953



CONGRESSO DE ARQUITECTURA
—OS ORGANIZADORES COM O VICE-
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL





RECEPÇÃO NA ESTUFA FRIA
AS FILIADAS DA M. P. F.
DO U L T R A M A R
EM 22 DE SETEMBRO DE 1958



VISITA DO SR. PRESIDENTE
DO CONSELHO
AO PAVILHÃO MUNICIPAL
NA FEIRA POPULAR

« P R E S E N Ç A D O DR. ALBERTO MAC-BRIDE »

(O SEU ESPÍRITO DE COMBATENTE
ATRAVÉS DE UMA VIDA EXEMPLAR)



Muito grato seria à «Revista Municipal» dar e registar nas suas páginas o seu aplauso a todos os que, por sua devoção e amor, pugnam pelo progresso de Lisboa, estudam a sua história e os seus problemas ou se destacam por suas actividades espirituais.

Nem sempre lhe é possível.

Hoje, com muito prazer, falará ela, ou melhor, falará por ela um intelectual de rara distinção, o Dr. António Luís Gomes, de um espírito de «élite» e amigo da Cidade, que muito se distinguiu no meio lisboeta, o Dr. Alberto Mac-Bride.

O que se segue é a reprodução da conferência que o ilustre Director Geral da Fazenda Pública proferiu em 29 de Abril último, e em que, com rara elegância e justeza, traçou o perfil moral do Dr. Mac-Bride, combatente da primeira guerra mundial, médico distinto, benemérito da Cidade e sócio fundador do Grupo «Amigos de Lisboa». Apaixonado pelos problemas cidadãos que acompanhava e discutia não regateando aplausos às realizações que têm transformado Lisboa, o seu amor à Capital começou aos 11 anos, época em que comprou, com suas economias, «Lisboa Antiga» de Júlio de Castilho.

Não ignora a «Revista Municipal» que as palavras do Dr. António Luís Gomes vão ser divulgadas em volume próprio, e já foram publicadas na «Revista Portuguesa de Medicina» mas, mesmo assim, julga de seu dever inseri-las para prestar uma dupla homenagem: ao Dr. Alberto Mac-Bride e ao conferencista.

Dois sentimentos me conduziram a esta nobre

Casa — Lar dos Combatentes da Grande Guerra — o sentimento de enternecida devoção que por ela sempre senti a figura ilustre que procurarei descrever, e o meu próprio sentimento — de respeitosa gratidão, como português, pela acção meritória e heróica daqueles que combateram denodadamente nas Terras da Flandres e na nossa querida terra de África — nossa Pátria também.

A este sentimento que é de todos e nos há-de acompanhar para todo o sempre, junto a recordação íntima da alegria com que acompanhei, na minha mocidade, entusiasmado e convicto, o esforço sobre-humano de preparação para a Guerra, de um patriotismo que se prendia às mais fundas raízes da Nacionalidade.

Foi este entendimento do coração mais que a visão reflectida das Chancelarias que conduziu Portugal aos campos de batalha, enfileirando os seus soldados ao lado dos combatentes aliados. A todos envolvia o mesmo sentimento de fraternidade cristã e o convencimento de que estavam a construir de forma perdurável e dignamente um Mundo Novo, verdadeira terra de Promissão.

Não se tratava, pela minha parte, de um mero sentimento platónico ou efémero arrebatamento porque se traduziu num acto positivo e pensado — a declaração da nacionalidade (meio legal de me encorporar voluntariamente nas fileiras do Exército), acto esse firmado, por casualidade, no dia seguinte ao 9 de Abril — hoje data heróica marcada para sempre na História de Portugal, mas que as impressões de momento faziam aparecer aos nossos olhos como uma catástrofe aniquiladora do C. E. P., essa força duramente experimentada, uma vez erguida através de dificuldades que se apresentavam como insuperáveis. Só um ânimo forte, interprete de uma vontade histórica, visionando o futuro como realidade assombrosa pôde erguer esta Epopeia da minha mocidade. Epopeia de que nos fala esta Casa cheia de recordações. Recordações que a nossa vista fixa com saudade e nos ensinam, ao mesmo tempo, a ser melhores patriotas.

Se vos denunciou, com perdoável amor próprio, aquela minha longínqua atitude pessoal foi no intuito de apresentar algum título (além da vossa generosidade) justificativo de penetrar nesta Casa e erguer aqui a minha voz.

Permiti, também, que a ofereça humildemente à memória dos Combatentes que partiram primeiro...

Mas mais do que o amor de Mac-Bride à Liga, explica e impõe que neste recinto se fale dele, da sua vida e da sua obra, do seu exemplo e das suas virtudes, o seu espírito de combatente, através de tudo — na mocidade, na vida prática, no meio social!

Combatente do bom combate, combatente do mais íntimo da sua alma, combatente para lutar, para vencer e para sofrer!

Quando o dever militar o chamou para se encorporar no Corpo Expedicionário Português a França, nenhuma dúvida, nenhuma perturbação, nenhuma hesitação passou pelo seu espírito e pela sua alma!

Ele era já o combatente de muitos combates, jovem do liceu, dando-se inteiramente à iniciativa do jornal dos seus companheiros, com preocupações e perspectivas de homem feito, estudante de medicina aplicado e curioso, médico brilhante, progressivo e exigente.

36 Tratava-se de vencer — é o caso — *onde*, não importa! Para ele só conta a ideia austera, nobre, edificante, do dever e a preocupação de o cumprir de uma forma mais elevada, mais útil, mais oportuna.

Partir para a Guerra, reunido a outros médicos distintos, camaradas e amigos, não podia deixar de ser grato ao seu patriotismo, ao seu modo de pensar, ao seu carácter.

E partir com uma *missão*, missão atraente e ambiciosa — o trabalho preliminar de organização de uma equipa, a instalação de um núcleo hospitalar e a assistência completa aos feridos evacuados do front, para os restituir, quanto antes, à vida, ao combate, à morte, — afirmar perante estrangeiros o valor individual dos médicos portugueses e a sua capacidade de realização. Quando os meios eram deficientes, apesar da nobre preocupação na organização do C. E. P. de se cuidar ao máximo da parte sanitária, excedia-os uma sensibilidade delicada — à portuguesa —, uma abnegação cheia de espontaneidade a que a dedicação total de cada um e de todos dava uma força que produzia milagres, — milagres de saúde, de esperança e de fé!

Foi por tudo isso possível conseguir que as formações sanitárias de campanha se elevassem a uma altura tal, no apetrechamento, pelo pessoal médico e de enfermagem, e no seu funcionamento que excediam as próprias organizações no país do tempo de Paz, e ganhassem prestígio, dia a dia, no meio hospitalar inglês.

Tudo isto e quanto mais que foge à expressão escrita ou falada era uma realidade, continha-se nesta missão, e tornava-a na verdade, atraente e construtiva.

Os Médicos militares do C. E. P., do quadro e milicianos, deram uma contribuição notável para o bom nome do C. E. P. Não se caminhava ao acaso, para uma aventura, e todos reconheciam, espectadores e protagonistas, neste investimento solene e espectacular de tudo quanto a vida humana tem de mais nobre, de mais fecundo, de imperecível, o facto histórico que representava para a Nação Portuguesa a sua sobrevivência no Mundo! Honrava-se a Pátria, a Pátria que contemplava os Combatentes.



Não havia, também, nesta espontânea e alegre disposição de Mac-Bride em servir no C. E. P. um pouco da sua predisposição para a vida Militar, seu sonho de juventude e a sua primeira e grande aspiração?!

Quanto a mim não duvido em o afirmar!...

Mas mais categórica ainda pode ser a afirmação de considerarmos neste desejo ou gosto que tanto alentou antes de se decidir pela Medicina, a noção que importa ser militar — extraída do seu próprio regulamento de Disciplina.

«O militar deve regular o seu procedimento pelos ditames da virtude e da honra, amar a Pátria...».

Quem melhor que Mac-Bride assim procede?! Não conheço ninguém.

Este preceito legal foi para ele um código de honra; lê-lo aproximando-o da sua biografia, define-o completamente!

E mais e mais:

«O superior nas suas relações com os inferiores procurará ser para eles exemplo e guia, estabelecendo estima recíproca».

«Todo o militar deve compenetrar-se de que a disciplina, sendo condição do feito da missão a cumprir se consolida e vigora pelo prestígio que nasce das normas da justiça empregadas, do respeito pelos direitos de todos, de cumprimento exacto dos deveres de saber e de correcção».

«Os chefes principalmente e, em geral, todos os superiores, não devem esquecer em caso algum que a atenção dos seus subordinados está sempre fixa sobre os seus actos e que por isso, a sua conduta irreprensível é meio seguro de manter a disciplina».

Mac-Bride foi assim mesmo, está definido nestas regras de conduta moral que conhecia de cor, que sentia no coração, que fazia conhecer e respeitar!!!

A comprová-lo, está toda a sua vida de médico no Hospital de S. José, a sua vida na base do C. E. P., no Hospital Canadiano e no nosso Hospital privativo de Ambleteuse, onde

vincou a sua personalidade e deixou recordações indeléveis, de que nos dá conta, numa prosa viva e muito pessoal, o seu Chefe Militar de Saúde e ilustre escritor Coronel Eduardo Pimenta, Professor na Universidade do Porto e o Coronel do Estado Maior António Bernardo Ferreira, que o prendia junto de si para dispor de um excelente médico e adorável companheiro.

Asseveram-no, também, com o mesmo conhecimento, os seus pares na Sociedade de Ciências Médicas, na Sociedade Médica dos Hospitais Civis, na antiga Associação Médica Portuguesa, precursora da Ordem dos Médicos, nos «Os Amigos de Lisboa», Associação onde pròdigamente deixou tanto da sua cultura e da sua brilhante inteligência! E com que entusiasmo e enternecimento falam dele os seus assistentes e os internos do seu Serviço! Chefe ilustre e querido! E a ternura dessa falange dos seus amigos e a veneração dos seus ouvintes, *ouvintes* deste adorável conversador — mas todos, sem excepção, destacam este traço da sua personalidade: O seu apurmo moral, a sua noção perfeita de dignidade!

Falar de Mac-Bride — nesta tentativa de elogio histórico representa uma grande responsabilidade, mas a escolha deste lugar é, em si própria, uma homenagem que a Liga bem merece, — acentuo, — e é, também interpretação justa e comovida duma vontade que comanda, a dele, Mac-Bride!

Ele que faz conduzir o seu corpo ainda quente do hospital — a sua Vida — a esta Liga dos Combatentes —, a sua Paixão! (O coração despedaçado pela angústia de partir deste Mundo, angústia que sentiu o próprio Cristo, no Horto das Oliveiras — está vivo e ardente, por um milagre de amor dos seus extremosos irmãos).

Irmãos Mac-Bride, a vossa ternura pelo Alberto é o nosso respeito, por todos vós, — mas na nossa admiração por ele somos todos, os seus amigos, vossos irmãos também!!!



Os homens ilustres do Século XIX e do princípio do Século actual e no meio deles vivem Mac-Bride — ilustre pela cultura e inteligência viva, pela singeleza e afabilidade e pela expressão superior de uma rara sensibilidade — davam-se facilmente a mais de uma actividade, exerciam-nas com brilho invulgar e imprimiam às suas relações um cunho de grande atracção pessoal. Notá-lo é indispensável para conhecer e surpreender toda a vida de espírito e de coração do Dr. Alberto Mac-Bride.

O convívio com esses homens, o conhecimento mais estreito com Sousa Martins, visita de sua casa e padrinho de sua Irmã, a educação do Pai, distintíssimo clínico, como ele cirurgião, director de serviço do Hospital de S. José, e Presidente da Sociedade de Ciências Médicas (a uma distância de 50 anos) tiveram, certamente, uma influência poderosa na sua maneira de ser, nas suas maneiras distintas, na formação do seu carácter. Mac-Bride era realmente muito inteligente, mas cultivou e enriqueceu a inteligência desde muito novo, desde sempre, porque estudava constantemente; a ler encerrava o seu dia de trabalho e a curiosidade intelectual e a memória mantinham-se vivas e fiéis até aos últimos dias da sua existência — dias martirizantes, sem igual!

Aos 10 ou 11 anos, compra com o seu dinheiro a «Lisboa Antiga» de Júlio de Castilho que lê dum fôlego!

A visita a Évora, aos 12 anos, deslumbrá-o e nunca a esqueceu, honrando mais tarde esta histórica cidade-museu com um estudo publicado num dos volumes da esplêndida revista «A Cidade de Évora».

E esta visita de criança foi a primeira de uma série de outras, verdadeiras visitas de estudo, seu grande entretenimento, com os amigos que iniciava... e que o ouviam sempre encantados com a sua ilustração e perspicácia — ouviam e discutiam, entenda-se!

Aqui e ali, para colher os aspectos mais belos ou típicos de Lisboa ou a prescrutar a alma dos seus monumentos e a evocação da sua história, construía teorias, expandia enlevado a sua erudição, resolvia, ao mesmo tempo problemas actuais. Como eram cheias de elevação, produtivas, realizadoras, as suas *horas vagas*, as horas que não pode perder quem trabalha!

Aos 17 anos, com outros rapazes cheios de talento, acompanha com entusiasmo a revista literária «Mocidade» e deseja para si a crítica literária e histórica. O programa da revista encerra verdadeiro interesse e mostra bem, além da inteligência, o bom senso, espírito prático, rigorosa e justa observação dos homens e dos factos, qualidades nada vulgares naquela idade, e que são a revelação e a explicação palpitante de brilhantes carreiras.

Seguindo Medicina, este homem sério em todos os actos da sua vida, imediatamente passou a viver para a profissão sem mais pensar naquele sonho de oficial de engenharia que quis ser!

Dos 20 para os 21 anos, nas férias grandes de 1908, começa a sua vida clínica fora de Lisboa, em Valada do Ribatejo, ele que ainda não concluíra a formatura. Seguiu a tradição de então dos médicos iniciarem a sua carreira pela província, onde tantos se fizeram excelentes policlínicos, ou vieram a estabelecer-se nos grandes centros e conquistar a cátedra universitária — Professor Belo de Moraes, Prof. Alfredo de Magalhães, Prof. João Duarte de Oliveira e Prof. Tiago de Almeida.

Médico, destacou-se sempre pela sua aplicação aos estudos, pelo interesse pelas inovações da medicina, pela compreensão da necessidade absorvente da prática hospitalar.

Fez-se no Hospital, aí, onde se forjam os médicos com mais completa preparação profissional, simultaneamente prudentes, experimentadores e progressivos! Junto do doente — a realidade sempre viva para o verdadeiro técnico de medicina — é que se lhes abrem a grandes perspectivas e afirmam a sua personalidade.

O doente nunca foi para ele *uma* unidade de série mas um indivíduo, com as suas particularidades, a sua receptividade própria, as suas susceptibilidades, delicadezas e preocupações.

Este grande cirurgião, com alma e sensibilidade sempre presentes nas intervenções e no post operatório, justificava, só por si, que Jean Luis Fraure tivesse escrito «L'Âme du Chirurgien». Bastava conhecê-lo para se compreender a perturbadora afirmação do brilhante conferencista e grande médico: «A insensibilidade não é hoje a virtude necessária do cirurgião».

Ouçamos, para contraprova, um dos médicos do serviço que dirigia o seu dedicadíssimo Amigo Dr. Joaquim Martins: «Vivia intensamente o sofrimento do doente, visitava-o vezes sem conta se as circunstâncias o exigiam quer de dia quer de noite. A sua noção de responsabilidade levava-o nessas circunstâncias a estar presente no Serviço onde a sorte do doente se decidia! Raro seria o dia, incluindo os domingos, em que não passava a visita com os médicos de Serviço, ouvindo-os atentamente, travava discussões e não tinha receio de lhes confessar a sua concordância se o convenciam, rejeitando o seu próprio diagnóstico. Era o segredo de tornar maior a sua estatura, Meus Senhores, e de firmar a sua reputação!

A sua vasta cultura e o seu estudo quotidiano permitiam-lhe estar «au point» em matéria médica e cirúrgica e presidir com autoridade a' estes colóquios de serviço. Entusiasmado com este ou aquele caso clínico que se desenrolava aos olhos de todos ou com uma leitura recente, despertava o *interesse* dos seus assistentes e internos para se empenharem no estudo do que havia de palpitante, — no estudo e na aplicação principalmente, pois eram todos clínicos hospitalares, não o esqueçamos! Havia nele o desejo constante de lançar para a frente os seus colegas de Serviço e não a preocupação ou a vaidade de querer sobressair.

Mas o interesse pelo doente não era só o caso, era também, o indivíduo que contava, a sua vida, as suas dificuldades, aconselhando-os para os ajudar a resolver os seus problemas». E era também sob este aspecto tão belo e tão inteligente, confessemos-lo, da função do clínico que Mac-Bride formava os seus Colegas da equipa.

Tal qual como o Pai, o eminente cirurgião Gregório Fernandes, proficiente como Médico, inteligente orientador como Chefe de Clínica, carinhoso e compreensivo com o doente. Uma noite — refere-nos o seu antigo interno e hoje grande médico Dr. Ary dos Santos — entra na enfermaria, pergunta o que há e informado de que um dos doentes, agonisa, esgotados os meios de o salvar, verifica a exactidão do relatório do interno e ajuda o pobre doente a bem morrer, a morrer aliviado, dirigindo-lhe palavras enganadoras de esperança e ajeitando-lhe a travesseira em que apoiava a cabeça.

Da mesma estirpe de Sousa Martins — glória impercível da Medicina Portuguesa — cobrindo carinhosamente o pobre negro que chorava de pudor por se ver desnudado diante dos alunos do Mestre, na sua triste cama de enfermaria — e dando-se até ao sacrificio, despreocupadamente, não distinguindo os pobres dos que lhe pagavam as visitas — já ferido da doença que o vitimou, — e mantendo na sua casa até ao fim, ele Mestre dos Mestres, a consulta gratuita, último pedido de sua Mãe, o seu maior, o seu amor verdadeiro!

Mac-Bride — tão culto, tão conhecedor da história — era versado nestas facetas luminosas da vida deste grande médico que tanto admirava e tão fiel e comovidamente biografou há 10 anos na Sociedade Médica dos Hospitais Civis!

Mas, para felicidade sua e para honra da Classe Médica, sem dificuldade e inteira justiça, o biografado — notável pela inteligência, pela bondade e pelo saber — podia pegar na mesma pena de Mac-Bride e interrompê-lo para biografar por sua vez, com os mesmos elementos seguros e indiscutíveis, aquele seu discípulo pelo coração e seu igual na Virtude, no Carácter e na Abnegação!

Na realidade, para estes Médicos — o primeiro lugar pertencia ao Senhor Todo Pederoso — O Doente.

Não só em Portugal — honra seja, mais uma vez o digo vibrantemente — à Medicina e aos Médicos — legítimos discípulos, na sucessão do tempo, do seu Magnífico Mestre — Hipocrates, aquele a cujo juramento famoso Mac-Bride ligou voluntariamente a sua noção de dever profissional e a prática nobilitante da medicina — por ser fiel às leis da honra e da probidade.

...Dar os mesmos cuidados ao pobre... — Mas por actos de bondade, de probidade e de dedicação pelo doente que os elevam mais ainda na consideração a que os ergue o seu valor profissional!

É tocante aproximar estes traços comuns sem distinguir o País e o tempo em que viveram, os médicos que conhecemos de perto: — Professores Custódio Cabeça, Belo de Morais, Gama Pinto, Moreira Júnior, Daniel de Matos, Roberto Frias, Tito Fontes, Sobral Cid, Morais Caldas, Tiago de Almeida, José Gentil e quantos mais, de outros médicos lá de fora, começando pelo Brasil, Professor Murtinho e Ministro da Fazenda, Osvaldo Cruz e Chagas, na Higiene, Fernando de Magalhães na Cátedra de Obstetria e Académico, — todos alcançaram grande nomeada.

Recuando mais ainda no tempo — Boerhave, que é tido como o mais célebre Médico da Europa no seu tempo: «Toda a sua vida actuou e ensinou baseado neste princípio: o fim principal da medicina é a cura do doente; toda a discussão teórica deve cessar à beira dele, pois o fim principal da medicina é a sua cura, Ele merece *todo o carinho e sacrificio*».

Ambroise Paré (1517-1590), famoso cirurgião, que mais tarde foi chamado o *cirurgião do soldado* pela abnegação que punha na sua tarefa, revelou-se um coração de médico excepcionalmente bondoso e um profissional de espantosa perícia.

40 De uma vez, tendo encontrado alguns soldados à espera que um camarada ferido falecesse, para o sepultarem, conduziu-o nos braços, para a sua carruagem e durante semanas foi ele próprio a cuidar dele, noite e dia, até o salvar.

Sydenham (1624-1689), célebre médico inglês, celebrou-se pelo humano interesse posto no doente.

Na última fase da sua vida, apesar de tolhido e torturado pela gota, teimou sempre em sair de casa para cuidar dos seus doentes, embora o nevocero e a humidade exarcerbassem as suas dores.

Jemmer (1749-1823), genial paladino da vacina anti-variólica, embora soicitado por todas as honras e recompensas, disputado nos grandes meios, nunca trocou os doentes de Berkley, uma pequena aldeia inglesa, pela glória que, de toda a parte, procurava seduzi-lo. Viveu sempre misturado com os problemas, alegrias e sofrimentos dos seus aldeãos.

Laemmec (1781-1826), um dos médicos mais célebres da história da medicina, inventor da auscultação, apesar de frágil, minado pela tuberculose, foi sempre de inesgotável solicitude para com os seus doentes que o adoravam. Muitos outros Médicos e investigadores célebres se revelaram sob esta feição — Lister, Kock, Claud Bernard, — e, se em relação a um ou outro os elementos falham, é, infelizmente, porque os seus biógrafos omitiram as referências desta ordem que tanta importância têm e que verdadeiramente colocam aqueles que as merecem acima do comum dos homens!!!



Perante as multiformes aptidões e actividades que esmaltam a vida dos homens ilustres como Alberto Mac-Bride, cirurgião eminente, publicista de assuntos médicos, históricos e literários, investigador e inovador no campo da cirurgia, esteta e realizador, manejando sempre de forma elevada a inteligência, o saber e o poder de observação, vem a dificuldade de abranger num mesmo estudo tão superior personalidade. Certo é ainda que, além do *real* destas manifestações do espírito, haveria muito a descortinar no campo vasto das suas enormes possibilidades.

Como homem de pensamento que era, Mac-Bride fica muito aquém do seu valor exacto, na obra que nos deixou para estudo e análise da sua personalidade poderosa. Como tantos grandes homens, quase sem obra escrita na insinidade da sua obra interior de concepção e de elaboração mental!

Uma outra dificuldade se depara ao biógrafo — a da escolha da faceta principal ou predominante por onde iniciar ou aprofundar o estudo do seu trabalho de investigador, seguido este da revelação do seu próprio juízo.

Rodeei a dificuldade procurando colher em rápida síntese, e por isso incompleta, todo o conjunto da personalidade, não esquecendo que a Distância que o desaparecimento cria entre o biografado e os seus contemporâneos, permite ver com mais nitidez os contornos da sua personalidade, a sua expressão humana!

Preferi falar de Mac-Bride neste recinto, seduzido por razões sentimentais que enternecidamente aponte, mas tenho bem presente a sua biografia, respigada das suas actividades e dos escritos, para mentalmente situar a figura que admiramos e que nos reúne aqui, sempre grande e exacta, quer no Anfiteatro de uma Faculdade onde podia ter professado, no Hospital de S. José a que fica ligado o seu nome de forma perdurável (no Banco e nos Serviços de Consulta e de Cirurgia), e nas próprias pedras vetustas desse hospital cuja história, já moribundo, rezava com uma Oração, na Sociedade de Ciências Médicas e que deu a última produção do seu espírito — trabalho modelar, como alocução académica, pela elegância da forma, dedução, lógica e clareza, de exposição erudita, escrito dois meses antes de morrer — já perdido para a vida de relação, ele que era um convivente nato admirável — quer na Câmara Municipal — que tanto serviu, discretamente, como era de seu feitio, no auditório de um Museu, centro de formação e de cultura, nos «Amigos de Lisboa», agremiação que fundou, ele, amigo n.º 1 da nossa querida Cidade!

Sim, meus Senhores! Este homem, que falava sempre com a modestia e a hesitação de quem está a dar lição, era verdadeiramente um Professor, na sua obra publicada e na sua obra falada, nas suas intervenções diante dos internos, na crítica de trabalhos finais nas provas de

admissão dos Internatos ou a Cirurgião como médico conferente ou revisor de diagnósticos, nos seus Relatórios, dos quais o mais notável é o respeitante à organização hospitalar, nos seus trabalhos críticos ou analíticos, de erudição ou de interpretação.

Desde a dissertação inaugural da formatura, onde já se visionava o culto cirurgião, o inovador e experientador da técnica e dos processos novos que foi, designadamente no campo da anestesia, do tratamento e recuperação dos fracturados, nos trabalhos a que ligou o seu nome, pessoais ou de colaboração, revela-se e caracteriza-se. Ensinava por ter competência, ensinava por prazer, ensinava pela necessidade de transmitir conhecimentos.

Quando jovem médico, foi o primeiro que entusiásticamente acompanhou e trabalhou com o Professor Reynaldo dos Santos, e que lhe levou os primeiros alunos voluntários nos seus cursos livres do Hospital, primeira revelação de homem de ciência consagrado internacionalmente. Desvanecido, dizia sempre: Reynaldo fez-se *aqui cirurgião geral* — aqui no Hospital de S. José, verdadeira Escola de Cirurgia de Lisboa, que tão alto tem feito subir a fama dos seus cirurgiões, e tantas vidas têm salvo ou melhorado: Cirurgiões do Banco, melhor dizendo, Cirurgiões Beneméritos de Lisboa!

Mais tarde, médico feito, conquistados os seus postos por concurso ou seja em razão do mérito e de largas provas de experiência, continua a ensinar os internos do Serviço, que se revesavam no Banco — os seus internos do Serviço de Cirurgia.

Ensinava sempre, ensinava continuamente, ensinava com entusiasmo e com gosto.

Bem certo é que para ensinar não é preciso uma cátedra. E quantas individualidades a substituem ou excedem, em cursos ou trabalhos de investigação extra universitários!!!

Sem ir muito longe e dentro das nossas fronteiras, lembro neste momento para confirmar a afirmação produzida, os Cursos de nível Universitário regidos no Hospital do Conde de Ferreira pelos eminentes cientistas Júlio de Matos e Magalhães Lemos — muito antes de ingressarem na Universidade, por convite, em 1911.

Também é de lembrar o notável parasitologista Carlos França, de fama universal, que apesar de não ter sido professor Universitário — dolorosa omissão — produzia na estreiteza de meios da sua casa, obra tal, que cientistas estrangeiros lhe escreviam com este endereço — Professor Carlos França, da Universidade de Colares! E a série felizmente continua! Haja em vista a actividade actual do Dr. António Gião, qualificado já aqui e no estrangeiro como teórico eminente da Física (Física Clássica, Física Moderna e Filosofia Científica) e ainda criador da teoria unitária, que o já tornou conhecido e admirado nos meios científicos.

Vinha a propósito, mas não é necessário, citar a bibliografia científica, ainda que incompleta, de Mac-Bride, que compreende mais de uma dezena de estudos, mas tem vivo interesse destacar os que respeitam a anestesia em que foi, com o Professor Reynaldo Santos, um inovador pertinaz, e ainda sobre fracturas. Todos os clínicos que mais de perto lidavam com Mac-Bride viam quanto ele procurava evitar a dor aos seus doentes e exercer a cirurgia mutiladora para poupar os órgãos ou a sua importância funcional. Assim, meus Senhores, se vê que mesmo nas predilecções científicas, a alma do cirurgião queria intervir, lado a lado, com a ciência e a técnica!

Num e noutro aspecto se reflectia a sua sensibilidade delicada e alta compreensão da Medicina como instrumento moral e social.



O Hospital de S. José não pode esquecer o Dr. Alberto Mac-Bride que, como em França é de uso, se identifica ligando o seu nome a esse grande Hospital, a que se deu totalmente num sacrificio material de concepção verdadeiramente religiosa! E se é viva a recordação — por ser de hoje — da sua presença como Director de Serviço, último posto que ocupou até à morte, o

tempo pode ir esbatendo — mas é preciso reavivá-la — a sua acção decidida e destemida, perseverante e estimulante como um dos mais valiosos reformadores da própria Instituição Hospitalar — designadamente do Banco — do imprescindível serviço de urgência desta grande Cidade — que serve a todos, desde o Chefe do Estado — ali morreu o saudosos Presidente Sidónio Pais — ao mais humilde e desamparado e formar completamente os clínicos que se espalham por toda a parte.

Que mais não tivesse feito neste Mundo o nosso querido Dr. Alberto Mac-Bride bastavam estes dois grandes serviços para o apontar e lhe esmaltar o peito como Benemérito da Cidade.

Nos seus trabalhos de defesa da ideia e na forma de realização, afirmou-se um técnico de organização hospitalar de primeira categoria, aqui e lá fora.

Estava ao corrente do que se escrevia e realizava nesta matéria, comparava o seu S. José com os outros Hospitais mais modernos que visitara, recordava, explicava a sua experiência dos Hospitais de Guerra em que serviu, e onde a cirurgia marcou um passo em frente e ao seu estudo acrescentava inteligentemente, além de tantas observações *in loco*, a sua própria concepção do problema e das melhores soluções a atingir!

Ficou a conhecer profundamente e mantinha contacto com todos os aspectos de organização hospitalar nas suas várias funções — desde a parte de urgência, às consultas diárias de ambulatórias e aos serviços de enfermaria. Prendia-se, também, com todas as outras questões que lhe estão ligadas, quer as de arquitectura hospitalar, entre nós mais experimentada no capítulo das adaptações (antes do actual plano do Governo, de construções modernas, completas e modelares como a do Hospital Escolar de Lisboa, inaugurado no dia 27), considerado a do Hospital de S. José, como uma boa adaptação e com função, para a Cidade, insubstituível, quer os problemas — os de enfermagem, que tinha em grande conta, quer ainda os serviços dependentes (cozinha e economato) a que não deixava de dar a importância que têm realmente.

Dentro da sua formação professoral, das mais completas e das mais brilhantes que Portugal tem tido fora da Cátedra, Mac-Bride reconhecia a importância no meio hospitalar — do Internato — o estágio mais perfeito que, entre nós, as profissões técnicas têm mantido e muito antes das outras, a Engenharia e o Direito.

Não se pode fazer clínica seriamente sem estagiar num hospital e sem prestar provas depois do Curso Universitário e provas como as dos Hospitais Civis — muito a sério, o que lhe dá um prestígio que ninguém põe em dúvida — nem sequer pretende discutir.

Hoje, a afirmação é um lugar comum, mas para se atingir este desiderato a luta foi tenaz e o Dr. Alberto Mac-Bride só descansou quando a organização do Internato-Geral e Complementar era uma realidade e, mais do que isso, uma realidade que pela sua eficiência estava sólidamente firmada.

Estes seus importantíssimos serviços, ninguém deixa de lhos reconhecer neste meio hospitalar dignificado e justificaram largamente a condecoração mais alta que lhe colocaram no peito a Medalha de Ouro por Serviços Distintos, expressão do altíssimo apreço das autoridades hospitalares — como ainda há pouco me afirmou, com profunda convicção, o muito ilustre Enfermeiro-Mór, e a sua presença aqui é uma nova e mais pública homenagem.

A paixão por esta causa fê-lo Mestre e Apóstolo, e, exactamente por isso, levou-o a desejar o alargamento deste regime de Internato aos outros Hospitais, fora da órbita dos Hospitais Civis, e muito especialmente ao Hospital de Santo António do Porto, ao mesmo tempo Hospital-Geral e Hospital-Escolar.

A ideia interessou vivamente o Provedor da Misericórdia de então, meu Pai, que no início da sua Provedoria em 1912, já tinha ligado o seu nome a importantes reformas no campo hospitalar, tais como a separação dos quadros de cirurgia e de medicina e a exigência do provimento por concurso dos lugares de 2.^o e 1.^o assistentes dentro desses quadros.

A ideia não vingou porém, mas não por culpa do Provedor, e o Dr. Alberto Mac-Bride sentiu-o profundamente.

Talvez esta forte razão — além do seu conhecido apego à sua querida Cidade de Lisboa e ao seu Hospital — tivesse contribuído grandemente para regeitar o convite amigo e sincero que então recebeu para assumir como Reformador e Instalador do Internato, a Direcção Técnica daquele grandioso Hospital-Geral de Santo António — verdadeiro símbolo da vida hospitalar do Norte do País, o mesmo é dizer, Fonte da Vida, que o Povo que ali acorre de toda a parte, em momentos de angústia e, simultaneamente, de esperança — distingue, pronunciando, apenas, estas palavras — «*O Hospital*».

As ideias do Dr. Mac-Bride sobre esta forma de estagiato médico e a possibilidade da sua instalação como indispensável noutros grandes hospitais, alicerçada na excelente experiência do de Lisboa, não se perderam na nossa memória e podem ser por todos apreciadas através da brilhante Conferência que o saudoso Clínico pronunciou no Salão Nobre do Hospital de Santo António: «Este Hospital ainda não tem o internato a funcionar mas dentro dele ninguém nega a sua necessidade! Em compensação, já o tem o Hospital Escolar de Santa Marta».

Um outro magistério exerceu nobremente Mac-Bride e esse ninguém lho disputaria — no campo deontológico.

Tudo nele próprio o conduzia a este magistério — o seu feitio sério, calmo e reflectido, o sentido perfeito da dignidade, a intransigência de carácter, a observação minuciosa e imparcial, a crítica elevada sem rigores excessivos, mas em nada complacente. O homem em si mesmo era um Mestre de dignidade e a sua vida particular, profissional e pública em nada e por nada o desmentia.

Bem certo é que para ser médico e, designadamente, cirurgião, é indispensável solidez moral, espírito de decisão actuação pronta e inabalável! Nos lugares de perigo em que se joga tudo por tudo, como é sempre, mesmo quando o caso clínico se apresenta de um simplicidade e vulgaridade evidentes — a mesa operatória — a falha ou a não aplicação a tempo de qualquer destas qualidades, conduz à perda total, à morte irremediável!

Mestre de Deontologia, não podia se furtar ao chamamento dos seus pares para exercer um posto de Comando, na presidência do primeiro Conselho Regional de Lisboa e no Conselho Geral da Ordem dos Médicos. Ele que, por formação política não era certamente um adepto do corporativismo, integra-se neste órgão superior do sistema como o mais crente dos seus paladinos, para servir a classe, para cumprir, mais uma vez, com dignidade e perfeita compreensão, o seu Dever.

Dão testemunho vivo do que foi a sua superior presidência no Conselho Regional e a sua colaboração no Conselho Geral todos que o acompanharam e, com prazer, destaque, dentre eles o antigo Bastonário Professor António Flores, seu íntimo companheiro das tertúlias do Martinho, de há 40 anos e dos Serviços de Saúde do C. E. P., ao afirmar-me num colóquio inesquecível, sobre estes tempos de grata camaradagem: que os ligou — «Mac-Bride era um modelo de carácter e de dignidade profissional».

Um dos seus ilustres Colegas do Conselho Regional, o Professor Xavier Morato, refere a sua pontualidade e assiduidade, a meticulosidade com que acompanhava constantemente os serviços da secretaria, mostrando franqueza nas suas opiniões e firmeza na decisão.

44 Usava de uma generosa e equilibrada apreciação dos problemas da classe médica que conhecia profundamente. E outro seu colega do Conselho, o brilhante espírito Dr. Veloso de Pinto, refere que lhe bastou o fugidío convívio de algumas horas nos dias de sessão para apreender a alta figura moral e mental do Dr. Alberto Mac-Bride, tão cheio daquela dignidade cívica dos velhos cidadãos romanos!



Não era só Mac-Bride um espírito culto, um profissional distintíssimo, um homem bom. Distingue também a sua personalidade de eleição um raro gosto estético e largos conhecimentos de arte.

O pendor pelas coisas de arte era nele tão acentuado e tão natural que, verdadeiramente, não sabia permanecer, não podia pensar sem se rodear de um ambiente requintado, do mais apurado bom-gosto.

È ver a sua casa, encantador ambiente de tranquilidade, de doçura, de distinção. O *bem estar* sentia-mo-lo invadir-nos, rodeados de tantas coisas belas e raras, antes de entrar o dono da casa! Era a primeira gentileza que nos ofertava discretamente.

Mas este mesmo ambiente de conforto e de bom-gosto criou-se nas suas oficinas de trabalho — o seu gabinete, o seu consultório de clínica privada, as dependências do seu serviço hospitalar.

Não sei se os canones da arte e da museografia o admitiam sem provas, mas, para mim, ele era um experimentado *Conservador*; foi também indiscutivelmente um visual de aguda percepção artística, um auto-didata erudito e atraente.

Quem sabe se todos os seus dons naturais se aperfeiçoaram tanto pelo seu convívio estreito, de uma elegância recíproca e encantadora, com esse auto-didata de génio, José de Figueiredo, artista sem par nas descobertas por intuição e recuperador famoso do nosso Património Artístico, obliterado por uma era de mau-gosto e indiferentismo, que era desleixo cem por cem, e cuja recordação nos faz ainda estremecer de espanto!

Neste capítulo que se podia desenvolver com o maior interesse, numa reunião de estudo como as que realizam silenciosamente mas tão fortemente produtivas no Museu das Janelas Verdes, o Museu do Dr. João Couto, notável chefe de equipa, diante da preciosa colecção iconográfica de D. João VI, que Mac-Bride guardava enternecidamente, também a sua obra escrita não corresponde ao seu valor, à sua ciência, à sua inteligência penetrante e subtil.

Mas, de passagem, não posso — é acto de justiça fazê-lo — deixar de denunciar — já não falo nas suas observações agudíssimas ou curiosas na presença duma obra de arte que todos os seus companheiros de peregrinação artística, têm bem presentes! Quero denunciar como mais um título de gratidão que lhe devemos, as preciosas indicações e sugestões oportunas para a defesa do nosso Património histórico e artístico e de cultura, para a criação de outras obras que continuem a nossa tradição artística, alimentada pelo poder público — é obrigação — e pelo mecenato particular, régio como o de Ricardo Espírito Santo ou de reduzidas proporções como de outros, acrescentando, sem solução de continuidade, esse Património, o único que é refractário à desvalorização!...

Recentemente — a medalha Comemorativa do 150.º Aniversário do Ministério das Finanças, obra magistral do Mestre João da Silva e os desenhos, em execução pelo mesmo grande artista, de uma baixela do Estado que sirva em actos Officiais, (ficando a de German como peça de Museu que é), e bem assim a reconstituição do Convento de S. Bento de Castres e a classificação das ruínas do Paço Real de Salvaterra, devem-se muito à sua inspiração e visão estética, à sua teimosia, à sua lembrança.

Mais uma dádiva do seu espírito, da sua cultura, da sua superior concepção de patriotismo que fica sem sinal de paternidade!

Ocupámo-nos o melhor que soubemos das virtudes deste homem ilustre, e a grandeza e seriedade do tema são absorventes e dominadoras.

Mas este homem também tinha os seus amores, — as crianças que o entendiam, os animais que afagava, os silêncios duma alma que se encontrava em si mesmo! A figura ganha doçura, encanto, grandeza sem par olhada através destas tão simples expressões humanas.

Não basta, com certeza, sublinhar estes sentimentos íntimos ou destacá-los de per si para encontrar a razão verdadeira do gosto de viver que acompanhou Mac-Bride até à morte.

A razão verdadeira é que este homem superior, austero, equilibrado, tinha um amor, um grande amor.

O seu amor chama-se *Lisboa*, a Cidade das sete colinas e de tantas outras maravilhas, a cidade que seduz e que domina, a Cidade-símbolo de Portugal renovado.

Por este amor Mac-Bride fez tudo, trabalhou incansavelmente, revelou-a nos seus encantos e nos seus imprevistos, visionou o seu futuro e foi na realidade por Lisboa, sempre mais bela, maior e mais portuguesa, um sagaz e humano precursor!

Não idealizo, não invento, não me excedo falando assim.

Basta ter presente as suas discussões veementes, os seus entusiasmos, a sua campanha formidável num meio avesso quantas vezes a ideias novas, mesmo que sejam de uma oportunidade gritante — para dotar Lisboa de um Parque Florestal.

Dar-lhe o pulmão para não asfíxiar — dizia, terminologia médica na boca de um urbanista que conhecia também muito de medicina social!

O seu poder de observação, muita leitura e rara intuição, fez dele também um urbanista, estudou e atraiu o interesse da gente de Lisboa para os problemas de urbanismo que pouco ou nada ocupavam as vereações municipais e trouxe até cá o célebre Forestier.

Que belo seria, no Salão de Honra da Câmara Municipal, falar de Mac-Bride, urbanista de Lisboa e de seu irmão Eugénio, seu ilustre colaborador, comentar os seus projectos de há 30 anos e compará-los com as realizações que se lhe sucederam, algumas das quais poude ver e aplaudir!

Encantado com este tema — a personalidade do Dr. Alberto Mac-Bride — quem sabe se fui longe demais e se excedi a justa medida?!

O primeiro a condenar-me, seria Ele próprio — aqui presente nas fulgurações imorredouras do seu espírito e na ternura do seu coração! Ele, que tão discretamente se referia a si próprio e detinha abruptamente — com sinceridade — as palavras de louvor tão merecidas que ouvisse a seu respeito!

Não fiei de mim — amigo estremo de Mac-Bride — nem de vós próprios, seus devotados amigos também, a crítica do conceito que formei sobre ele e aqui exponho em voz alta!

Recorri friamente — corajosamente — à análise grafológica e caracteriológica por pessoa eminente, o Professor Delfim Santos, Catedrático da Faculdade de Letras, facultando-lhe apenas uns escassos elementos — um requerimento de 15 linhas com assinatura, datado de 1926, uma folha de papel escrita a tinta, 16 linhas sem assinatura e sem data, a assinatura em passaporte de 1952. A estes elementos o autor da análise juntou a recordação de uma breve conversa com Mac-Bride na intimidade da minha casa, há poucos anos.

As conclusões não se fizeram esperar e eram concludentes — nós tínhamos razão!

A interpretação do Mestre é um estudo psicológico completo, com base científica.

Domina do documento autêntico que possuo, passagens como esta — personalidade de emotividade dominada, mas não impedida de manifestação viva e espontânea. Claro indício de sensibilidade estética, de ordem, de disciplina e de arrumação de ideias. Temperamento com requintes de elegância na convivência, de lealdade e de generosidade. Firmeza nos afectos e delicadeza nas relações.

A firmeza na afectividade tem, neste caso, concordância com a firmeza nas intenções e realizações de vontade que sabe impor delicadamente e sem impulsos de brusquidão. Indício nítido de constância nos propósitos, de segurança nos processos e de persistência inalterável.

Inteligência clara e metódica com pronunciado pendor analítico em rigorosa dedução, tendente a conclusões firmes e positivas. Pensamento mais rápido que a expressão, devido à capacidade de intuição de que é possuidor».

Está resumido o essencial da análise grafológica.

Já seria bastante para *revelar* objectivamente Mac-Bride, mesmo àqueles que o não conheceram ou, se possível, não lhe quiseram bem.

Conjuga-se perfeitamente e completa inteiramente o seu estudo psicológico, ia dizer biográfico também, a análise do seu carácter extraída dos elementos facultados ao cientista especializado.

Ele responde por nós, concluindo acerca de Mac-Bride: carácter franco, leal, simpático e atraente, embora fleumático à primeira impressão.

Na verdade, trata-se de um apaixonado na terminologia de Lee Semse (emotivo, activo em secundaridade!) Com grande probabilidade pode pôr-se a seguinte anotação: Amor do trabalho, perseverança, acção decidida, concepção rápida, sentido prático, largueza de vista, independência, capacidade de observação, boa memória, indiferença pelos prazeres da vida instintiva, carência de vaidade e ostentação, bondade para os inferiores, sentimentos patrióticos, pouca simpatia pelas tendências extremas de ordem política e social, economia, tendência para coleccionar honrabilidade, pontualidade, sentimento religioso e amor aos animais. Paciente, idealisante, confiante e tolerante com fundo sentimento do dever, que cumpre como se fosse uma missão e identifica os seus princípios de acção pelas exigências de maior prestígio das instituições a que pertence ou serve.

Não é reclamente de postos directivos, mas é próprio deste tipo de personalidade apparecerem a dirigir as instituições de que fazem parte, devido ao reconhecimento, nem sempre fácil, das suas qualidades. Obedece como deseja que os outros obedeçam criando o exemplarismo de comportamento precisamente quando dirige.

Fora da sua actividade profissional é conservador e diletante em assuntos de história circumstancial e anedótica e sabe rir, também interessado em assuntos de geneologia, em traduções, velhos costumes e folclore. Amigo fiel e amante da família, mas, apesar de tudo, com preferência na entrega total à actividade profissional a que religiosamente se devotava. A união do ascetismo tendencial e da autoridade predispõe este tipo de homens para uma severidade amável, inibindo-os de diluição afectiva, neles sempre intermitente».

São tão justos, preciosos e completos estes resultados das duas análises a que sujeitei desassombadamente a pessoa e o carácter de Mac-Bride, que não sei se seria mais honesto da minha parte — pôr de parte as insuficientes páginas desta minha biografia e limitar-me a facultar-vos estas provas!

Alguém não pode ignorá-las nem deixar de lhes dar valor — Mac-Bride que trouxemos aqui — envolvido na nossa saúde e num firme espírito de justiça!

Mac-Bride — sim — porque não há-de querer desmentir-se a si próprio na presença de provas irrefragáveis e tendo à volta os seus assistentes que habituou a curvar-se perante eles se os juízos contrários que perante o Director defendiam se apresentavam com consistência séria. Este é caso típico!!!

Mas Mac-Bride pode de qualquer forma estar presente, queira ou não queira ouvir a minha voz, interprete de tantas outras, ansiosas de lhe fazer justiça plena, aceite ou desmereça de um conceito que a melhor técnica moderna de grafologia alicerçou, renuncie, como um monge, ao justo louvor à sua grandeza moral, grandeza sublime!

Mac-Bride tem que permanecer connosco impávido e resolutivo, e vai aplaudir com calor e com convicção!

Que metamorfose esta, estranha subtilidade, incompreensível contraste!

Nada disso, meus Senhores. Singelamente, Mac-Bride faz diante de nós o seu exame de consciência e, munido mais uma vez do seu poder de observação e rápida percepção, reconhece em tudo que eu disse, comentando, par e passo, os passos da sua vida, que não foi dele próprio que falei, apesar de me ter proposto esta tarefa tão grata à minha affectividade.

Limitei-me a localizar em tão distinta personalidade, para facilitar a minha exposição e dar-lhe um cunho humano de verdade, as qualidades e virtudes que têm Senhoria, de que ele foi fiel depositário e que continuam vivas porque Deus as isentou da Lei da Morte!

Na unidade da sua vida, na exemplaridade do seu profissionalismo, na resistência triunfante a tudo que é mesquinho, na sedução pela beleza, na doce tranquilidade de uma sã consciência, na indiferença por todos os prazeres e interesses que conhecem a saciedade e daí, como são frágeis, Mac-Bride excedeu-se a si próprio.

De dádiva em dádiva, exemplo após exemplo, toda a vida, entregou-se inteiramente e ignorou-se a si mesmo.

O martírio de uma doença mortal, suportado com coragem e sobrançeria, em luta persistente contra esta tremenda realidade, que não queria reconhecer, é uma grande lição.

Mas a lição é maior e envolve, também, uma interpretação rara e sobreumana do cumprimento do dever até ao fim — sofrer a doença terminal no seu posto — o seu Serviço do Hospital, confiante nos seus Colegas, nos seus Assistentes e Internos, e rodeado dos cuidados do dedicadíssimo pessoal de Enfermagem, que sempre dignificou e elevou, moral e profissionalmente, na sua longa vida clínica.

Experimentou, em si próprio, até à hora derradeira, o quadro clínico, de enfermagem e hospitalar, que formou com tanto desvelo, capacidade e compreensão.

Quis ser no seu Serviço o Capitão que fica até ao fim, só abandonando a ponte de Comando e o posto de maior perigo, quando uma vaga mais alterosa quebra os seus pulsos fortes de lutador!

Junto dele, quase à sua vista, perscrutadora já do Infinito, do Além, sensível ao seu ouvido apurado, gemiam, sofriam, agonizavam outros doentes como Ele, para quem a Doença que não perdoa, reduzia à inutilidade a Ciência dos Médicos, a dedicação do Pessoal, a superioridade dos meios cirúrgicos, que, tantas vezes, na mão do Cirurgião eminente tinham produzido milagres.

Toda a vida repartira com os seus doentes o seu saber, a sua abnegação, a sua experiência. Agora, só lhe restava dar-lhes a Comunhão das suas dores, das suas angústias mortais, das suas esperanças illusórias. E, ao mesmo tempo, afirmar a sua convicção de sempre e para sempre, a sua crença na Vitória da Medicina e no Poder Admirável do meio hospitalar em que se fez gente para nos curar, ajudar a viver, a bem morrer. Acima destas realidades, uma mais luminosa ainda que sentiu ao ser absolvido, «in extremis», pelo Reverendo Capelão do Hospital — A Eternidade em Deus.

Termino com palavras de um luminoso espírito — Ruy Barbosa — que tanto amou a Medicina e admirou os Médicos, sentimentos bem expressos nas suas Obras, obras definitivas no domínio do Direito, da Política e da Literatura, recheadas de termos médicos, como acentua no seu estudo «Ruy e os Médicos» o Catedrático das Faculdades de Medicina e de Farmácia de Porto Alegre, Doutor Ney Cabral.

«Assim a lição dessas existências não rebrilha sobre nós em toda a firmeza da sua claridade, enquanto não chegamos à culminação definitiva, na transparência do Além-túmulo e na paz divina da Morte».



UMA VISTA DE LISBOA NO SÉCULO XVI

(Arquivo Pitoresco — 1861).



IGREJA PAROQUIAL DE S. JOSÉ, DA ANUNCIADA

RESUMO DA SUA HISTÓRIA

(Conclusão)

CONTINUA O SEGUNDO PERÍODO DE OBRAS

A Comissão das obras pediu ao architecto Domingos Parente da Silva, da Câmara Municipal de Lisboa, o seu conselho sobre certas dificuldades que surgiram na execução delas.

O architecto anuiu pronta e desinteressadamente ao convite e, após alguns dias de estudo, apresentou dois planos com alterações ao risco primitivo do templo.

Pelo primeiro, demoliam-se as quatro pilastras destinadas a apoio do zimbório que coroarão o cruzeiro, por occuparem muito espaço e obstarem a que parte das pessoas postadas nas naves visse as cerimónias do culto. Este plano assinou-o o seu autor.

Pelo segundo, conservavam-se as quatro pilastras, emendavam-se alguns erros da traça primitiva, mas o maior, que consistia na existência dos quatro incómodos pilares, não se eliminava. Apresentava-o o architecto para atender à falta de meios com que lutava a Irmandade; porém não o assinou; porque o considerava defeituoso.

Teve de refazer-se o tecto da capela-mor, por ser pouco sólido o antigo (Acta de 19-11-1865).

Das duas propostas apresentadas pelo architecto Parente, foi preferida (certamente por economia) a segunda.

A construção da igreja prosseguiu, agora sob a direcção desse técnico. Mas, em 1-11-1868, a Mesa soube que ele não podia continuar a dirigi-la e, por proposta do seu escrivão, que era o conde de Rio Maior (D. António), tomou conta da obra pelas 10 horas do dia seguinte. Este Irmão conseguira que a Câmara removesse o entulho proveniente do desaterro feito no local da igreja nova, auxílio importante que a Mesa agradeceu.

Segundo o Relatório da gerência da Irmandade nos dois anos económicos de 1868-1869 e 1869-1870, a grande dívida que a onerava, quando a Mesa presidida pelo conde de Rio Maior tomara posse, estava, no fim do referido biénio, muito reduzida, e as obras haviam progredido muito e a expensas suas.

Nesse Relatório o tesoureiro, José Gregório Teixeira Marques, concluia por afirmar que a Irmandade, não obstante o que havia gasto na construção do templo e nos seus prédios, pagava pontualmente os vencimentos dos seus empregados e não contrairá novas dívidas. Era, pois, o mais losonjeiro possível o seu estado financeiro, tantos mais que fora contemplada com dois legados, devendo ser-lhe pago brevemente o de 168\$000. Quanto ao de Bernardo José Rebelo, receava, só lhe fosse entregue por meio de acção judicial, que felizmente se evitou.

No ano seguinte (Acta de 16-4-1871), já a situação da Irmandade era difícil; pois havia gasto os seus recursos nas obras da igreja, o Governo suspendera o pagamento da sua quota mensal para elas, e não acudiam donativos de particulares. Reduzida aos rendimentos próprios, lutava com dificuldades para prosseguir a dispendiosa edificação do templo.

Perante circunstâncias tão desfavoráveis, o juiz pediu à Mesa o autorizasse a diligenciar que o duque de Cadaval cedesse um curro de toiros para serem lidados em benefício da custosa construção.

Faleceu em Junho do mesmo ano o mestre da obra. A Mesa, atendendo ao zelo e probidade com que ele sempre servira a Irmandade, opoz-se a que o seu corpo fosse levado para o cemitério no carro do Hospital (carreta da Misericórdia). Foi pois, custeado o enterro, a meias, pelo cofre da Irmandade e por subscrição voluntária dos mesários e abonou-se meio dia aos operários da obra que quiseram encorporar-se no funeral.

Deste modo, praticou a Mesa da Irmandade do Santíssimo a sétima obra corporal de misericórdia: enterrar os mortos. Honra lhe seja!

Em substituição do falecido, ficou a dirigir a obra o carpinteiro, António dos Santos Chita, que foi admitido como mestre dela, sendo a admissão aprovada pela Mesa a 26 de Setembro.

O parecer da Comissão Revisora de Contas sobre as do ano económico de 1871-1872 é, para a Mesa Administrativa da Irmandade, que as apresentou, altamente elogioso. São estes os seus termos:

«É fora de dúvida, Senhores, que grandes são os serviços prestados pela Mesa, e a Comissão folga em ver que por tal forma foram por ela administrados os fundos da Irmandade, que se

deve ao seu zelo, prudência e dedicação, não só apresentar hoje o seu cofre desafrontado de todas as dívidas, que lhe foram legadas pelas Mesas transactas, como também a sua fazenda aumentada, os prédios convenientemente concertados, e as obras da nova Igreja Paroquial com grande e reconhecido aumento, tendo apenas empregado nisto a diminuta cifra de 3.808\$337, como se vê do relatório e contas apresentadas pelo Ex.^{mo} Tesoureiro José Gregório Teixeira Marques; o que, sem contradição, é devido ao zelo, solicitude, rigorosa fiscalização e severa economia deste Sr., a cargo de quem estava a direcção desta obra».

Por deliberação de 2-10-1872, a Mesa elevou de 700 para 800 réis o jornal do mestre canteiro, José Moreira, digno desse aumento, pelo seu conhecido mérito.

Ganhava então, de jorna, 700 réis o mestre da obra, que era o carpinteiro atrás nomeado, e 400 réis o trabalhador Manuel Rodrigues.

Tendo-se empenhado junto ao Ministério das Obras Públicas para que o Governo desse um subsídio destinado às obras o Irmão D. Manuel Luís de Sousa (Borba), escrivão da Mesa, esta resolveu em 26-3-1874 pedi-lo em requerimento que o referido fidalgo apresentaria ao Ministro daquela pasta e, em 23 do mês seguinte, aprovou um voto de agradecimento ao mesmo Irmão por se ter encarregado da incumbência.

Sabia a Mesa da Irmandade apreciar a competência e o zelo dos artífices que, por conta dela, trabalhavam na obra da igreja nova.

Assim, a acta da sessão em que, a 25-8-1876, esteve reunida, consigna os dois louvores que passamos a transcrever.

«Mestre de carpinteiros António Chitas — Pela sua mestria e pelo seu génio aperfeiçoador e conciliador, soube desempenhar com perfeição os trabalhos de que esteve incumbido e outros sugeridos pela sua imaginação pensadora. Fez não só de bom carpinteiro, mas também aproveitou, na falta de meios da Irmandade, madeiras existentes a que outro não daria aquele destino, adaptando-as a misteres convenientes. Alguns dignos Irmãos da Mesa, cujo voto era de peso, exaltaram a perfeição e apuro daquele oficial a quem bem cabe o nome de mestre. Era também chamado e consultado quando nos prédios da Irmandade era preciso qualquer trabalho de maior ou menor responsabilidade, desempenhando sempre com economia e perfeição; zelando os interesses da Irmandade. Intivei com o seu voto para ajudar a erecção da Glória e colocação do andaime, sem ofender os ricos capitéis e outras peças de primor que ali existem, procurando sensatamente não haver ofensa física em qualquer dos operários, não só nos trabalhos já ditos, mas também no desmanchamento do dito andaime».

«Canteiro José Moreira — A Mesa decidiu em sessão de 2-10-1872, que, com preferência a outro qualquer trabalho se desse começo à Glória, pelo modelo que existia em arrecadação, sem fazer caso dos receios que fizeram vacilar as mesas anteriores, por considerarem ser uma obra que demandava grandes despesas, atendendo a que só o modelo custara 800\$000 réis.

«Nesta ocasião já está colocada, faltando-lhe apenas as 4 figuras dos lados, sem que a Mesa fosse obrigada a fazer sacrificio algum. Para se conseguir esta resolução contribuiu o artista a quem foi cometido o trabalho, no desempenho do qual deu provas, não só de muita intelligência mas de suma assiduidade. Para pronto acabamento de obra tão importante, empregou esforços como se ela fosse dada de empreitada. Além de ser um artista de merecimento, sem pretensões, o que lhe dá maior valor, imensos são os serviços que prestou, não só na assiduidade que desenvolveu no trabalho, muito além da que se podia exigir, como também pelas muitas economias por ele feitas, que somadas avultariam uma verba importantíssima a favor do cofre da Irmandade,

podendo afiançar-se que a despesa com a Glória, comparativamente, não foi muito superior à do modelo, e não aconteceria assim, se este artista não fosse zeloso e quizesse fazer render o seu trabalho em proveito próprio. A obra foi começada e acabada em pouco mais de três anos de trabalho. Parece uma fábula que um só canteiro, e com um único trabalhador, em tão curto espaço fizesse tudo quanto está feito, tendo apenas em princípio um só oficial para o desbaste das pedras e esse mesmo lhe foi tirado por não poder o cofre com essa despesa. Com tão pequeno pessoal ninguém seria capaz de fazer tanto, a não ser um artista como este era, pundonoroso, com força de vontade, interessando-se de coração pelo trabalho de que foi incumbido, sem cura dos seus interesses, (...) a verdadeira recompensa buscava-a ele na glória que haveria do seu trabalho. Ainda mais (...) aquela imensa Glória foi colocada no seu lugar por ele, e pelo trabalhador, ajudados apenas pela força material de alguns braços, chamados tão somente na ocasião de ser preciso levar alguma pedra ao seu lugar, porque todo o mais trabalho de colocação foi feito por ele, e pelo trabalhador da obra, sem mesmo empregarem para isso pedreiro algum, porque dois homens fizeram tudo, do que resultou grande economia.

Resolveu a Mesa gratificar com 22\$500 o canteiro José Moreira; e não gratificou o trabalhador, por dispor de pouco dinheiro.

Reinava assim, há 75 anos, sob o regime constitucional que soubera pacificar a nação, paz e harmonia entre patrões e operários, trabalhando estes com dedicação e consciência, e recolhendo-o aqueles. Bons tempos!

Deliberações da Mesa, na sua sessão de 27-1-1877:

1.ª — Comprar um cofre de ferro com 3 chaves, para nele se guardarem os valores da Irmandade, orçando-se a compra em 200\$000 réis. Construiu-o José Maria Pires pelo preço orçado, com todas as garantias de segurança do sistema francês e inglês. Foi baratíssimo. Mandou-o pintar a Irmandade e em 5 de Abril de 1878 foram as chaves dele distribuídas pelo juiz, escrivão e tesoureiro.

2.ª — Recomendar ao mestre Chitas que não consentisse se trabalhasse na obra aos domingos e dias santificados.

3.ª — Admitir mais um canteiro para desbaste da pedra (o que prova que os trabalhos de construção prosseguiam activamente).

Em 17 de Julho de 1877 resolveu a Mesa elevar de 400 réis para 450 o jornal do trabalhador, visto que o servente de pedreiro últimamente admitido ganhava mais do que ele e atendendo ao bom serviço que o mesmo trabalhador prestava, até às vezes como brochante e pedreiro.

Nesse tempo andavam a construir-se as portas de madeira destinadas à capela-mor. Mais adiante far-lhes hemos outra, ainda que breve, referência.

Em 30 de Janeiro de 1881, tendo o pároco, Padre Domingos da Silva lembrado a conveniência de pôr a igreja em estado de poderem nela realizar-se os actos paroquiais, prontificou-se o Irmão José d'Oliveira Sousa Leal a adiantar os seis contos de reis, em que estavam orçadas as obras que para isso teriam de fazer-se, importância que a Irmandade a pouco e pouco lhe restituiria, para o que se valeria dos rendimentos próprios que fosse recebendo.

Na mesma data resolveu a Mesa mandar construir o zimbório, segundo o risco aprovado, modificando, contudo a parte ornamental, para que o custo da construção baixasse de 3 para 2 contos de réis.

O pau de fileira do zimbório foi colocado em 29 de Setembro, tendo-se abonado um dia de trabalho aos operários que construíram esse remate.

Segundo o Relatório da Mesa Administrativa, relativo ao ano económico de 1878 a 1879, a desamortização dos prédios da Irmandade havia rendido 71.050\$000, que se converteram em inscrições da Dívida Pública. Desta operação resultou, para a mesma Irmandade, aumento de receita (uns 930\$000 réis).

Como se vê, nem sempre a desamortização de bens de mão morta, imposta por lei, era, sob o aspecto financeiro, desvantajosa para os donos deles.

Em 24-4-1881 o architecto José Luís Monteiro foi investido pela Mesa na direcção da obra, com poderes de admitir os operários que julgasse necessários para o bom andamento dos trabalhos.

Como ele mostrasse empenho nisso, a Mesa, por deliberação de 28 de Julho, ofereceu o frontal de altar, formoso mosaico de mármore, existente nas arrecadações da igreja, ao Museu Nacional que ia estabelecer-se no palácio das Janelas Verdes. Este altar viera da igreja de S. Bento, sita onde hoje se levanta o palácio da Assembleia Nacional.

O decreto de 11 de Maio do mesmo ano, assinado pelo Rei e referendado pelo ministro António Rodrigues Sampaio, autorizou a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de S. José, como requerera a sua Mesa Administrativa, a contrair um empréstimo de oito contos de réis para serem applicados única e exclusivamente nas obras da sua igreja, não podendo exceder o juro de 5 % e ficando o pagamento desse juro e das amortizações garantido pelo juro de 20.000\$000 em inscrições que possuía a mesma Irmandade, cujo cartório fora removido poucos meses antes para dependência, já concluída, da nova igreja (Acta de 3-3-1881).

A Irmandade ofereceu os modelos da Glória à Real Associação dos Architectos Civis, para o Museu Arqueológico do Carmo, e a Mesa prontificava-se a custear o seu transporte.

Mas os modelos careciam de reparações importantes, e à Real Associação faltavam meios para pagá-las (Offício de Joaquim Possidónio Narciso da Silva, de 3-10-1888). Perderam-se assim.

A LÁPIDE SEPULCRAL DA CONDESSA DE LINHARES

Da igreja de Santo Antão-o-Novo, arruinada pelo terremoto de 1-11-1755, tinham vindo para a parochial de S. José, em construção, o magnífico retábulo mármoreo da capela-mor, com a respectiva boca do camarim, e quatro grandes e belas colunas salomónicas, às quais já fizemos referência, afora mosaicos de mármore que jaziam no pavimento do derrubado templo.

Com essas peças, dadas para a igreja nova, a pedido da Irmandade do Santíssimo da Freguesia de S. José, pela Administração do Hospital de S. José, em cuja área se compreendiam as ruínas de Santo Antão-o-Novo, também veio, por engano, a lápide sepulcral da condessa de Linhares, D. Filipa de Sá.

Prestara esta Senhora à Companhia de Jesus, a cujo Colégio de Santo Antão-o-Novo pertencia a igreja da mesma invocação, a importantíssima soma necessária para a conclusão deste faustoso templo, que tinha ficado inacabado por morte do Cardeal Rei D. Henrique, grande protector da mesma Companhia.

Os jesuitas, reconhecidos, mandaram construir, no cruzeiro de tão famosa igreja, mausoléu magnífico para túmulo da sua benfeitora, obra de arte que o megacismo setecentista destruiu, tendo, porém, escapado a lápide respectiva.

A Administração do Hospital, quando deu pelo engano, pediu, em officio de 24-12-1881, a restituição dessa lousa, que logo a Mesa da Irmandade pôs à disposição dela.

AINDA O SEGUNDO PERIODO DAS OBRAS

Para continuação das obras, teve de contrair a Irmandade novo empréstimo de 6 contos de réis na Caixa Geral de Depósitos, com hipoteca de inscrições, cujo valor nominal era de 20.000\$000 (Acta de 19-5-1882).

As obras continuavam; mas as verbas de despesa que constavam dos orçamentos apresentados pelo architecto José Luís Monteiro, que as dirigia, foram largamente excedidas; o que causou grandes embaraços à Mesa.

Por intermédio do Rev.º Pároco, a Sr.ª D. Teresa Emília Avelino Pereira da Costa fez ao cofre das obras o suprimento gratuito de 1.000\$000 (Acta de 9-1-1883) e, em 31-4-1883, deu entrada no mesmo cofre, outro conto de réis, emprestado também gratuitamente por Alfredo d'Oliveira Sousa Leal. Estes dois beneméritos eram paroquianos da freguesia de S. José.

Antes de contar brevemente a inauguração da igreja de S. José, da Anunciada, em 1883, daremos acerca da sua construção e do seu recheio algumas notas que julgamos merecem menção.

MADEIRAS

Para as obras da igreja foram concedidas à Irmandade duzentas sessenta e oito vigas pelo Depósito das Matas Nacionais (Acta de 15-10-1865).

Depois, a pedido do Irmão Francisco António Rodrigues, concedeu o Ministério das Obras Públicas mais madeira (Acta de 12-2-1868).

Nestes e noutros casos os governos da Monarquia liberal prestaram valioso auxílio à Igreja, cuja Religião era a do Estado português.

Em 17-10-1872 a Mesa teve conhecimento de que Irmão José Maria Machado havia oferecido quatro pranchas de madeira do Brasil para a obra. Dela fizeram-se provavelmente os degraus da escada que leva à Casa de Despacho da Irmandade.

Na sua sessão de 21-8-1883, a Mesa resolveu promover a venda pública dos retalhos de madeira existentes no barracão, a que mais adiante faremos referência.

No mesmo ano, a 17 de Dezembro, decidiu a Mesa da Irmandade comprar bancos para a sua igreja. Em dia anterior desse mesmo mês havia-se feito, para a compra deles, peditório no templo recentemente inaugurado.

As portas da capela-mor são de vinhático. A sua construção foi dada de empreitada por 450\$000, incluindo-se neste preço as competentes ferragens de latão, devendo o empreiteiro receber 200\$000 quando a feitura delas estivesse em meio, e os restantes 250\$000 quando ficassem postas no seu lugar.

Mais uma nota, que não nos parece aqui descabida: para a cortina destinada a cobrir, nesta capela, a boca do camarim, comprou-se damasco de seda a 17\$000 réis o metro.

PEDRA

54

A Irmandade, em requerimento de 29-5-1865, pediu à Câmara Municipal de Lisboa que, da cantaria que o Ministério das Obras Públicas lhe tinha dado para construção de capela no Cemitério dos Prazeres, lhe cedesse a que não fosse necessária para essa obra.

A referida cantaria era parte da que jazia no Largo da Estrela e provinha da capela que ali havia sido demolida.

A Câmara cedeu umas trinta pedras.

Requeru também a Irmandade ao mencionado Ministério que, da mesma cantaria, lhe desse a que não havia cedido à Câmara.

Já depois de inaugurada a igreja e após anúncio publicado na imprensa diária, venderam-se, por 36\$000, três pedras de mármore com obra de mosaico e, por 150\$000, retalhos dele (Actas de 21-8 e 21-10 de 1883).

Estas pedras, que certamente provinham de Santo Antão-o-Novo, não tiveram aplicação na igreja da Anunciada.

Não obstante as duas mencionadas vendas, sobejavam ainda pedras de mosaico desnecessárias. Mandou, pois, a Irmandade pôr novo anúncio de que as vendia (Acta de 17 de Novembro).

As quatro sobreportas, de alto valor artístico, existentes na capela-mor, vieram da mencionada capela que havia sido demolida no Largo da Estrela.

São de mármore da Arrábida as duas colunas salomónicas monolíticas da capela do Santíssimo. Eram da igreja conventual dos Loios, arruinada pelo Terremoto de 1-11-1755 e que esses religiosos não chegaram a reedificar.

Estas duas colunas, mais pequenas que as da capela-mor, não lhe são inferiores em beleza.

O ARCAZ RICO

Está na sacristia que durante muitos anos foi privativa da Irmandade, a quem o Governo o cedeu. Em Outubro de 1865, já estava em poder dela.

É móvel grande, riquíssimo e belo, e pertenceu ao extinto convento de Santo António do Estoril.

A sua remoção para Lisboa fez-se, não obstante as dificuldades levantadas pelo pároco da freguesia de Cascais.

A Portaria da sua cessão determinava também a dos painéis que havia na sacristia daquele convento. Mas, excepto os que ornem o mesmo grande móvel, nenhum outro se achou ali, quando a Irmandade tomou posse dele.

Contudo, para evitar conflitos com o pároco de Cascais, passou-se-lhe recibo, não só do arcaz, mas também dos painéis que não faziam parte dele e que ninguém viu.

No centro do arcaz, um oratório, sem qualquer imagem, contivera, segundo constava, um crucifixo que também não se achou.

Os painéis, quadros a óleo que ornem o arcaz, são seis e representam cenas em que figura a Virgem Maria, ou só ou acompanhada de Jesus e de S. José.

Quem se colocar diante dele e os observar, verá, da esquerda para a direita, representados nos sucessivos painéis, a Imaculada Conceição, o Nascimento de Cristo, a Apresentação do Menino no Templo, a Fuga da Sagrada Família para o Egipto, o Encontro do Menino Jesus no Templo a discutir com os doutores da Lei, e a Assunção de Nossa Senhora aos Céus.

Os quadros careciam de leve restauro. Retocou-os muito bem o pintor Prieto, que cedeu a favor da Irmandade a importância da remuneração a que tinha direito por esse trabalho.

A IMAGEM DO ORAGO

A pedido da Mesa da Irmandade do Santíssimo, de S. José, a de Nossa Senhora da Conceição, S. Camilo e Caridade com os Pobres e Enfermos cedeu-lhe a imagem de S. José para ser colocada em altar próprio da igreja paroquial do seu padroado, sob as condições seguintes:

1.ª — No caso, não esperado, de ser suprimida a paróquia de S. José e, se existisse então ainda a Irmandade cedente, voltaria para a posse desta a veneranda imagem.

2.ª — A cedência teria de ser autorizada pela respectiva Autoridade Administrativa, para o que a Irmandade do Santíssimo solicitaria o respectivo Alvará, como solicitou.

O BARRACÃO

Junto à igreja da Anunciada, a poente do pátio que lhe serve de adro, construiu-se um barracão em que a Irmandade arrecadava diferentes objectos.

Segundo a acta da reunião que teve em 19-1-1884, a Mesa resolveu removê-los dali para a casa junto à igreja de S. José dos Carpinteiros, se o barracão viesse a arrendar-se.

Propos-se arrendá-lo António Gonçalves dos Santos, Irmão e benfeitor da Irmandade à qual fornecera materiais, na importância de 471\$180 réis, para serem por ela pagos, quando lhe fosse possível, e oferecera à sua nova igreja os objectos que o rol seguinte enumera com a indicação do respectivo valor.

29 metros de tapete para os degraus do altar-mor, a 1\$600 o metro	46\$400
1 banco de mogno, estofado de chapim (supomos fosse forrado de coiro)	8\$000
2 placas doiradas para gás, com bacias de cristal	6\$000
1 passadeira de riscas	3\$300
1 dita verde para a capela de Nossa Senhora da Conceição	2\$000
	<hr/>
	65\$700

Após as necessárias negociações, o barracão foi arrendado a Santos & C.ª, firma de que eram sócios o mencionado António Gonçalves dos Santos e Januário Gomes dos Santos.

A Mesa, em sessão de 7-4-1884, assentou com a firma arrendatária as condições do respectivo contrato, que resumidamente eram as seguintes:

Arrendamento por três anos, prorrogáveis trienalmente, só podendo ser despejada a inquilina ao cabo de nove anos, salvo se, passados aqueles primeiros três, a Irmandade precisasse do barracão para as obras da igreja.

A inquilina efectuaria nele, à sua custa, as reparações exteriores, constantes do projecto que se juntaria à escritura do arrendamento, e concertaria o telhado, fazendo-o de novo, onde carecesse de renovação.

A renda anual seria de 100\$000, pagos adiantadamente aos semestres. As benfeitorias com que Santos & C.ª dotassem o prédio, ficariam pertencendo à Irmandade, sua proprietária.

Aparecera um folheto ofensivo, em que era alvejado o Irmão, António Nunes dos Reis, ao qual se devia, nas obras da igreja, a iniciativa de alguns trabalhos.

Aborrecido com semelhante ataque (injusto, segundo julgamos), o ofendido pediu a demissão de Irmão. A Mesa, porém, observou que fora estranha à publicação do panfleto (Acta de 3-3-1884).

A ESCOLA DE NOSSA SENHORA DA ANUNCIADA

Pensou a Mesa da Irmandade em construir casa para aula de instrução primária. Esse edificio assentaria em terreno dela, com frente de 44 palmos para a Rua de S. José e uns 50 de fundo.

Como, porém, a obra da igreja nova lhe absorvia todos os recursos, não pôde realizar tão louvável desejo.

Propôs então ao Governo ceder-lhe o mencionado terreno para que à custa do Estado se construísse o edificio escolar, cujo rés-do-chão seria destinado a arrecadação de objectos atinentes ao serviço da igreja, que ficaria com serventia própria por aquele lado.

Em officio de 24-8-1865, o Comissário dos Estudos, Mariano Etura, participou à Mesa ter dado, ao ministro do Reino, conhecimento da mesma sua proposta, e generosa oferta.

Para que pudesse ser aceite era, porém, necessário que, de accordo com o preceituado no Código Administrativo, a Irmandade requeresse e o Governo lhe desse autorização para ceder o terreno oferecido.

A Junta Grande da Irmandade, reunida em 30 de Maio, resolvera que lhe fosse apresentado, pela Mesa Administrativa, um circunstanciado relatório do caso, para poder deliberar sobre ele com perfeito conhecimento de causa.

Na sessão de 24 de Outubro foi-lhe dada informação completa do que se passara e que vamos resumir.

Manuel José de Sant'Ana, um dos mais habéis artistas que trabalharam nas obras da igreja, traçara a planta do pavimento inferior da casa escolar, que se pretendia fosse adaptado a arrecadação.

A construção desse piso inferior, no caso de ser abobadado, estava orçada em 5.500\$000, e a do andar superior, em 2.500\$000. Custaria, pois, a edificação do prédio 8.000\$000.

O valor que atribuiram ao terreno era, pela exígua área dele, pequeníssimo.

Sobrevieram, sem dúvida, óbices; porque a projectada cedência não se fez.

Possuía a Irmandade, entre outros, o prédio n.º 20 e 21, no Largo da Anunciada, com frente para a Rua de S. José, em que tinha os números de pólcia 1-21 e que, pelas leis de desamortização, devia ser vendido.

Algando que esse prédio, além de estar encravado no terreno em que se andava a construir a igreja nova, lhe era preciso para nele, como pretendia, estabelecer uma escola de instrução primária, a residência do pároco e dependências suas e da Confraria da Caridade, existente na freguesia, a Irmandade, em 13-5-1874, requereu ao Governo a dispensasse de o incluir na relação dos que possuía e estavam sujeitos a desamortização.

Contíguo à igreja e com janelas que deitavam para lá, esse prédio podia-lhe ser necessário para nele rasgar tribunas dependentes do templo ou instalar um hospital, cuja fundação na freguesia a existência da mencionada Confraria justificava.

Não conseguí a Irmandade o que requereu e, sob a ameaça da desamortização, mandou tapar as janelas do prédio que devassavam a igreja, e vendeu-o finalmente, em obediência às citadas leis, por 40 contos de réis, em 28-5-1879, ao Sr. Sassetti.

Antecipámo-nos um pouco. Volvamos alguns anos atrás.

O pároco da freguesia de S. José, desejoso de derramar nela a instrução, pensou em abrir, na sua área, uma escola primária, a exemplo do que se fizera na de S. Nicolau.

Para pôr em prática o seu pensamento, recorreu à Associação Protectora de Escolas Asilos para Rapazes Pobres, fundada pela senhora condessa de Rio Maior, depois marquesa do mesmo título, e presidida então pelo conde, seu marido e futuro marquês, a qual, da melhor vontade, se prontificou a coadjuvá-lo.

A Associação, porém, abriu escolas em outras freguesias e mantinha-as, não dispondo, por isso, de grandes disponibilidades em dinheiro.

Lembrou, pois, aquela Senhora, cujo cunhado era então Juiz da Irmandade, que esta poderia ceder, para nela se instalar a escola, alguma dependência, já concluída, da sua igreja e, com as outras senhoras que compunham a Direcção da Associação, requereu à Irmandade nesse sentido.

Reunida em 1-7-1875, a Mesa resolveu emprestar-lhes a sua casa de despacho, na qual mandou fazer pequenas obras de adaptação. Para moradia do respectivo professor, Marcelo António Martins, destinou o 3.º andar do prédio da esquina.

A imagem de S. José, que estava na casa cedida para escola, foi removida para a igreja, a fim de que pudessem continuar a prestar-lhe culto os devotos que costumavam celebrar a festa do Santo no dia que lhe é consagrado.

Porém as pequenas obras mandadas fazer na casa de despacho não bastaram para adaptá-la a aula, e a Irmandade não dispunha de meios para outras de maior vulto.

Por sua vez a Associação não tinha recursos pecuniários que lhe permitissem mandar executar, ao menos, as indispensáveis.

Assim, o ano 1875 chegou ao seu termo, sem ter sido possível inaugurar-se a escola, não obstante desejarem muito abri-la a Irmandade e a Direcção da Associação.

O juiz da Irmandade, D. José de Saldanha Oliveira e Sousa, que via com pezar o adiamento da desejada inauguração e melhor que ninguém conhecia as dificuldades que tinham de vencer-se, decidiu resolvê-las e, para isso, ele e sua esposa, Sr.ª D. Bárbara Maria Tavares de Proença, custearam as necessárias obras da sua adaptação a escola, nas casas que haviam de ser as da futura sacristia, quando a igreja estivesse concluída.

Esta generosa acção de dois bons paroquianos permitiu que, no mês de Maio seguinte, a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de S. José entregasse aquelas casas à Associação, que pôde instalar nelas a sua Escola.

O Relatório da sua gerência no ano 1876, que a Direcção da Associação apresentou à Assembleia Geral, contém, sobre a inauguração da Escola, as palavras seguintes:

«Senhores, teríamos grande satisfação se fosseis visitar esta nova aula, que ficou muito bonita, e está em excelentes condições higiénicas. A mobília adquirida no ano anterior permitiu-nos guarnecer com facilidade a classe com os móveis necessários e, no dia 22 do mês acima referido (mês de Maio), inaugurou-se ali definitivamente o ensino, sendo nomeado professor o sr. Jorge Maria da Penha Coutinho. Apresentaram-se imediatamente 17 crianças e, no fim do ano, contávamos 102, vendo-se a Direcção obrigada a tomar outro mestre para coadjuvar o primeiro escolhido. Com o fim de aumentar a receita, sujeita a esta nova despesa, enviámos cartas de convite aos principais paroquianos da freguesia, pedindo-lhes para entrarem para sócios da Associação, respondendo-nos 14 afirmativamente, além de outros que subscreveram com donativos extraordinários».

Em 1878 frequentaram a escola da Anunciada crianças de nove freguesias. As que pertenciam à de S. José fizeram a sua primeira comunhão na então igreja paroquial de S. José dos Carpinteiros, indo as outras fazê-la às respectivas paróquias.

Um aluno foi aprovado no exame de Instrução primária, conseguindo depois entrar no seminário de Santarém, como tanto desejava.

Floresceu esta Escola de Nossa Senhora da Anunciada durante 7 anos, abrigada pela Irmandade do Santíssimo da Freguesia de S. José e prestou excelentes serviços na educação e instrução dos rapazes pobres, residentes nela e noutras paróquias da cidade.

Mas em 1882, por estarem muito adiantadas as obras da igreja nova que, como já mencionámos, foi inaugurada no ano seguinte, a Irmandade do Santíssimo não pôde continuar a ceder, para escola dos rapazes pobres protegidos pela Associação, as casas destinadas à sacristia.

Fechou-se, pois, a escola em Junho de 1882 e transferiram-na para uns armazéns que a Direcção da Associação tomou de arrendamento na Travessa Larga, com frente para a Rua do Cardal de S. José, nos quais se fizeram obras que os transformaram em casa de escola com uma aula espaçosa, capaz de conter 100 alunos.

A história, porém, da Escola de Nossa Senhora da Anunciada na sua segunda fase não cabe aqui.

Como homenagem à Associação Protectora de Escolas e Asilos para Rapazes Pobres, que tantos benefícios prestou aos da freguesia de S. José, publicaremos o elenco da sua Direcção no ano 1882.

Presidente — Condessa de Rio Maior.

Vice-Presidente — Condessa de Azambuja.

Secretário — D. José de Saldanha Oliveira e Sousa (Rio Maior).

Tesoureira — D. Maria Inácia de Sousa Botelho (Vila Real).

Vice-Secretária — D. Ana Carlota de Azevedo.

Zeladores — Viscondessa de Vila Nova da Rainha, Visconde de Vila Nova da Rainha, Luís Cândido Pessoa d'Amorim (Vargem da Ordem), António de Carvalho Daun e Lorena (Pombal), John Meagha, Conde de Rio Maior.

A benemérita Associação ainda existe e, após a morte, em 16-12-1920, da sua benfazeja fundadora, que foi dela presidente longos anos, passou a ser presidida pela senhora condessa de Sabugosa e de Murça, sua digníssima sucessora, de benemerência também proverbial.

Após tantos e tão grandes trabalhos — *Post tot tantosque labores* — a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de S. José, com a sua Mesa Administrativa, viu-os coroados de êxito: estava a nova igreja em condições de poder inaugurar-se.

Resolveu a Mesa que essa inauguração seria precedida pela benção dos sinos e marcou para esta cerimónia o domingo, 27 de Maio de 1883 (Acta de 22-5-1883).

SAGRAÇÃO DOS SINOS

No dia determinado, isto é, no domingo 27 de Maio de 1883, o Senhor D. António José de Freitas Honorato, Arcebispo de Mitilene, eleito de Braga, Doutor na Sagrada Teologia pela Universidade de Coimbra, do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima e Vigário Capitular do Patriarcado, *sede vacante*, sagrou, na forma que dispõe o Pontifical Romano, os 10 sinos, destinados à torre da nova igreja e que constituem o seu excelente carrilhão actual.

Como nota curiosa, acrescentaremos que a construção da torre foi orçada em 560\$000 e citaremos ainda o custo previsto de certos acabamentos, de que o templo carecia e com que o dotaram.

Guarda-vento da entrada principal	60\$000
Grade da capela-mor	80\$000
Idem da capela do Santíssimo	20\$000
Cancelo da mesma	200\$000 ou 300\$000
Grade da capela de Nossa Senhora	20\$000

O pátio que antecede a igreja mandou-o calcetar a Câmara Municipal, que emprestou, para nele serem colocados, dois candeieiros da iluminação pública, tirados de local que a nova Avenida da Liberdade rasgara (Acta de 4-8-1883).

Por falta de meios para continuar as obras, a Mesa suspendeu-as em 28-7-1883. Mas, antes, comprara um resplendor de prata para a imagem de S. José e uma coroa, também de prata, para a do Menino Jesus, que o Santo sustem no braço esquerdo, mandara concertar a custódia pequena, que estava quase quebrada, e obtivera, da Irmandade do Santíssimo de S. Vicente, S. Tomé e Salvador, a cedência dum arcaz que havia pertencido à igreja de S. Tomé (Officio do secretário da Mesa da Irmandade do SS.^{mo} de S. Vicente, etc., com a data de 19-5-1883).

Este arcaz foi colocado na sacristia paroquial de S. José, transformada, há poucos anos, em casa mortuária, tendo então passado a ser também paroquial a sacristia privativa da Irmandade, onde está o arcaz rico.

Como já escrevemos, a Mesa teve de suspender as obras da sua igreja, por falta de meios. Mas no officio de 18-7-1883, dirigido ao pároco da freguesia, fez esta declaração:

«Do facto da suspensão dos trabalhos no fim da semana seguinte não se pode, nem deve concluir que a Mesa desiste da conclusão das obras, para o que também conta com a boa vontade e diligência, nunca até aqui desmentida do distinto vogal da Comissão das Obras, o Sr. architecto Monteiro, ao qual a Mesa, a Irmandade, a Paróquia, nunca poderão agradecer bastante os relevantes serviços que ele voluntária e gratuitamente lhe tem querido prestar...».

Como se vê, a Mesa não abandonava o propósito de concluir a igreja. Esse mesmo propósito tem sido sempre também o das que lhe sucederam; e só a falta de meios obistou, até hoje, a que ele se realizasse.

INAUGURAÇÃO DA IGREJA DE S. JOSÉ DA ANUNCIADA

A nova igreja foi benzida em 12 de Agosto de 1883, segundo a Mesa resolvera, e trasladou-se processionalmente, da de S. José dos Carpinteiros para ela, o Santíssimo Sacramento no seguinte dia 15, às 6 horas da tarde.

Uma força da Guarda Municipal e uma banda de música acompanharam a procissão, na qual se incorporaram, por convite que a Mesa da Irmandade do SS.^{mo} de S. José lhes dirigiu, as circunvizinhas, da mesma soberana invocação, que eram as do Coração de Jesus, Pena, Santa Justa, S. Mamede, Sacramento e Encarnação, e a corporação dos Inglezinhos.

Na cerimónia do dia 12 prégo o cônego brasileiro Augusto Leão Quartim.

A Provisão que autorizou a transferência da paróquia de S. José para a igreja nova, sita no Largo da Anunciada, foi dada pelo Arcebispo Vigário Geral em 13-8-1883.

As despesas da solene transferência custearam-nas os paróquianos da freguesia de S. José, que para ela subscreveram generosamente.

Reunida a 4 do memo mês de Agosto, a Mesa da Irmandade do SS.^{mo} da nova Igreja aprovava a proposta seguinte do seu secretário, José Frederico Parizini:

«Há serviços que se prestam, que não há meio de os recompensar condignamente, atendendo à qualidade da pessoa que os presta, senão com um público testemunho de eterna gratidão; e neste número estão aqueles que o digno Architecto Sr. José Luis Monteiro prestou, não só à Irmandade, como à Paróquia, encarregando-se generosamente da direcção da obra da Igreja da Anunciada, que tão primorosamente levou a cabo; e para que no futuro não esqueçam estes

serviços, e fiquem fazendo parte da história da paróquia, já interessante, desde a sua erecção, e tendo a convicção que toda a Mesa partilha a minha opinião, proponho:

1.º — Que se lance na acta um voto de louvor e agradecimento ao referido Sr. Architecto José Luís Monteiro, pelo esmero, e generosa dedicação, e bom gosto com que dirigiu a obra da Igreja Paroquial no Largo da Anunciada, que para ele ficará sendo mais um monumento de glória na sua vida artística.

2.º — Que se faça lavrar uma inscrição em mármore sobre o assunto para ser colocada onde convier. (Este voto, ainda não foi cumprido).

3.º — Que desta deliberação se dê conhecimento official...»

Seguiram-se os agradecimentos da Mesa às Irmandades e mais pessoas que tomaram parte no acto da trasladação do Divino Sacramento do Altar e, assim, enviaram-se officios às Irmandades do SS.^{mo} atrás nomeadas, e aos Reverendos Párocos das freguesias da Pena, Coração de Jesus e Santa Justa e prégadores, Padres António Quartim e Manuel José da Conceição Borges, como se havia resolvido na reunião de 21 de Agosto.

Também decidiu a Mesa agradecer, em officio, ao Arcebispo de Mitilene, Vigário Capitular do Patriarcado, *sede vacante*, os serviços prestados por S. Ex.^a Rev.^{ma} à Irmandade e entregar-lho directamente.

Mais determinou mandar encarnar a imagem de Nossa Senhora da Conceição e o grande Santo Cristo, que seria colocado na capela do Santíssimo, como foi.

Parece ter havido equívoco a respeito da hora marcada para a Comissão delegada da Mesa ser pelo Prelado recebida; porque, à hora apazada, só compareceu no Paço Patriarcal o Juiz da Irmandade, D. José de Saldanha Oliveira e Sousa, que se fez anunciar, sendo recebido pelo Senhor Arcebispo de Mitilene, a quem entregou o officio da Mesa.

S. Ex.^a Rev.^{ma} afirmou-lhe que estava penhorado pelas provas de consideração que recebera da Irmandade do Santíssimo da Freguesia de S. José e que ficava com gratas recordações delas.

Em Setembro havia obras na casa destinada a cartório paroquial custeadas pelo produto duma subscrição particular.

O Reverendo Padre Domingos da Silva e o tesoureiro da Irmandade do Santíssimo da Freguesia de S. José, Romão José de Carvalho, entregaram à Irmandade de S. José dos Carpinteiros as chaves da igreja desta corporação em 28 de Outubro, segundo o que dispunha a citada Provisão, que mandava entregá-la, com os pertences do mesmo templo, exceptuados o quintal e a sacristia, de que era proprietária a Irmandade do Santíssimo. Esta poderia dar a essa parte da propriedade «o competente destino, segundo entendesse, sem prejuizo do culto que a mesma Irmandade de S. José desejava continuar na sua igreja», propósito este, que o Arcebispo Vigário Geral muito louvava.

Dignas de louvor são todas as Mesas Administrativas da Irmandade que meteram ombros à obra de construir a igreja de S. José, da Anunciada, e o mesmo louvor é devido a todos que as auxiliaram nessa ingente e santa empresa: o Clero, as Comissões, tão activas, que a ela se dedicaram, os mestres, architectos e artistas que nela empregaram o seu saber e ingenho, os operários que para ela contribuíram com o esforço dos seus braços e o suor do seu rosto, o Estado e a Câmara Municipal de Lisboa que a patrocinaram e os mais que lhe deram ajuda material e moral.

Prestamos-lhes, neste fecho do nosso trabalho, a homenagem a que têm direito e, porque nos é impossível escrever aqui o nome de todos, limitamo-nos a mencionar os dos que compunham a Mesa que estava no exercicio das suas funções quando se inaugurou a igreja.

MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE
DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA FREGUESIA DE S. JOSÉ,
ELEITA EM 1 DE JULHO DE 1883 E CUJO MANDATO FIMDOU
EM 3 DE AGOSTO DE 1884

Juiz Presidente — D. José de Saldanha Oliveira e Sousa.

Vice-Presidente — Tiago António da Silva.

Escrivão — João Gerardo Salgado Dias.

Tesoureiro — Romão José de Carvalho.

Procurador — Manuel Coelho Torrezão.

Secretário — José Frederico Parizini.

Mordomos — Dr. Carlos José d'Oliveira, José Lopes, Agostinho Simões Ramos, Francisco Júlio d'Almeida, João Carlos Coelho da Silva (?), Joaquim Severino Pereira, Eduardo Augusto Rodrigues Vilarinho, Carlos Vital Pereira de Sá, José Bento Soutelo, José Nunes Ribeiro (?) Montanha.

Marquês de Rio Maior.





INCÊNDIOS EM LISBOA NOS SÉCULOS XVII E XVIII

Pela resenha que segue, verifica-se que até o ano de 1768 não havia em Lisboa corpo de bombeiros, nem serviço organizado de ataque aos fogos.

Em 29 de Março de 1651, cerca das nove horas da manhã, se queimou a igreja do Loreto, um dos templos mais formosos e ricos de Lisboa, com a perda de mais de 400.000 cruzados. O Padre João Baptista de Castro diz, em *Mapa de Portugal*, que somente se salvou o cofre do Santíssimo Sacramento, que se transferiu para a ermida da Senhora do Alecrim, e que a construção da nova igreja durou 25 anos; e Pinho Leal acrescenta, em *Portugal antigo e moderno*, que nem os depósitos das décimas daquela freguesia, onde estavam muitos despojos dos pobres, escaparam ao incêndio.

Em 17 de Agosto de 1652, pelas nove horas da manhã, incendiou-se o Mosteiro das Inglesinhas, do que resultou as freiras procurarem abrigo no Convento da Esperança; e, em 20 de Setembro de 1654, ardeu parte do convento das freiras de Chelas, em que houve grandes prejuízos.

No ano de 1670, o fogo consumiu a sacristia do Convento da Rosa, onde estava toda a prata e os ornamentos da igreja, que eram muitos e ricos, perdas avaliadas em 60.000 cruzados (1).

Das dez para as onze horas da noite de 9 de Junho de 1707, uma quarta-feira, junto ao Convento de S. Francisco da Cidade lançaram uns foguetes de extraordinária grandeza. Cairam cinco sobre o tecto da igreja, que estava descoberto para se reformar e, pegando em alguma erva seca, o fogo passou ao forro do tecto.

(1) Casos acontecidos dignos de memória, códice 318, fls. 10, 13 e 16, manuscritos do Fundo Geral da Biblioteca Nacional de Lisboa.

Estavam os frades no coro à meia noite e não sentiram novidade alguma. De manhã, voltaram ao coro e viram descer fumo do tecto. Tocaram o sino da torre e outros frades correram à Ribeira das Naus, a dar parte ao patrão, para que acudisse ao fogo.

Os artífices da Ribeira tinham por costume subir ao convento, a fim de saberem em que bairro era o fogo, mas daquela vez não compareceram.

Entretanto, as labaredas tomaram os tectos das três naves da igreja e o convento ficou reduzido a cinzas. Frades, soldados e populares tentaram atalhar as chamas e foi tal a confusão, que houve de cercar o local do incêndio por tropa de infantaria.

Posto que o dano fosse gravíssimo e a comunidade não tivesse mais que as esmolas, pela pobreza que professava, os frades foram reparando as ruínas com 30.000 cruzados que angariaram; e o edifício ficou melhor do que estava.

É este o primeiro incêndio de Lisboa em que se fala de homens que «governavam as bombas» (2).

Durou três dias o incêndio que começou a devorar o Convento da Trindade, em 22 de Setembro de 1708, um dos mais sumptuosos de Lisboa; mas, em pouco tempo e á sua custa, os frades reconstruíram o edifício com maior grandeza de que o antigo (3).

Deram-se três incêndios em Lisboa no mesmo dia, no ano de 1734, um na Rua Nova do Almada, defronte do Convento dos Padres do Oratório, que arrasou as moradias de 59 famílias, outro no Mosteiro das Comendadeiras da Ordem de Aviz, à Calçada de Santana, que destruiu parte daquele grande prédio, e o último junto à igreja do Paraíso, em que arderam algumas casas, não constando que nestes sinistros comparecessem bombas e bombeiros (4).

A *Relação do notável incêndio, e lastimoso estrago, que houve no Real Convento de S. Francisco da Cidade*, conta que, das duas para as três horas da madrugada de 30 de Novembro de 1741, se ateou o fogo, extinto por frades dos conventos próximos e pelo povo.

O fogo começou no refeitório da enfermaria, em umas aparas de madeira. Era motivo de suma compaixão — escreveu o autor do opúsculo — o cair das paredes, o estalar do viga-mento e o furor das chamas. Por se ter lavado a cisterna, não havia água; e, para maior incentivo de dor, viam-se os Ministros da Igreja com as quartas de água, suprindo a falta de aguadeiros. Uma bomba impediu que o fogo não passasse do ante-coro e livrasse das labaredas o corredor dos velhos, a enfermaria, o noviciado, a sacristia, a igreja, a cozinha e a portaria dos pobres.

Conquanto alguns dos frades houvessem saltado pelas estreitas janelas do convento, que ainda agora se vêem no último andar da Biblioteca Nacional, não se registaram vítimas. No dia seguinte, primeiro de Dezembro, recomeçou o fogo na livraria, mas salvaram-se os livros, que foram recolhidos nas casas dos Condes da Ribeira.

Fazendo parte do convento, o seminário não ficou isento do estrago, como também o prédio da Ordem Terceira; e nem escapou a cela destinada ao Padre Geral, que ocupava os móveis do Bispo do Porto, D. Frei José Maria da Fonseca e Évora, antiste que se evidenciou no reinado de D. João V. O prelado ausentara-se para a casa de campo do Marques de Abrantes, em Alcântara.

Para o desentulho, logo os habitantes de Lisboa concorreram com 3.000 cruzados.

(2) *Gazeta de Lisboa*, de 13 de Agosto de 1734, e *Gabinete Histórico*, tomo IX, por Frei Cláudio da Conceição. Lisboa, 1826.

(3) *Portugal antigo e moderno*, tomo IV, por Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho Leal. Lisboa, 1874.

(4) Descrição dos conventos e igrejas de Lisboa, códice 145, fls. 35, manuscritos do Fundo Geral da Biblioteca Nacional de Lisboa; e *História Seráfica*, págs. 1112 do tomo V, por Frei Fernando da Soledade. Lisboa 1721.

Na tarde do domingo seguinte, 3 de Dezembro, organizou-se pomposa procissão, para o que se juntaram todas as comunidades religiosas da cidade na igreja dos Mártires, a fim de se restituir à de S. Francisco o Santíssimo Sacramento. Encorporaram-se no luzido cortejo os frades com círios acesos, que entoavam cânticos e hinos. Pegaram às oito varas do pálido os padres e superiores dos conventos e às lanternas pessoas da Nobreza. Muitos fidalgos e os prelados da Patriarcal acompanharam a procissão e uma guarda de soldados continha o povo, que enchia as ruas. O cortejo deu a volta pelas casas chamadas do Tesouro, Cordoaria e recolheu a S. Francisco.

Em 26 de Março de 1744, manifestou-se fogo em um quarto do Palácio dos Estaus, no Rossio, em que vivia o Cardeal da Cunha, mas se lhe acudiu de maneira a evitar todo o dano (*).

No dia 11 de Abril do dito ano, declarou-se incêndio na Vila Galega, a Santa Clara, na casa do fogueteiro Manuel Afonso, o qual ficou em perigo de vida, assim como algumas pessoas que ali se achavam a encher foguetes (*).

Cerca da meia noite de 13 de Fevereiro de 1745, pegou fogo nas casas da Ribeira, onde se vendia pólvora, perto do Tribunal das Sete Casas. O estrondo ouviu-se a léguas de distância e o abalo, deixando em lastimoso estado as cabanas e as estalagens da Ribeira, arrombou as portas da Sé, apesar de sua fortaleza. Estalaram todas as vidraças das casas mais próximas e nas moradias os móveis sofreram de estragos e em muitas distantes se acharam balas, arrojadas pela força do fogo. Tiraram-se dos escombros 27 pessoas mortas e 86 feridas, umas sem braços e outras sem pernas, muitas das quais em perigo de vida. E *Gazeta de Lisboa*, de 26 desse mês, nada acrescenta de como se atalharam os incêndios.

O «Mercúrio de Lisboa», de 20 e 27 de Fevereiro — código 554, dos manuscritos da Biblioteca Nacional de Lisboa — acrescentou que, além das casinhas em que havia pólvora, juntas ao Boqueirão da Ribeira, voaram mais de 50 casas «daquele distrito de madeira», onde se vendiam diferentes géneros. Foram pelos ares os tectos e os telhados das Sete Casas, do Terreiro do Pão, da Afândega, da Misericórdia e de muitos palácios. Na Ribeira, abriram-se bocas pela terra, que metiam medo.

Com o susto, a Rainha D. Mariana mandou logo chamar o seu confessor; e D. João V, julgando que o forte do paço se arruinasse, ordenou ao Príncipe tocasse a garrida, para dar o sinal ao sino grande que tangesse a fogo; e, com o aviso, tocaram muitos sinos da cidade.

Sobre os telhados das Sete Casas, voaram 2 homens; e às Portas do Mar foram ter 3 homens deitados em suas camas, um deles vivo, mas sem fala, pelo que ficou pateta. Em um navio inglês, fundeado longe da Ribeira, caiu um cadáver; e na praia de Xabregas acharam-se duas cabeças de homens.

A imagem da Virgem, do oratório da Casa do Pescado, enfiou pela moradia de um inglês, pegada à Casa dos Bicos, e o oratório e o lampeão ficaram ilesos; e um crucifixo despegou-se da cruz e foi parar a uma escada das Portas do Mar.

Das vítimas, encontraram-se 31 pessoas mortas, entre as quais uma mulher junto à Casa dos Bicos, abraçada a uma criança, e 86 feridas, algumas mortalmente.

Sabendo D. João V do número dos mortos, mandou dizer dez missas pela alma de cada um dos defuntos, que se celebraram na igreja da Misericórdia, e mais ordenou se procedesse à devassa das causas do sinistro.

(*) *Mercúrio de Lisboa*, código 554, fls. 168, manuscritos do Fundo Geral da Biblioteca Nacional de Lisboa.

(*) *Notícias anuais do ano de 1740 a 1749*, de Luís José de Figueiredo, código 480, fls. 45-v., manuscritos do Fundo Geral da Biblioteca Nacional de Lisboa.

A reparação dos estragos começou na semana seguinte e também o conserto dos telhados daquelas vizinhanças.

Na madrugada do dia de Natal do mesmo ano, rompeu fogo no paço real, em que houve ruína grande para a parte dos arcos da capela. Devorou seis casas e danificou algumas outras; e maior fora a ruína se não houvessem atalhado o curso das chamas, tanto da parte da casa da Galé, como da banda da Ribeira das Naus, na parte que ficava contígua à varanda que cobria os armazéns reais das armas. O fogo não se propagou devido às providências ordenadas pelo Príncipe, Infantes e fidalgos. Foi grande o susto e as Infantas correram algum perigo. El-Rei D. João V mandou reedificar as casas no ano seguinte.

Empregaram-se em ministrar água aos «trabalhadores» os frades franciscanos, os agostinhos descalços, os da Congregação do Oratório e os da Companhia de Jesus. Também contribuíram para a extinção do fogo os monges da Santíssima Trindade, que levaram consigo um carro de água do serviço do convento, o que prova não estar estabelecido qualquer corpo ou companhia de aguadeiros (*).

No dia 21 de Novembro de 1747 incendiaram-se as estâncias de lenha, que estavam na praia. O fogo partiu da primeira estância pegada à ponte da lama e estendeu-se à última, junto ao chafariz da praia. Dizia-se na cidade que o fogo fora posto por os donos açambarcarem o carvão, de que o povo padecera de total falta, alcançando-se uma saca a poder de empenhos e pancadas, pelo preço de oito e nove tostões cada uma. A Rainha, mulher de D. João V, mandou prender um dos donos de apelido Taveira e um outro sócio. Sairam soltos, depois de terem assinado um termo de não mais negociarem em tal género (*).

Em a noite de 23 de Janeiro de 1749, em casa de Manuel Lopes da Lavra, à Anunciada, ardeu muita coisa, avaliada em 150.000 cruzados. No mesmo quarto, já se tinham dado dois grandes incêndios.

A 25 de Junho desse ano, pavoroso incêndio alarmou a cidade, em que toda a noite consumiu três propriedades de casas no «sítio da Betesga», fogo que havia pegado em uma estalagem. Pereceram uma velha e uma criança. Sobre a propriedade da estalagem corria uma demanda, que na véspera do incêndio tinha sido sentenciada.

Pelas duas horas da tarde de 7 de Agosto desse ano, ardeu um palheiro no sítio de Castelo Picão, que deu que fazer à vizinhança, mas não houve desastres e todos os vizinhos puderam mudar «seu fato»; e a 28 de Outubro, cerca das dez horas da noite, um incêndio no sítio do Forno do Tijolo, junto à ermida de S. Vicente Ferrer, fez poucos estragos, por se lhe acudir a tempo.

Em 16 de Dezembro do mesmo ano, pelas sete horas da noite, se ateou fogo no Poço Novo, que destruiu três propriedades de casas, além do dano que experimentou a vizinhança (*).



Dez dias depois da morte do Rei Magnânimo, queimou-se o Hospital Real de Todos os Santos por um descuido. O fogo desenvolveu-se com tanta violência, que não só abrasou toda a igreja e enfermarias, como pôs em risco o Convento de S. Domingos. As chamas acometeram por três partes, especialmente pela grandíssima e admirável biblioteca, e o vento as fizeram

(*) *Gazeta de Lisboa*, de 28 de Dezembro de 1745.

(*) Notícias anuais, código 480, citado, fls. 82-v.

(*) Notícias anuais, código 480, citado, fls. 109, 130-v. e 154.

rodar para a Rua da Betesga, desfazendo uma porção de casas. Tanto que as labaredas alcançaram a igreja, o Santíssimo Sacramento, as imagens, os ornamentos e as peças ricas se transportaram para aquele convento.

Não obstante a confusão e o horror do sinistro, o povo de todas as classes, assim como os frades da cidade, acorreram a salvar os enfermos às costas para o dito convento, onde os dominicanos lhes deram de jantar. Depois, os doentes foram transferidos, por ordem de El-Rei D. José, para o Mosteiro do Desterro; e os meninos enjeitados e suas amas para o palácio que pertencera aos Condes da Ribeira Grande.

Muitos soldados trabalharam incansavelmente e alguns frades levaram às costas, do Rossio para o Desterro, as camas dos enfermos.

O Cardeal Patriarca logo mandou de esmola 250 galinhas, 250 frangos, 250 pães, outros tantos arrátéis de doce e uma bolsa com dinheiro para os doentes, que passavam de 300. Por ordem de Sua Eminência, os frades Bernardos do Desterro recolheram-se ao antigo Palácio dos Arcebispos, vizinho da Basílica de Mafra ⁽¹⁰⁾.

Conta Pinho Leal, em o tomo IV de *Portugal antigo e moderno*, que o hospital havia sofrido de outro incêndio em 27 de Outubro de 1601, que inutilizou parte do edifício. Deste último, somente ficaram a fachada, o tabuleiro, as escadas da igreja e uma enfermaria. O terramoto de 1755 teria acabado com o que ficara de pé.

E como o reinado de D. José não entrasse com bons auspícios, os incêndios continuaram, devastando muitas propriedades de casas, com a maior parte de seus bens; perderam-se no mar muitas naus carregadas de fazendas; e houve a seguir uma grande seca, em que morreram gados à sede, por falta de água, e à fome, por falta de pasto.

Segundo a *Relação do grande e deplorável incêndio* que houve em Lisboa no dia 5 de Agosto de 1753, pelo meio dia, na Rua das Canastras, acudiram os moradores do sítio. Povo, soldados de pé e a cavalo correram a apagar a fogueira.

Tinha-se este fogo por um dos maiores de Lisboa até aquela data, não só pela ruína, como pelo descomodo dos sinistrados que em um instante se viram sem habitação e sem sustento, muitos dos quais saíram de suas casas somente com as roupas que envergavam.

O fogo alastrou-se pelo rumor de que em um dos edificios se achava grande quantidade de pólvora, o que deu aso ao terror pânico da multidão de gente. Na fuga, os próprios moradores deixaram de salvar o recheio de suas casas.

Arrombadas as portas dos ditos edificios pela banda da Sé, se descobriu a pólvora; e o povo regressou a debelar o incêndio. Como, porém, tivesse ocasião de crescer, devido à demora de pôr a pólvora em lugar seguro, o fogo espalhou-se e consumiu as lojas que olhavam para o lado da Misericórdia e da Ribeira, com toda a fazenda e 80 moradas de casas, prejuízos calculados em três milhões.

Não causou vítimas. Destemido taberneiro é que ficou contuso, por se ter atirado da janela envolto em um cobertor, com o qual havia salvado duas crianças ⁽¹¹⁾.

A 10 de Maio de 1754, queimou-se a igreja e as dependências da Patriarcal, situada na Cotovia, hoje Praça do Príncipe Real. Perdeu-se um sem número de riquezas. Por via da ruína do edificio, a Patriarcal mudou-se para o Mosteiro de S. Bento; e ali arderam, a 5 de Outubro de 1771, as casas onde se guardavam as alfaias.

⁽¹⁰⁾ *Gazeta de Lisboa*, de 13 de Agosto de 1750.

⁽¹¹⁾ Obras várias, n.º 1351 preto, dos Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa.

Ambos os fogos foram provocados, com papéis e panos, por Alexandre Franco Vicente, armador da igreja, para encobrir os furtos dos ricos ornamentos do templo. Não lhe valeu ter fugido para Espanha. Preso na raia, por sentença de 26 de Setembro de 1773 foi condenado a ser queimado no sítio da Cotovia ⁽¹²⁾.

Neste fogo, Frei Cláudio da Conceição, que nunca disse de onde colhia as notícias históricas, refere-se a «bombas de água».

No entanto, no ano de 1768, os homens da Companhia do Carvão eram obrigados a acudir aos incêndios. Havia 8 capatazias, com 14 homens cada uma ⁽¹³⁾.

Apesar dos socorros prestados, no dia 8 de Fevereiro de 1773 arderam a sacristia, uma capela interior e os dormitórios do Convento das Comendadeiras de Santos-o-Novo. As comendadeiras alojaram-se no Mosteiro de Santa Apolónia ⁽¹⁴⁾.

A 2 de Agosto de 1781, incendiou-se o Convento de Santa Joana e o desembargador Diogo Inácio de Pina Manique, o celebrado Intendente da Polícia da Corte e Reino, não esclareceu o modo por que o fogo se atalhou.

Na noite de 8 de Maio de 1784, declarou-se incêndio em umas barracas no «sítio do Chiado, junto ao Convento da Congregação do Oratório». Ponderado o perigo a que estavam expostas as grandes propriedades do dito sítio, por causa das mesmas barracas, cumprindo ordens anteriores de Sua Majestade para que se demolissem, Pina Manique as mandou tirar dali, assim como as barracas da Conceição Nova, S. Julião, S. Nicolau, Madalena, Santa Justa, Sacramento, Mártires, S. Paulo e Sé, onde também estavam em imminente risco as mais importantes propriedades daquelas freguesias, barracas que subsistiam do terramoto de 1755.

Segundo diz Frei Cláudio da Conceição, em o tomo XVI do *Gabinete Histórico*, tais barracas de madeira e pano, levantadas em diversas partes da cidade, foram mandadas demolir por edital de 24 de Setembro de 1763.

Na madrugada daquele mesmo dia 8 de Maio, ardeu uma grande propriedade no «sítio de Buenos Aires» e manifestou-se outro fogo em o forno de uma travessa «junto à igreja dos Anjos», abstando-se Pina Manique de dizer como esses fogos se extinguiram ⁽¹⁵⁾.

Cento e nove cavalos morreram no incêndio que, no dia 25 de Julho de 1786, devastou os quartéis do Regimento da Princesa, na Calçada da Ajuda. Também pereceu um homem ⁽¹⁶⁾.

Quando o real palácio da Ajuda, todo de madeira, entrou a ser devorado pelas chamas em 19 de Novembro de 1794, prestes compareceram os frades da Boa Hora, das Necessidades e do Livramento, tropa, fidalgos e funcionários públicos, que salvaram trastes, alfaias e objectos preciosos. O fogo, que pegara em um dos quartos de baixo, alteou-se de tal modo, que era impossível dominá-lo. Ainda assim escaparam a parte ocidental do palácio e a livraria. O Príncipe Regente gratificou com cem moedas os aguadeiros que toda a noite trabalharam no incêndio. Era Inspector das Bombas o capitão Mateus António ⁽¹⁷⁾.

José Estevam.

⁽¹²⁾ Memórias de acontecimentos, códice 8604, fls. 2, 3, 4 e 5, manuscritos do Fundo Geral da Biblioteca Nacional de Lisboa; e *Gabinete Histórico*, tomo XVII, pág. 89, por Frei Cláudio da Conceição. Lisboa. 1831.

⁽¹³⁾ *A Casa dos Vinte e Quatro*, págs. 69 e 214, por Franz-Paul Langham. Lisboa, 1948.

⁽¹⁴⁾ *Gabinete Histórico*, citado, tomo XVII, pág. 99.

⁽¹⁵⁾ Intendência da Polícia, livro I, fls. 849; e livro IV, fls. 134, manuscritos da Torre do Tombo.

⁽¹⁶⁾ Memórias de acontecimentos, códice 8604, citado, fls. 5.

⁽¹⁷⁾ *Gazeta de Lisboa*, de 15 e 21 de Novembro de 1794; e *Mercúrio Histórico e Literário*, de Novembro de 1794.

DR. JOSÉ HIPÓLITO RAPOSO

Faleceu o Dr. Hipólito Raposo, noticiavam os jornais do dia 27 de Agosto.

Personalidade inconfundível por sua estatura moral e física, leal, de uma lealdade sem limites, franco à moda da Beira, inflexível no culto dos princípios, tolerante e patriota, Hipólito Raposo foi um homem bom em toda a acepção da palavra.

Companheiro e amigo de muitos anos, queríamos-lhe e admirávamo-lo como a irmão mais velho; e por isso foi profundo o nosso desgosto.

Com Hipólito Raposo desapareceu alguém que se impôs à consideração dos seus concidadãos. A nobreza do seu carácter e do seu proceder deixaram bem vincado o seu nome neste mundo que, parece, se afasta cada vez mais dos velhos conceitos da honra e da dignidade.

A Câmara Municipal de Lisboa deve-lhe o favor da sua colaboração em mais de uma emergência. Para a *Revista Municipal* escreveu o magnífico artigo «*A Convenção de Sintra e os Governadores do Reino*» e ao *Conselho de Estética Cidadina*, onde as suas ponderadas opiniões e os seus conceitos foram sempre ouvidos com interesse, deu, durante muito tempo o valor da sua actuação. Agradeceu por esta forma, modesta e reveladora do seu desejo de ser útil à nossa Lisboa, o convite que lhe fora dirigido:

«EX.^{MO} SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:

Tenho a honra de acusar a recepção do officio n.º 630, no qual V. Ex.^a se digna convidar-me para fazer parte do Conselho de Estética Cidadina.

Confessando-me muito reconhecido pela distinção que semelhante encargo importa, verdadeiramente sinto que não possa corresponder à esperança de V. Ex.^a e da Câmara de Lisboa, senão pelo empenho de lhe ser útil nos limitados recursos da minha boa vontade.

Pelo bem que desejo e quero a esta cidade de Lisboa, ponho essa pequena contribuição ao serviço dos altos intentos que ilustram a Comissão da digna presidência de V. Ex.^a».

Levou a vida a lutar e a sonhar tendo sempre em vista a grandeza da Pátria. E por isso, o seu nome e a sua obra literária, valiosa, e a emparceirar com as dos melhores valores da nossa geração, merecem bem a auréola de respeito de que justamente gozam, e perdurarão *ad eternum*, no mundo do pensamento e da intelectualidade portuguesa.

SAMUEL SCHWARZ

A *Revista Municipal* regista, com sentido pesar, o falecimento do seu distinto colaborador Eng. Samuel Schwarz. Figura destacada nos meios israelitas de Portugal, grande investigador e amigo de Lisboa, deve-lhe ela dois valiosos artigos: «*A Tomada de Lisboa conforme documento coevo de um códice hebraico da Biblioteca Nacional*» e «*A Sinagoga de Alfama*».

Engenheiro de minas pela Escola Nacional Superior de Paris, naturalizado cidadão português em 1939, exerceu durante muitos anos a sua actividade profissional em Portugal, especialmente na Beira Baixa. De seu feito altruista e benemérito, comprou o edificio da Sinagoga de Tomar e ofereceu-o ao Estado que ali instalou o museu das inscrições hebraicas existentes em Portugal.

Poliglota notável, foi presidente da Câmara de Comércio Polaca, sócio da Ordem dos Engenheiros e da Associação dos Arqueólogos, e Presidente da Comunidade Israelita de Lisboa. Publicou diversas obras entre as quais destacamos: «*Inscrições Hebraicas em Portugal*» e «*Os cristãos novos em Portugal no Séc. XX*», esta traduzida em diversas línguas.



A VOZ DA CIDADE

PROGRAMA DE JULHO

DIA 3

- *Abertura* — Sobre as transformações dos Bairros de Lisboa.
- *A nova sede da União de Grémios de Lojistas de Lisboa* — Reportagem da inauguração.
- *Para que não se perca a «Casa dos Bicos»* — Sobre a intenção, do Município de Lisboa, de conservar e melhorar a Casa dos Bicos.
- *Corrida de automóveis em Lisboa* — Referente à corrida a realizar no Parque Florestal de Monsanto.

DIA 10

- *Abertura* — Considerações sobre um artigo de Armando de Lucena publicado no «Diário de Notícias».
- *Uma nova artéria* — Referente às obras de conclusão da Avenida Infante Santo.
- *Vai desaparecer o Teatro Ginásio?* — Resumo da sua história.
- *O circuito de Monsanto* — Sobre a corrida de automóveis a realizar no Parque Florestal de Monsanto.
- *O Castelo Picão* — Descrição do local.

DIA 17

- *Edital* — Sobre o projecto do edificio Municipal a construir na Rua da Palma.
- *A Cidade na Feira* — Referente ao Pavilhão de Exposições da Câmara Municipal de Lisboa.
- *Justa consagração* — Sobre os concertos sinfónicos promovidos pelo Município.
- *Um grande hotel na Cidade* — Acerca da construção do Grande Hotel de Lisboa.
- *O circuito e a taça «Cidade de Lisboa»* — Sobre a corrida de automóveis no Parque Florestal de Monsanto.
- *Novos campos na Cidade* — Notícia sobre a solicitação feita ao Ex.^{mo} Sr. Presidente para levar a efeito o plano de urbanização do local onde está instalado o Campo da Tapadinha.

DIA 24

- *Edital* — Sobre o acesso entre o bairro da Estrela e a auto-estrada.
- *Um caso notável em toda a parte* — Propaganda dos concertos sinfónicos organizados pelo Município.
- *Deliberações Municipais* — Resumo da reunião municipal.
- *Há setenta e quatro anos* — Referente ao início dos trabalhos de construção da Avenida da Liberdade.
- *A Cidade no futuro* — Diversas obras em realização.
- *Chilreio na Cidade* — Sobre os pombos que povoam diversos locais de Lisboa.

DIA 31

- *Abertura* — Referente à recepção dada na Estufa Fria, ao Corpo Diplomático.
- *Notícias da Cidade* — Diversas notícias enviadas pela Propaganda e Turismo.
- *As Torres da Sé* — Descrição.

PROGRAMA DE AGOSTO

DIA 7

- *Edital* — Sobre os encantos de Lisboa.
- *São Roque, uma maravilha de Lisboa* — Descrição.
- *Lisboa que os lisboetas desconhecem...* — Sobre os viveiros de animais que a Câmara Municipal possui.
- *Trânsito em Lisboa* — Elogio ao trânsito na Cidade.
- *Com a devida vénia* — Sobre um artigo publicado no «Diário de Notícias».
- *A Cidade de outros tempos...* — Evocação histórica.

DIA 14

- *Abertura* — Sobre o Jardim do Museu de Arte Contemporânea.
- *Quando Lisboa ia para as hortas* — Sobre o lisboeta de há quarenta anos.
- *Notícias da Cidade* — Diversas notícias enviadas pela Propaganda e Turismo.
- *Prisma de Lisboa* — Recordando um artigo da revista «Lisbon Courier».

DIA 22

- *Edital* — Problema educativo.
- *Uma noite de verão em Lisboa...* — Propaganda cultural.
- *Eu nunca vi Lisboa...* — Impressões de um brasileiro que visitou Lisboa.
- *Quando a Cidade dorme...* — Propaganda educativa.
- *S. Pedro de Alcântara* — Descrição do local e do seu miradouro.

DIA 28

- *Edital* — Sobre a descoberta de uma Capelinha em Belém.
- *Oito Séculos de História* — Notícia sobre a publicação do 18.º fascículo da Obra.
- *Ainda o circuito de Lisboa* — Nota extraída da sessão pública sobre a corrida de automóveis no Parque Florestal de Monsanto.
- *Arraial no Lumiar* — Sobre a festa de S. Bartolomeu.
- *Aristocracia do pitoresco* — Descrição histórica.

PROGRAMA DE SETEMBRO

DIA 4

- *Abertura* — Sobre a «Revista Municipal».
- *O êxito duma iniciativa Municipal* — Acerca dos concertos realizados no Pavilhão.
- *Quarto aluga-se.* — Sobre o aluguer de quartos.
- *Os cafés da Lisboa Romântica* — Sobre os artigos publicados na «Revista Municipal» e em especial sobre um texto de Ferreira de Andrade.

DIA 11

- *Edital* — Referente à criação de um albergue para animais abandonados.
- *Lisboa de hoje* — Sobre o aumento da Cidade.
- *Ela aí está* — Abertura da Feira da Luz.
- *Miradouro, silêncio da Cidade* — Transcrição de uma crónica publicado no «Diário de Lisboa».

DIA 18

- *Edital* — Sobre a doçaria alfacinha.
- *A imponentia do Palácio* — Refere-se à demolição de cerca de 40 prédios, na área do Palácio da Assembleia Nacional.
- *Um gesto sem importância* — Propaganda educativa.
- *As velhas lojas pitorescas...* — Sobre uma crónica publicada no «Diário de Notícias».

DIA 25

- *Edital* — Sobre a afluência de público nos Concertos Municipais e a proposta da construção de um «Auditorium».
- *Medida Municipal que se impunha* — Referente à postura sobre a remoção de lixos.
- *Lisboa, Cidade panorâmica inconfundível* — Sobre os horizontes vistos dos miradouros.
- *Uma igreja de Lisboa* — História da Igreja de Santo António da Convalescença.
- *A Rua dos Remédios* — Descrição poética.



PROVIDÊNCIAS MUNICIPAIS

POSTURAS E
REGULAMENTOS,
EDITAIS,
DELIBERAÇÕES
E DESPACHOS

1 DE JULHO A 30 DE SETEMBRO DE 1953



POSTURAS, REGULAMENTOS E EDITAIS

1 DE JULHO A 30 DE SETEMBRO 1953

EDITAIS

De 17/3 — Faz saber quais os dias e horas designados para a escolha dos representantes dos constituintes na fixação do rendimento tributável — Contribuição Industrial do Grupo C (artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 24.916, de 10/1/935).

De 15/7 — Faz público que o lançamento do imposto para o serviço de incêndios — prédios urbanos — relativo ao ano de 1952, está patente de 1 a 8/8, na 3.ª Repartição da Direcção dos Serviços de Finanças.

De 19/9 — Anuncia a abertura do cofre para a cobrança do imposto para o serviço de incêndios — estabelecimentos comerciais ou industriais.

* Publica a Postura aprovada em reunião de 14/4/953 e por Portaria de 6/8/953 — publicada no *D. G.*, II Série, n.º 188, de 18/8/953 — relativa à remoção de lixos, detritos e inundícies domésticas.

DELIBERAÇÕES E DESPACHOS DE EXECUÇÃO PERMANENTE

1 DE JULHO A 30 DE SETEMBRO 1953

DELIBERAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

De 17/9 — Concedendo a «Medalha Municipal» aos velejadores António José Conde Martins e Fernando Ferreira Lima Belo, vencedores em Monte-Carlo do campeonato do mundo de «Snipes».

* Anulando a deliberação de 16/10/941 e permitindo a utilização do terreno confinante com a Igreja de Nossa Senhora de Fátima para a edificação de dois blocos isolados, enquadrados por jardim público.

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Diário Municipal n.º 5.457, de 2/7 — Fixa as normas a que deve obedecer a elaboração de «Projectos para construção em lotes de terreno municipal».

D. M. n.º 5.458, de 3/7 — Delega no Engenheiro-Adjunto do Director dos Serviços de Urbanização e Obras os mesmos poderes delegados no Director, por despachos de 19/12/944 e 13/1/948, e autoriza-o a manter as actuais delegações em chefes de Repartição da Direcção, a que se referem os referidos despachos.

D. M. n.º 5.468, de 15/7 — Aprovas normas relativas à alienação de bens mobiliários e imobiliários da Câmara Municipal de Lisboa.

D. M. n.º 5.475, de 23/7 — Determina que dos requerimentos ou petições dirigidas ao Presidente da Câmara, de que resultem para os requerentes direitos que convenha definir a quem deles aproveita, constem os nomes e moradas de todos os interessados.

D. M. n.º 5.495, de 17/8 — Delega no Director dos Serviços de Salubridade e Edificações Urbanas a assinatura dos «certificados de habitabilidade» a que se refere a Base XVIII da Lei n.º 2.007, de 7/5/945 referente a casas de renda económica.

D. M. n.º 5.508, de 1/9 — Aprova as condições especiais de alienação de um lote de terreno municipal situado na Rua Bartolomeu Dias e de um lote na Avenida Madrid destinados a construção de edificios de utilidade pública.

D. M. n.º 5.518, de 12/9 — Autoriza o director dos Serviços de Salubridade e Edificações Urbanas a delegar nos chefes das 2.ª Repartição — Arquitectura e 4.ª Repartição — Edificações Urbanas, poderes anteriormente nele delegados.



LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA

LEIS, DECRETOS
E PORTARIAS,
DESPACHOS,
CIRCULARES
E OFÍCIOS,
ACÓRDÃOS.

1 DE JULHO A 30 DE SETEMBRO DE 1953



I

LEIS, DECRETOS E PORTARIAS DE INTERESSE MUNICIPAL

1 DE JULHO A 30 DE SETEMBRO 1953

De 21/7 — *Dec.-Lei n.º 39.286* — Altera a redacção do artigo 127.º do Código Administrativo. — Considera legais, para todos os efeitos, as despesas realizadas pelas juntas de turismo que se compreendem nas atribuições das Câmaras Municipais e respeitem a gerências cujas contas ainda não tenham sido julgadas.

* *Dec.-Lei n.º 39.288* — Introduce alterações na legislação sobre casas económicas — Revoga o artigo 2.º e § único do Decreto-Lei n.º 35.602, e os artigos 33.º e seus parágrafos e 53.º do Decreto-Lei n.º 23.032, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 36.256, e o § 2.º do artigo 12.º do referido Decreto-Lei n.º 23.052. (*D. G., I Série, n.º 155*).

De 28/7 — *Dec.-Lei n.º 39.293* — Autoriza a Direcção-Geral da Fazenda Pública a ceder, a título definitivo, à Câmara Municipal de Lisboa uma parcela de terreno a destacar da cerca do Hospital Militar Principal para a execução do prolongamento da Avenida Infante Santo. (*D. G., I Série, n.º 161*).

Do Ministério do Interior — *Portaria de 6/8* — Aprova a deliberação da Câmara Municipal de Lisboa, de 14/4, relativa à postura sobre recolha e remoção de lixos na Cidade de Lisboa. (*D. G., II Série, n.º 188, de 12/8 e D. M. n.º 5.511, de 4/9*).

De 14/8 .. *Dec.-Lei n.º 39.317* — Integra na rede das estradas nacionais, a que se refere o Decreto-Lei n.º 34.593, a auto-estrada a construir entre Lisboa e Vila Franca de Xira e proíbe quaisquer construções importantes numa faixa de 50 metros para cada lado da directriz da referida auto-estrada — Revoga o Decreto-Lei n.º 31.202. (*D. G., I Série, n.º 176*).

Do Ministério do Interior, de 25/8 — Autoriza a Câmara Municipal de Lisboa a vender, com dispensa de hasta pública, ao cofre de Providência dos Sargentos de Terra e Mar um terreno na Célula 5 do Sítio de Alvalade, destinado à construção de prédios de tipo 3 para os associados do referido cofre. (*D. G., II Série, n.º 202, de 29/8 e D. M. n.º 5.511, de 4/9*).

De 24/9 — *Portaria n.º 14.550* — Aprova o Regulamento da Inspecção Sanitária dos Animais de Talho, das Respectivas Carnes, Subprodutos e Despojos. (*D. G., I Série, n.º 210*).

II

DESPACHOS, CIRCULARES E OFÍCIOS EMANADOS DO GOVERNO

1 DE JULHO A 30 DE SETEMBRO 1953

2) — CIRCULARES

A) DA DIRECÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO POLITICA E CIVIL

De 12/8 — *N.º D-1/13, L.º 11-A — 2.ª Rep.* — Comunica às Câmaras Municipais que no n.º 2.º da Circular n.º C-1/11, L.º 89, de 29/9/943, onde se lê: «serviços municipalizados» deverá ler-se: «serviços municipais», de harmonia com o n.º 1.º da mesma circular.

Fica assim esclarecido que as importâncias das cauções ou depósitos de garantia dos consumidores dos Serviços Municipalizados não são contabilizadas na tesouraria da respectiva câmara, devendo ser depositadas directamente pelos mesmos Serviços na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência. (*D. M. n.º 5.503, de 28/8*).

De 27/8 — *N.º Z-1/33, L.º 6 — 1.ª Rep.* — Comunica que, por despachos esclarecedores do Subsecretário do Estado da Assistência Social, de 18/4 e 19/5, último, ficou assente a doutrina de que os benefícios da Assistência aos Funcionários Cíveis Tuberculosos previstos no Decreto-Lei n.º 33.549, de 23/2/944, só poderão ser concedidos aos funcionários e servidores do Estado que se encontrem nas precisas condições do disposto no artigo 1.º e seus §§ do mencionado diploma.

Ora, tem acontecido com relativa frequência que funcionários a quem é denegada a assistência, por não terem sido submetidos ao exame médico a que eram obrigados, vêm alegar que o não foram por culpa dos respectivos Serviços. Esta alegação cria dúvidas e situações morais que não poderão ser consideradas, de futuro, em face dos preceitos legais e dos despachos acima indicados.

Assim, tomo a liberdade de lembrar a V. Ex.^a ser da maior, conveniência que todos os Serviços e Repartições solicitem, no mais curto prazo a esta Direcção-Geral a efectivação do referido exame médico aos funcionários e servidores a eles sujeitos, à face das disposições legais citadas, que porventura ainda o não tenham feito. (D. M. n.º 5.512, de 5/9).

De 19/9 — N.º Z-2/13, L.º II-A — 2.ª Rep. — Conforme se deu conhecimento pela circular da 2.ª Repartição, L.º 7-A, n.º 9/1, de 3 de Novembro de 1951, esta Direcção-Geral, procedeu ao estudo do seguro de bombeiros municipais e voluntários contra accidentes ocorridos no respectivo serviço, no sentido de se adoptarem regras uniformes quanto às bases do seguro e de se obter redução das taxas por parte das companhias seguradoras.

Desta forma, procurou-se criar uma modalidade de seguro que protegesse em termos razoáveis, as vítimas de accidentes e respectivas famílias e, ao mesmo tempo, a atenuar o encargo resultante do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 35.746, de 12 de Julho de 1946, que, embora de carácter obrigatório, nem todas as câmaras municipais têm satisfeito.

Quanto à modalidade de seguro a adoptar, o Conselho Nacional dos Serviços de Incêndios preconiza a que corresponde ao seguro por apólice colectiva cobrindo os riscos de morte e incapacidade permanente absoluta e parcial e indemnização para despesas de tratamento, nas seguintes condições:

a) Capital seguro em caso de morte ou incapacidade permanente absoluta: 50.000\$00;

b) Subsídios diários de 25\$00 e 12\$50 em caso de incapacidade temporária absoluta e parcial, respectivamente;

c) Indemnização, acumulável com os subsídios indicados na alínea anterior, até ao máximo de 5.000\$00 para despesas de tratamento.

Relativamente à redução de taxas, conseguiu-se, na verdade, que a Comissão Permanente do Ramo «Accidentes Pessoais» do Grémio dos Seguradores estabelecesse, para o seguro especial de bombeiros, taxas mínimas de \$70 (para cada mil escudos de capital seguro para os riscos de morte e invalidez permanente) e 1\$30 (por cada escudo de subsídio diário seguro para o risco de incapacidade temporária), mas, ao mesmo tempo, assumiu-se o compromisso de promover o cumprimento do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 35.746, por parte de todas as câmaras municipais, em cujas áreas de jurisdição existam corpos de bombeiros.

Como agora se chegou a uma solução favorável do assunto, é o momento de chamar a atenção das câmaras municipais que ainda não deram cumprimento à citada disposição legal, para a sua obrigatoriedade, e daquelas que já efectuaram o seguro dos bombeiros existentes no concelho, mas por forma diferente da que agora se preconiza, para o seu reajustamento de harmonia com as instruções presentes.

De 19/9 — N.º Z-1/32, L.º 6 — 1.ª Rep. — A propósito da 2.ª visita da Inspecção-Geral de Realizações aos serviços da Direcção de Finanças do distrito de Lisboa, surgiram várias dúvidas relativas à realização de *leilões*, designadamente sobre a competência para a concessão das respectivas licenças e sobre o imposto do selo e os emolumentos devidos.

Estudado, pormenorizadamente, o assunto por esta Direcção-Geral e pela das Contribuições e Impostos, chegou-se às seguintes conclusões:

A) — Quanto à competência para a concessão das licenças:

Verificando-se que não há disposição legal que atribua esta competência aos Governadores Cívicos, administradores dos bairros ou Presidentes das Câmaras, *excepto quando se tratar de leilões em lugares públicos e, mesmo assim, somente nos casos em que, ao abrigo do n.º 10.º do artigo 408.º do Código Administrativo, o Governador Civil do distrito os tenha condicionado a licença, entendeu-se e ficou assente que, de futuro, as licenças fora destes casos serão passadas pelas secções de finanças, onde os interessados as devem solicitar.*

Pelo Ministério das Finanças foram dadas instruções em tal sentido. Aos servidores dependentes desta Direcção-Geral cumpre informar do critério estabelecido aqueles que, dirigindo-se aos mesmos serviços, se mostrarem dele desconhecedores.

B) — Quanto ao imposto do selo e aos emolumentos devidos:

As taxas do imposto do selo a cobrar pelas licenças são as fixadas no n.º XXII do artigo 105.º da Tabela Geral do Imposto do Selo.

Relativamente aos emolumentos, deve observar-se o seguinte, quando, em virtude das providências tomadas pelos Governadores Cívicos, nos termos do citado n.º 10.º, a concessão das licenças para a realização de *leilões* em lugares públicos, seja da competência dos próprios Governos Cívicos, das Administrações dos Bairros ou dos Presidentes das Câmaras:

Nos Governos Cívicos: O emolumento devido é o do n.º 14.º do capítulo I da tabela anexa ao Decreto n.º 14.027, de 2 de Agosto de 1927, acrescido da percentagem fixada no artigo 11.º do mesmo decreto. A parte que, inicialmente, pertencia ao Estado — artigo 2.º deste diploma —, bem como a dita percentagem, são pagas por meio de estampilha, a colar, juntamente com o imposto do selo, no talão a remeter à Direcção de Finanças. A outra parte, isto é a que pertencia aos funcionários e que, por força do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 26.115, de 23 de Novembro de 1935, passou para os Cofres do Estado, é paga por meio de guia, até 10 do mês seguinte àquele a que respeita — circular de 18 de Janeiro de 1936, «Anuário», 29.º ano, p. 695.

Nas Administrações dos Bairros: Os emolumentos a cobrar são os do n.º 31.º do capítulo II da referida tabela e do mencionado artigo 11.º, sendo aplicável a este e à parte a que alude o citado artigo 2.º o que fica exposto relativamente aos Governos Cívicos. A outra parte, que pertencia aos funcionários e que, nos termos do § 2.º do artigo 10.º do Decreto n.º 26.159, de 27 de Dezembro de 1935, passou a constituir receita das respectivas câmaras municipais, é entregue, por guia, até 10 do mês seguinte, conforme prescreve o mesmo § 2.º.

Nas câmaras municipais, exceptuando Lisboa e Porto: Os emolumentos são os indicados relativamente às Administrações dos Bairros. Porém, a entrega da parte da receita pertencente ao Estado e referida nos artigos 2.º e 11.º do citado Decreto n.º 14.027, é feita por meio de guia, conforme dispõe a alínea a) do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 31.365, de 4 de Julho de 1941.

Em face do preceituado no citado n.º XXII do artigo 105.º da Tabela Geral do Imposto do Selo, os cinco dias ali fixados não podem deixar de ser contados *seguidamente*, pelo que têm de ser considerados, também, os domingos e dias de feriado.

B) DE OUTRAS ORIGENS

Da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, de 14/7 — Série A — n.º 198 — Assunto: — Justificação de faltas dadas por funcionários a seguir ao termo dum período de licença. Execução do despacho do Conselho de Ministros, de 11 de Março p. p., publicado no *Diário do Governo*, I Série, de 17 do mesmo mês, do teor seguinte:

«As faltas dadas a seguir ao termo de um período de licença só podem ser justificadas por doença devidamente comprovada ou pela prévia concessão de nova licença pela autoridade competente».

Resolução: — A que consta das seguintes normas determinadas por despacho de Sua Ex.ª o Subsecretário de Estado do Orçamento, de 30 de Junho findo:

— A doutrina do citado despacho do Conselho de Ministros apenas tem aplicação às faltas dadas por funcionários a seguir ao termo da licença graciosa ou por doença, em virtude de as ausências que se sigam à utilização de licença sem vencimento terem regime especial regulado por despacho da Presidência do Conselho, de 23 de Outubro de 1934, publicado no *Diário do Governo*, I Série, de 14 de Novembro seguinte, e, não ser de considerar, por sua natureza, a situação de licença ilimitada;

— As faltas dadas a seguir a um período de licença graciosa poderão ser justificadas, ou por doença devidamente comprovada ou pela concessão de nova licença (agora por doença) pela autoridade para tanto competente.

— A justificação das faltas que se sigam à utilização da licença por doença, porque esta situação se presume contínua, só poderá ser efectuada, pela concessão de nova licença por doença.

— A justificação, por atestado médico, das faltas dadas nas condições referidas, deve ser feita nos prazos fixados no artigo 8.º do Decreto n.º 19.478, de 18 de Março de 1931, conjugado com o despacho do Conselho de Ministros de 18 de Outubro de 1951, publicado no *Diário do Governo*, I Série, de 2 de Novembro seguinte, e os pedidos de concessão de licença apresentados no primeiro dia em que o funcionário devesse comparecer ao serviço, cumprindo aos funcionários acidentalmente fora da sua residência oficial observar também, o estabelecido na Portaria n.º 7.456, de 7 de Novembro de 1932. (*D. M. n.º 5.519, de 14/9*).

Da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, de 22/7 e 13/8 — Série A — n.ºs 199 e 203 — Assunto: — Transportes em automóvel próprio de funcionários que se desloquem em serviço.

Resolução: — A que consta do despacho de Sua Ex.ª o Ministro das Finanças, de 3 do corrente mês, que a seguir se transcreve:

Com fundamento nos interesses dos Serviços e da Administração.

Determino que:

Quando os funcionários do Estado se desloquem, com direito a transportes, utilizando automóvel próprio, serão abonadas ao proprietário do veículo as seguintes importâncias:

Percursos ou parte de percursos servidos por caminhos de ferro — Custo, deduzido de 10 % dos bilhetes dos funcionários transportados.

Percursos não servidos por transportes colectivos: — Abono quilométrico de 1\$40, por um funcionário e de 1\$00, por dois ou mais funcionários (cada).

Para efeitos de fiscalização, os referidos funcionários deverão colher sempre que se desloquem, junto dos Postos da Polícia de Viação e Trânsito, situados no trajecto e mais próximo do início e do término de cada percurso, um visto com indicação da hora e data da sua passagem a menos que os chefes dos funcionários deslocados confirmem o itinerário respectivo.

Nas deslocações entre localidades não servidos directamente por transportes colectivos, preferir-se-ão estradas transitáveis mais curtas, contando-se a quilometragem pelo mapa do Automóvel Clube de Portugal. Nos respectivos abonos serão tidas em consideração, para o efeito da aplicação destas regras, as partes dos percursos em que poderia utilizar aqueles transportes.

Nas deslocações efectuadas em motocicletas do próprio, deverão seguir-se as estradas transitáveis mais curtas entre as localidades da partida e destino contando-se a quilometragem pelo mapa do Automóvel Clube de Portugal.

Estas despesas serão pagas pelas correspondentes verbas de transportes e só carecem de despacho ministerial se, de harmonia com a doutrina estabelecida forem consideradas eventuais.

Não serão incluídos em folha os boletins preenchidos em contravenção do exposto e daquelas constará sempre a confirmação das distâncias percorridas e do preço dos bilhetes de caminho de ferro. Estas normas entram em vigor a partir do dia 1 de Agosto próximo futuro, sendo extensivas a todos os serviços do Estado. (*D. M. n.º 5.519, de 14/9*).

III

ACÓRDÃOS DO SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

PUBLICADOS DE 1 DE JULHO A 30 DE SETEMBRO DE 1953

De 30/1 — No uso dos poderes de polícia e para o desempenho das suas atribuições, compete às câmaras deliberar sobre a segurança, elegância, salubridade e prevenção de incêndio dos edifícios confinantes com ruas e lugares públicos e ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou beneficiação das construções de ameaçam ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública (Código Administrativo, artigo 50.º, n.º 5.º, e artigo 51.º, n.º 18).

Nos trâmites do processo administrativo gracioso, previsto no artigo 51.º, n.º 18.º, do Código Administrativo, não é dada ao proprietário do prédio a demoler ou a beneficiar a faculdade de requerer segunda vistoria perante a Câmara.

O único meio que a lei lhe reconhece para se opor ao deliberado pela Câmara, segundo se acentua expressamente no § 1.º do citado artigo 51.º, é o recurso contencioso, por incompetência, excesso de poder e violação de lei.

E, pois, no processo contencioso, uma vez que nele a produção da prova se rege pelo disposto na lei de processo civil (Código Administrativo, artigo 847.º), que deverá ser requerida pelo recorrente a primeira vistoria judicial e por qualquer das partes a segunda vistoria, se assim o entenderem necessário (Código de Processo Civil, artigos 584.º e 613.º).

A vistoria administrativa não se opõe só, como se pretende sustentar, a segunda vistoria, regulada no artigo 613.º do Código de Processo Civil, porque esta segunda vistoria supõe uma primeira vistoria com audiência contraditória da parte a quem a diligência é oposta, o que não sucede com a vistoria no processo administrativo gracioso (Código de Processo Civil, artigo 522.º).

E, ainda por força do preceituado no artigo 847.º do Código Administrativo, era de aplicar a regra do artigo 525.º do Código do Processo Civil, que permite, para determinados casos, a produção antecipada de provas.

A sombra deste artigo o ora agravante requereu no juízo competente que se procedesse a vistoria no prédio em questão, mas, como se vê do processo apenso, a diligência não pôde ser levada a efeito, porque no dia para ela designado já o dito havia sido totalmente demolido por ordem da Câmara.

E importa agora averiguar se esta circunstância podia legalmente obstar a que no recurso se produzisse prova testemunhal.

É evidente que no recurso o recorrente procurará demonstrar que não se verificam os pressupostos de facto que condicionam o poder legal da Câmara para deliberar a demolição total do seu prédio, e a ilegalidade da deliberação, a existir, traduzir-se-á, consequentemente, em violação de lei (artigo 51.º, n.º 18, do Código Administrativo) por erro de facto.

Nesta conformidade, o articulado das partes não pode deixar de revelar a existência de pontos de facto, confessados uns, controvertidos outros, pertinentes à causa e indispensáveis para o resolver.

Tem lugar assim a hipótese prevista no artigo 845.º do Código Administrativo, para a qual esta disposição manda não só elaborar a especificação e fixar o questionário, mas também que se ordene que as partes apresentem o rol de testemunhas e requeiram a produção de prova por quaisquer outros meios admitidos em juízo, o que, de harmonia com o disposto no artigo seguinte, se cumprirá no prazo de dez dias, a contar da notificação do despacho seneador.

O despacho agravado, ao contrário do estabelecido neste preceito, parece ter partido do princípio de que a admissibilidade dos meios de prova, para o caso dos autos, está restrita à vistoria judicial.

Tal orientação, porém, não é a que melhor se coaduna com o regime da prova livre, instituído no Código de Processo Civil (artigos 582.º, 625.º, 655.º e 791.º).

E, se, para certos casos, o código aceita o princípio de admissibilidade restrita dos meios de prova, como na hipótese de se exigir para a existência ou prova do acto ou facto jurídico

qualquer formalidade especial (artigo 686.º do Código Civil), ou quando a lei exige documento autêntico (artigo 532.º do Código de Processo Civil) ou torna inadmissível a prova de testemunhas em contrário ou além do conteúdo de documentos autênticos, na parte em que estes têm força probatória plena e não sejam arguidos de falsos (artigo 533.º), a verdade é que não se encontra disposição legal em que possa apoiar-se a não admissão da prova testemunhal, a que alude o artigo 845.º do Código Administrativo, para a apreciação da arguida ilegalidade da deliberação sub judice.

De resto, é só depois de ouvidas as testemunhas oferecidas por ambas as partes que poderá concluir-se, com segurança, sobre o valor e eficácia da prova por elas produzida. (*D. G., II Série, n.º 158, de 8/7*).

De 20/2 — A Câmara Municipal de Matosinhos autorizou o ora recorrente, António Gomes Rocha, a vender carne de bovinos no talho que ele possuía em Guifões, daquele concelho, e onde vendia carne de outros animais.

Daquela deliberação recorreu Fernando Ferreira Antunes, ora recorrido, que pediu a suspensão da sua execução, alegando que: «... a proximidade do novo colega diminuiu a clientela, reduzindo nos últimos dois meses em 6.000\$00 os lucros habituais de negócio».

Permite a lei — artigo 820.º, § único, n.º 6.º, do Código Administrativo — que os tribunais do contencioso suspendam a execução das deliberações recorridas quando da sua execução prévia advenham prejuízos irreparáveis ou de difícil reparação.

E sempre se tem entendido que somente assim podem classificar-se os prejuízos que não sejam susceptíveis de avaliação económica, visto que, dada esta impossibilidade, não pode determinar-se a indemnização que há-de constituir a sua reparação.

Acontece, porém, que no caso dos autos os prejuízos se podem avaliar em dinheiro e o próprio recorrente os estima em 3.000\$00 mensais.

Tanto bastava para determinar a improcedência do pedido de suspensão.

Exige, porém, a lei também que os prejuízos derivem da execução da deliberação.

Na hipótese em julgamento era necessário que os prejuízos invocados resultassem directamente da permissão, dada ao recorrente de vender carne de bovinos no seu talho.

Basta, todavia, considerar que, apesar dessa permissão, bem podia a anterior clientela do ora recorrido continuar a abastecer-se do mesmo talho, para logo se concluir que da aludida permissão nenhuns prejuízos lhe adviriam.

Os prejuízos — se os teve — advieram-lhe de a clientela mudar de freguês, e isso podia acontecer, mesmo que não houvesse aquela permissão, em regime de venda livre: a clientela procuraria outro talho, qualquer talho, onde houvesse daquela carne. (*D. G., II Série, n.º 159, de 9/7*).

De 24/4 — Antes de mais importa notar, como aliás tem sucedido em outros arestos, que sempre se tem julgado neste Supremo Tribunal que as Câmaras não podem, em concurso documental para provimento das vagas dos serviços especiais, convidar os candidatos a suprir deficiências da documentação.

A procurar justificar tal convite só poderia invocar-se o precitado no § único do artigo 39.º do Decreto n.º 27.759, de 10 de Junho de 1937.

Mas para a sua aplicação, porque o concurso de que se trata vem especialmente regulado nos artigos 643.º e 649.º do Código Administrativo e no disposto para o concurso de médicos municipais, havia que provar que o caso não era só omissivo no Código Administrativo, quando a sua simples leitura mostra que ele foi excluído, mas ainda que se tratava de hipóteses semelhantes, o que não se verifica, porquanto o concurso dos médicos-veterinários é documental e o regulado no Decreto n.º 27.759 é de provas escritas e até orais, e para quadros diferentes.

A natureza diversa dos dois concursos excluiu a legitimidade da aplicação, por analogia, daquele decreto (vide, por exemplo, e por todos, o Acórdão de 8 de Junho de 1945, na Colecção Oficial, vol. XI, p. 397). (*D. G., II Série, n.º 166, de 17/7*).

De 29/5 — Suspensão o recorrente do exercício das funções de secretário do Instituto Superior de Agronomia, por despacho de 26 de Julho de 1936, foi-lhe julgado extinto o procedimento disciplinar por prescrição, por despacho de 7 de Outubro de 1949, que lhe foi comunicado em 16 de Dezembro seguinte.

Em 3 de Janeiro de 1950 requereu o pagamento dos vencimentos relativos ao tempo da suspensão — 26 de Julho de 1936 a 3 de Dezembro de 1949 — e, ouvida a Procuradoria-Geral da República, foi esta de parecer que são devidos vencimentos aos funcionários preventivamente suspensos, se o processo terminar pela extinção do procedimento disciplinar, por prescrição.

O parecer foi homologado pelo respectivo Ministro, que é o da Educação Nacional.

Entendeu, porém, a Direcção-Geral da Contabilidade Pública que o mesmo parecer deveria também ser homologado pelo Ministro das Finanças e na sua informação sustenta que, do ponto de vista jurídico, o parecer merece a homologação, ficando ao Ministro das Finanças, a faculdade de, nos termos da citada alínea *c*) do artigo 15.º, do Decreto n.º 16.670, apreciar se é ou não de fazer o pagamento dos vencimentos em causa.

E no aspecto de pagamento sustenta a mesma informação que já há muito havia passado o prazo para requerer os vencimentos, sendo por isso de indeferir o requerimento extemporaneamente feito.

Com esta informação concordou o Sr. Ministro recorrido.

Reconhecido o direito aos vencimentos, em virtude da homologação do parecer da Procuradoria-Geral da República pelos Ministros das Finanças e da Educação Nacional, resta sòmente decidir se são ou não legais as razões invocadas para não autorizar o seu pagamento.

Entendeu-se que o pagamento foi requerido fora de tempo e que se não justificaram os motivos da demora em requerer.

E fora de tempo porque, operando a prescrição *ipso jure*, o pagamento deveria ter sido requerido antes de terminar o prazo da liquidação das despesas do ano económico em que a prescrição se verificou (despachos do Subsecretário de Estado das Finanças de 11 e 15 de Maio de 1937).

Trata-se, porém, neste caso dos autos, de reparação devida pela suspensão preventiva legalmente ordenada, e esta reparação sòmente pode ser requerida depois de proferida a decisão final do processo disciplinar em que a suspensão foi preventivamente imposta, como resulta do disposto no § 2.º do artigo 45.º do Estatuto Disciplinar vigente.

A decisão final do processo disciplinar movido ao recorrente foi o despacho que julgou extinto, por prescrição, o respectivo procedimento, pois que só em consequência dele se arquivaram os autos e foi considerada extinta pela Administração a relação jurídico-disciplinar de que o recorrente era o sujeito passivo.

É, por isso, da data deste despacho que têm de contar-se os prazos para os actos posteriores que, com base na decisão final do processo, se teriam de requerer.

Tomando conhecimento do despacho em 16 de Dezembro de 1949, logo em 3 de Janeiro seguinte — antes portanto do fim do prazo para a liquidação das despesas do respectivo ano económico — requereu o recorrente o pagamento dos vencimentos que entendia serem-lhe devidos.

E não podendo requerê-los anteriormente, por não estar ainda terminado o seu processo disciplinar, não é de impedir-se o seu pagamento, ao abrigo do disposto na alínea *c*) do citado artigo 15.º, que sòmente é de aplicar quando o pagamento podia ter sido pedido no ano económico a que o crédito dizia respeito e não o foi por motivos imputáveis ao requerente. (*D. G., II Série, n.º 190, de 14/8*).





BIBLIOGRAFIA

REGISTO DE
PUBLICAÇÕES COM
INTERESSE MUNICIPAL
ENTRADAS NA
BIBLIOTECA CENTRAL

1 DE JULHO A 30 DE SETEMBRO DE 1953



1 DE JULHO A 30 DE SETEMBRO 1953

EM JULHO:

- Câmara Municipal de Ponta Delgada — Relatório da gerência de 1952 e plano de actividade para 1953.
Código de posturas do concelho de Ançião — 1953.
Revista Municipal — Ano XIII — N.º 55 — 4.º trimestre de 1952 — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.
Notas de etnografia — Carros, carrinhos e carroças de Lisboa, por *Luis Chaves* — Separata da «Revista Municipal».
Inquérito ao custo de vida na cidade de Lisboa, 1948 e 1949 — Instituto Nacional de Estatística.
Câmara Municipal do Porto — Serviços Municipais de Gás e Electricidade — Relatório e contas da gerência do ano de 1952.
A propósito do centenário da cidade de Guimarães, por *Mário Cardoso* — Edição da Câmara Municipal de Guimarães.
Câmara Municipal de Alandroal — Postura sobre pesos e medidas.
Boletim da Câmara Municipal do Porto — N.ºs 896 a 898 — Junho de 1953.
Câmara Municipal de Portimão — Relatório da gerência de 1952.
Boletim da Junta Autónoma de Ponta Delgada — Março de 1953.
Verbetes — Índice de legislação dos corpos administrativos, editados por *A. Viana de Sousa*.
Diário Municipal — N.ºs 5.433 a 5.455 — Junho de 1953 — Câmara Municipal de Lisboa.
Câmara Municipal do Funchal — Orçamento ordinário para 1953.
O terramoto de 1755, por *Angelo Pereira* — Separata da Revista «Terra Lusa».

EM AGOSTO:

- Câmara Municipal de Borba — Postura sobre pesos e medidas.
Diário Municipal — N.ºs 5.456 a 5.482 — Julho de 1953 — Câmara Municipal de Lisboa.
Advertências feitas à Casa do Vinte e Quatro de Lisboa em 1701, por *F. P. de Almeida Langhans* — Publicação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
Relação entre os tipos de habitação e a urbanização das zonas residenciais — XXI Congresso Internacional de Habitação e Urbanismo — 1952.
Evolution de l'Urbanisme au Portugal — XXI Congrès de l'Habitation et de l'Urbanisme. 1952.
Lisboa — Oito séculos de história — Fascículo XVIII — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.
Boletim da Câmara Municipal do Porto — N.ºs 899 a 902 — Julho de 1953.
Câmara Municipal do Porto — Regulamento de concursos do pessoal — Separata do «Boletim Municipal», n.º 902.
Boletim da Faculdade de Direito — Universidade de Coimbra — Volume XXVIII — 1952.
Verbetes — Índice de legislação dos corpos administrativos, editados por *A. Viana de Sousa*.
Boletim da Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada — Maio de 1953.
Etnografia da Beira, por *Jaime Lopes Dias* — VIII volume — 1953.

EM SETEMBRO:

- Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha — Regulamento do serviço de abastecimento de águas.
Supremo Tribunal Administrativo — Tribunal Pleno — Coleção de Acórdãos — Volume V — 1946-1947.
Revista Municipal — Ano XIV — N.º 56 — 1.º trimestre de 1953 — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.
Câmara Municipal de Matosinhos — Serviços Municipalizados de Electricidade, Água e Saneamento — Relatório e contas de 1952.
Câmara Municipal de Viana do Castelo — Serviços Municipalizados — Relatório e contas de 1952.
Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto — Volume XVI — Fascículos 1-2 — Março e Junho de 1953.
Boletim da Câmara Municipal do Porto — N.ºs 903 a 907 — Agosto de 1953.
Câmara Municipal do Porto — Regulamento dos talhos — 1953.
Vinte cinco anos na vida de uma capital — Lisboa, 1953.
Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal — Boletim n.º 3 — Março de 1953.
Verbetes — Índice de legislação dos corpos administrativos, editados por *A. Viana de Sousa*.
Câmara Municipal de Castelo Branco — Relatório e contas da gerência dos serviços municipalizados — Ano de 1951.
Diário Municipal — N.ºs 5.483 a 5.507 — Agosto de 1953 — Câmara Municipal de Lisboa.

REVISTAS:

O DIREITO:

Ano 85.º — Fasc. 2 — Abril e Junho de 1953.

REVISTA DE DIREITO:

Ano VII — N.ºs 11 e 12.

Ano VIII — N.ºs 1 e 2.

BOLETIM DA FACULDADE DE DIREITO — UNIVERSIDADE DE COIMBRA:

Suplemento X — Coimbra, 1952.

REVISTA DE DIREITO FISCAL:

Ano V — N.º 8 — Maio de 1953.



